

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Dácia Francisca Ferreira da Conceição Pinto

**Os desafios na formação dos atores envolvidos na aplicação dos Exames
Nacionais em Angola**

Juiz de Fora

2026

Dácia Francisca Ferreira da Conceição Pinto

**Os desafios na formação dos atores envolvidos na aplicação dos Exames
Nacionais em Angola**

Texto apresentado à banca de qualificação do Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Tanure Sanabio

**Juiz de Fora
2026**

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Pinto, Dácia Francisca Ferreira da Conceição .

Os desafios na formação dos atores envolvidos na aplicação dos Exames Nacionais em Angola / Dácia Francisca Ferreira da Conceição Pinto. -- 2026. 130 p.

Orientador: Marcos Tanure Sanabio

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2026.

1. Avaliação Externa. 2. Exames Nacionais. 3. Capacitação de Atores. 4. Angola. I. Sanabio, Marcos Tanure, orient. II. Título.

Dácia Francisca Ferreira da Conceição Pinto

Os desafios na formação dos atores envolvidos na aplicação dos Exames Nacionais em Angola

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 19 de janeiro de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a) Dr(a). Marcos Tanure Sanábio - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a). Cassiano Caon Amorim

PPGP/UFJF

Prof(a) Dr(a). Marcos Jose Salgado Vital

Universidade de Brasília - UNB

Juiz de Fora, 17/12/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Tanure Sanabio, Professor(a)**, em 22/01/2026, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cassiano Caon Amorim, Professor(a)**, em 23/01/2026, às 22:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Salgado Vital, Usuário Externo**, em 27/01/2026, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2798096** e o código CRC **A7A7406D**.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente à Deus. A Ele, toda a honra e toda a glória. Dedico também à minha família, meu eterno suporte. Ao meu esposo pelo apoio incondicional e pela compreensão por tantas horas de estudo e dedicação e por vários meses de ausência. Aos nossos filhos, pelo sacrifício da minha ausência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar força e coragem para superar desafios e pela oportunidade de fazer este mestrado.

À Universidade Federal de Juiz de Fora e ao Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação por oferecerem este curso e estenderem aos profissionais de Angola.

Ao Ministério da Educação de Angola pela oportunidade de formação oferecida aos seus profissionais.

Agradeço à minha família, em especial ao meu esposo e aos meus filhos pela pelo amor, paciência, apoio e incentivo ao longo desta caminhada. Aos meus pais e irmãos pela força.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Marcos Tanure Sanabio pela confiança e interesse no meu trabalho.

Faço um agradecimento especial a Agente de Suporte Acadêmico Amélia Gabriela Thamer Miranda Ramos pela sua dedicação, paciência, pelas orientações e sugestões para que esse trabalho pudesse ser concretizado.

Ao Professor Cassiano Amorim pelas orientações e por todas as contribuições para o meu texto.

Aos colegas do PPGP, tanto os angolanos, quanto os brasileiros, obrigada pela parceria nos momentos de dificuldade, a cada etapa, em cada disciplina, durante o curso. Em especial a Adriana, que se tornou uma amiga muito especial.

Aos “filhos da Gabi”, um abraço fraterno, cheio de saudades.

Às minhas amigas, Andreza e Valéria, as amizuras, profissionais super competentes a quem me espelho, obrigada pelo apoio incondicional e incentivo nas horas mais difíceis.

A todos os colegas que aceitaram participar da pesquisa, pela confiança e contribuições dadas para a realização desse trabalho.

A todos os que não foram citados, mas que de alguma forma contribuíram para a concretização desse trabalho, o meu muito obrigada!

RESUMO

Esta dissertação, desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) da Universidade Federal de Juiz de Fora, investiga os processos de capacitação dos agentes responsáveis pela aplicação dos Exames Nacionais (EN) em Angola. O contexto da pesquisa insere-se nas reformas educativas angolanas, fundamentadas pela Lei nº 17/16, que busca a melhoria da qualidade do ensino e a eficácia do sistema. Em 2021, o Ministério da Educação (MED) estabeleceu o Projeto Exames Nacionais para implementar um sistema de avaliação externa moderno, visando aferir as aprendizagens e o desempenho profissional de professores e escolas. A justificativa para este estudo reside na premissa de que a fidedignidade dos dados coletados depende da atuação rigorosa das equipes de aplicação, tornando a ação formativa antecipada um fator essencial para o sucesso do processo avaliativo. A pergunta de pesquisa que norteou o trabalho buscou identificar de que forma são realizadas as capacitações dos atores envolvidos, quais os desafios identificados e como esse processo pode ser aprimorado. Para responder a essa questão, os objetivos específicos delineados foram: descrever as capacitações atuais; analisar a perspectiva dos atores participantes (supervisores, pontos focais e professores); e propor um plano de ação para melhorias. A metodologia adotada seguiu a abordagem qualitativa, caracterizando-se como um caso de gestão. O levantamento de dados incluiu a pesquisa documental de leis e regulamentos e a pesquisa de campo nas províncias de Luanda e Huambo. Foram realizadas entrevistas com supervisores nacionais do INADE e do JEN, além da aplicação de questionários a pontos focais provinciais e professores vigilantes, suplentes e coadjuvantes. Os resultados do diagnóstico revelaram que as capacitações têm sido realizadas com pouca antecedência, curta duração, suporte material insuficiente e em locais inadequados para grandes grupos. Observou-se ainda que muitos atores apresentam entendimento pouco claro sobre os procedimentos por falta de material físico durante as formações. Como resposta, a pesquisa propõe um Plano de Ação Educacional (PAE) estruturado na ferramenta 5W2H. O plano integra quatro ações estratégicas: a apresentação dos resultados da pesquisa para alinhamento institucional; a implementação de um plano de capacitação técnica em duas fases (sensibilização e técnica/procedimental); o aprimoramento do Guião de Orientação, transformando normas gerais em um

protocolo prático de "passo-a-passo" para os vigilantes; e, por fim, o estabelecimento de um sistema de avaliação e monitoramento contínuo das ações de formação.

Palavras-chave: Avaliação externa. Exames Nacionais. Capacitação de atores. Angola.

ABSTRACT

This dissertation, developed within the framework of the Professional Master's Program in Public Education Management and Evaluation (PPGP) at the Federal University of Juiz de Fora (UFJF), investigates the training processes of the personnel responsible for administering the National Examinations (NE) in Angola. The study is situated within the context of Angola's educational reforms, established under Law No. 17/16, which aims to improve the quality of education and enhance the effectiveness of the education system. In 2021, the Ministry of Education (MED) launched the National Examinations Project to implement a modern external assessment system designed to measure student learning outcomes and evaluate the professional performance of teachers and schools. The rationale for this study is based on the premise that the reliability of the data collected depends on the rigorous performance of the examination administration teams, making prior training an essential factor for the success of the assessment process. The research question sought to identify how the training of the actors involved is currently conducted, the challenges encountered, and how this process can be improved. To address this question, the specific objectives were to: describe the current training practices; analyze the perspectives of the participating actors (supervisors, focal points, and teachers); and propose an action plan for improvement. The study adopted a qualitative approach and was designed as a management case study. Data collection included documentary research on relevant laws and regulations, as well as field research conducted in the provinces of Luanda and Huambo. Interviews were carried out with national supervisors from the National Institute for Educational Assessment (INADE) and the National Examinations Office (JEN), in addition to questionnaires administered to provincial focal points and teachers serving as invigilators, reserve invigilators, and assistant invigilators. The findings revealed that the training sessions have generally been conducted with limited advance notice, short duration, insufficient instructional materials, and inadequate venues for large groups. The results also showed that many participants have an incomplete understanding of the examination procedures due to the lack of printed materials during the training sessions. In response to these findings, the study proposes an Educational Action Plan (EAP) structured using the 5W2H management tool. The plan comprises four strategic actions: presenting the research findings to promote institutional alignment;

implementing a two-phase technical training program (awareness-raising and technical/procedural training); improving the Guidance Manual by transforming general regulations into a practical step-by-step protocol for invigilators; and establishing a continuous monitoring and evaluation system for training activities.

Keywords: External assessment; National Examinations; Personnel training; Angola.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Divisão político-administrativa do território angolano	21
Figura 2 - Estrutura organizacional da Educação em Angola.....	27
Figura 3 - Formação de Gestores na Província do Huambo em Maio de 2025.....	51
Figura 4 - Ações estratégicas	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Objetivos dos Exames Nacionais, 1ª Fase de Generalização.....	32
Quadro 3 -	Níveis de complexidade cognitiva	37
Quadro 4 -	Atribuição dos responsáveis provinciais nos Exames Nacionais	40
Quadro 5 -	Ações de capacitação para a aplicação dos Exames Nacionais e atores responsáveis	44
Quadro 6 -	Documentos utilizados para a descrição do capítulo 2	66
Quadro 7 -	Instrumentos de pesquisa e atores pesquisados	67
Quadro 9 -	Sugestões de melhorias para a capacitação dos professores vigilantes do Huambo e Luanda.....	87
Quadro 10 -	Sugestões de melhorias para a capacitação dos professores coadjuvantes do Huambo e Luanda.....	88
Quadro 11 -	Sugestões de melhorias para a capacitação dos professores suplentes do Huambo e Luanda.....	89
Quadro 12 -	Sugestões de melhorias para a capacitação dos atores pontos focais do Huambo e Luanda.....	89
Quadro 13 -	Primeira ação	103
Quadro 14 -	Apresentação dos resultados da pesquisa, desafios e proposta de ações.....	104
Quadro 15 -	Análise da proposta do plano de capacitação	105
Quadro 16 -	Distribuição dos envelopes	107
Quadro 17 -	Avaliação e monitoramento das ações de capacitação.....	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Exames Nacionais Piloto do Ensino Primário – 2022: Tipo de exame e respectiva duração	29
Tabela 2 - Exames Nacionais Piloto do Ensino Secundário Geral – 2022 Tipo de exame e respectiva duração	30
Tabela 3 - Quantidade de Centros de Exame, de turmas, de Alunos seleccionados e avaliados, por Códigos de Prova e por Província.....	34
Tabela 4 - Percentagem de acerto por domínio e nível de complexidade cognitiva – Prova de Língua Portuguesa (61)	35
Tabela 5 - Percentagem de acerto de itens por domínio e nível de complexidade cognitiva – Prova de Matemática (62)	36
Tabela 6 - Inscritos EN – período de 2021 a 2025	39
Tabela 7 - Quantitativo de profissionais participantes nas pesquisas.	70
Tabela 8 - Escolaridade dos respondentes, por função e por província.....	72
Tabela 9 - Tempo de atuação na função ligada aos Exames Nacionais	74
Tabela 10 - Síntese das respostas por dimensão das duas províncias em estudo ...	77
Tabela 11 - Percepção dos professores coadjuvantes do Huambo e Luanda:	79
Tabela 12 - Percepção dos atores pontos focais do Huambo e Luanda:	81
Tabela 13 - Percepção dos atores professores suplentes do Huambo e Luanda.....	83
Tabela 14 - Percepção dos atores professores vigilantes do Huambo e Luanda	86

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	12
2	OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS NA APLICAÇÃO DOS EXAMES NACIONAIS EM ANGOLA.....	19
2.1	AVALIAÇÃO EXTERNA EM LARGA ESCALA EM ANGOLA.....	19
2.2	OS EXAMES NACIONAIS DE ANGOLA	26
2.3	PLANEJAMENTO.....	43
2.4	CAPACITAÇÃO ÀS EQUIPES DE APLICAÇÃO.....	43
2.5	OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS NA APLICAÇÃO DOS EXAMES NACIONAIS EM ANGOLA	48
3.	LACUNAS APRESENTADAS PELOS APLICADORES DOS EXAMES NACIONAIS EM ANGOLA.....	53
3.1	REFERENCIAL TEÓRICO	53
3.1.1	Avaliação externa: uso de dados para políticas voltadas para a educação	54
3.1.2	Planejamento da logística.....	57
3.1.3.	Importância da formação de profissionais para a aplicação dos exames nacionais.....	60
3.2	PROPOSTA METODOLÓGICA	65
3.3	ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA (QUESTIONÁRIOS).....	71
3.3.1	Perfil e experiência profissional dos atores que responderam ao questionário	71
3.3.2	Avaliação geral da capacitação	76
3.3.3	Percepções específicas por função dos atores durante as aplicações dos EN	79
3.3.3.1	<i>Sugestões de melhoria (questão aberta)</i>	87
3.4	ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA (ENTREVISTAS)	90
4.	PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: SOBRE OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS NA APLICAÇÃO DOS EXAMES NACIONAIS EM ANGOLA.....	100
4.1	DETALHAMENTO DA PROPOSIÇÃO: O PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (PAE)	101

4.2	DETALHAMENTO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS.....	102
4.2.1	Primeira ação: apresentação da pesquisa e alinhamento	103
4.2.2	Segunda ação: plano de capacitação técnica.....	104
4.2.3	Terceira ação: aprimoramento do guião de orientação	106
4.2.4	Quarta ação: avaliação e monitoramento.....	109
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
	REFERÊNCIAS.....	113
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES COADJUVANTES	117
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA OS PONTOS FOCAIS PROVINCIAIS ...	120
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES SUPLENTE	123
	APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA AOS PROFESSORES VIGILANTES.....	126
	APÊNDICE E –ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA SUPERVISOR NACIONAL (TÉCNICO DO INADE).....	129
	APÊNDICE F –ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA SUPERVISOR NACIONAL (TÉCNICO DO JEN)	131
	APÊNDICE G – Cronograma Macro (visão geral – estilo Gantt simplificado)..	133
	CHECKLISTS OPERACIONAIS.....	134
	APÊNDICE H – ORÇAMENTO PARA ACÇÃO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES	136
	APÊNDICE G –QUADRO GANTT – EXECUÇÃO DO PAE.....	130

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Avaliação Nacional das Aprendizagens
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
DGE	Direção Geral da Educação
DNAA	Direção Nacional de Avaliação e Acreditação
EN	Exames Nacionais
EN1FG	Exames Nacionais Primeira Fase de Generalização
EN2FG	Exames Nacionais Segunda Fase de Generalização
EN3FG	Exames Nacionais Terceira Fase de Generalização
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENP	Exames Nacionais Piloto
IAVE	Instituto de Avaliação Educativa
INADE	Instituto Nacional de Avaliação e de Desenvolvimento da Educação
INIDE	Instituto Nacional de Investigação e de Desenvolvimento da Educação
JEN	Júri dos Exames Nacionais
LP	Língua Portuguesa
MED	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
PAE	Plano de Ação Educacional
PEN	Projeto Exames Nacionais
PPGP	Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública
RAA	Regulamento da Avaliação das Aprendizagens
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

1. INTRODUÇÃO

Em Angola, a Lei n.º 13/01, de 31 de dezembro de 2001, que instituiu o Sistema Educativo de Angola, foi posteriormente substituída pela Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino n.º 17/16, de 7 de outubro de 2016, a qual estabeleceu os princípios e as bases gerais do Sistema de Educação e Ensino. Em 2020, houve alterações por meio da Lei n.º 32/20, de 7 de outubro (Angola, 2020). No Artigo 15º, alínea b, a referida legislação define como um de seus objetivos o desenvolvimento de conhecimentos e capacidades que promovam a autoformação, visando a um saber-fazer eficaz e ajustado às novas exigências sociais e profissionais. Ademais, no Capítulo V, Artigo 54º, ao tratar dos agentes da educação, a lei assegura, no ponto 1, o direito à formação permanente, por meio de mecanismos próprios, com vistas à elevação do nível profissional, cultural e científico desses profissionais.

De acordo a Balenda e Ngimbi (2019) a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino forçou a efetivação de uma reforma total, incluindo todas as características da educação em Angola. Essa reforma intentou, principalmente, a garantia da expansão da rede escolar, a melhoria da qualidade de ensino, o fortalecimento da eficácia do sistema e a igualdade. Para estes autores, uma reforma educativa elucida sobre os fenômenos que estão ligados ao seu objeto, que é o processo de ensino e aprendizagem, em termos de leis e diretrizes que são consecutivamente superadas.

No artigo 2º, ponto 2, a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (Angola, 2020) define o sistema de ensino como sendo o conjunto de estruturas, modalidades e instituições de ensino onde se realiza o processo educativo direcionado à formação harmoniosa e completa do indivíduo, para a construção de uma sociedade livre, democrática, de direito, de paz e progresso social. A partir do desenho da referida lei, pode-se afirmar que o governo angolano, desde a promulgação da lei que institucionaliza um sistema de educação, busca organizar e enfrentar as dificuldades educacionais diante do contexto histórico vivido pelo país (Angola, 2020).

Nesse contexto, a qualidade da educação configura-se como uma preocupação permanente dos diferentes sistemas educacionais, constituindo-se em um desafio significativo para Angola. A avaliação da educação, por sua vez,

apresenta-se como uma ferramenta fundamental no processo de ensino-aprendizagem, na medida em que fornece informações consistentes sobre a qualidade das aprendizagens, com vistas ao aprimoramento dos processos pedagógicos e dos resultados do sistema educacional. Desse modo, com o objetivo de atender aos princípios estabelecidos na definição do sistema de educação angolano, o governo passou a implementar avaliações externas, denominadas Exames Nacionais (EN), com a finalidade de produzir dados e subsidiar a gestão do ensino a partir das informações obtidas por meio dessas avaliações.

Em função do importante papel que a avaliação educativa desempenha em benefício do desenvolvimento do setor, o Ministério da Educação de Angola (MED), no ano de 2021, estabeleceu o Projeto Exames Nacionais (PEN), que surgiu para implementação de um sistema nacional de avaliação externa moderno e eficaz, que permitisse avaliar não apenas as aprendizagens dos alunos finalistas de um nível ou ciclo de ensino, para efeitos de qualificação, seleção e certificação, mas, também, o desempenho do próprio sistema de educação nos seus diversos níveis de operacionalização, desde o desempenho profissional dos professores e das escolas, à qualidade do currículo e o seu cumprimento.

Desde o ano de 2021, os Exames Nacionais (EN) estão a ser aplicados anualmente em todo o país, conforme se descreve a seguir:

- a) No ano letivo 2021-2022, realizaram-se os Exames Nacionais Piloto (ENP) com uma amostra de 2100 alunos da 6.^a e 12.^a classes, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.
- b) No ano letivo 2022-2023, realizaram-se os Exames Nacionais 1.^a Fase de Generalização (EN1FG), que registou um aumento considerável da amostra (37.854 alunos), o aumento de mais uma classe (9.^a) e a inclusão das disciplinas de Ciências da Natureza e Física. Tais mudanças possibilitaram a realização de um Estudo Diagnóstico delimitado à província de Luanda. Nesta fase, os exames ocorreram nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza da 6.^a, 9.^a e 12.^a classes.
- c) No ano letivo 2023-2024, realizaram-se os Exames Nacionais 2.^a Fase de Generalização (EN2FG), com uma amostra prevista de 143.360 alunos da 6.^a, 9.^a e 12.^a classes. Foram objeto de exame as disciplinas de Língua

Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, Física, Geografia, História e Biologia.

- d) Em consequência disso e considerando que, para o ano letivo de 2024-2025, realizou-se a 3.^a Fase de Generalização dos EN, com um alargamento da amostra muito superior ao das três fases anteriores (50% do universo de alunos que frequenta a 6.^a classe; (ii) 50% do universo de alunos que frequenta a 9.^a classe; portanto, 6.^a e 9.^a classes de forma amostral 540.678 alunos inscritos, (iii) 100% do universo de alunos da 12.^a classe), censitária e certificativa e quatro áreas de formação do ensino geral 58.162 alunos inscritos. Essa ampliação fez com que a criação de condições para o enfrentamento desse desafio trouxesse a necessidade de capacitar e fortalecer as competências profissionais de todos os atores envolvidos no projeto.

A educação angolana é uma parte muito importante da minha trajetória como pessoa. Sou licenciada em Educação Moral e Cívica pela Universidade Católica de Angola (UCAN). Fiz uma especialização em Gestão Ambiental pela Universidade Positivo (UP) e outra em Avaliação Educacional em Larga Escala pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Essas formações foram primordiais para a execução da minha atividade profissional como professora de profissão e técnica do MED.

Atuei como professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 4º ano) por alguns anos, antes de ingressar no MED, há cerca de vinte anos. Nesse período, busquei assegurar às crianças um atendimento pedagógico de qualidade, com ênfase no desenvolvimento da leitura, letramento matemático e de outras dimensões igualmente relevantes do processo educativo, como os aspectos atitudinais e comportamentais, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e para a formação integral dos estudantes.

Em 2006, quando ingressei no MED, iniciei uma nova trajetória profissional, pois tive acesso a uma visão mais ampla do que era possível fazer em termos educativos. Comecei atuando na Seção de Educação Moral e Cívica, na elaboração de materiais curriculares, formação de professores e depois passei para o Departamento de Avaliação, começando a ter contato com a avaliação interna e externa das aprendizagens. Posteriormente foi criada a Direção Nacional de

Avaliação e Acreditação (DNAA) e fiz parte dos quadros técnicos desta instituição. Após alguns anos, ocorreu a junção entre o INIDE e a DNAA, dando origem ao atual Instituto Nacional de Avaliação e de Desenvolvimento da Educação (INADE), instituição da qual faço parte, integrando a equipe técnica do Departamento de Avaliação e Garantia da Qualidade. Nesse âmbito, atuei na elaboração de pareceres sobre materiais curriculares, na formação de professores e gestores escolares, na aplicação de avaliações internas e externas — como os EN e a Avaliação Nacional das Aprendizagens (ANA) —, bem como na participação em outros projetos educacionais. Atualmente, sou responsável pela área de avaliação externa.

Desde o início da minha prática docente, manifestei interesse pelas dinâmicas institucionais das escolas nas quais atuei, com especial atenção às práticas avaliativas e às metodologias de ensino adotadas pelos professores. Esse envolvimento com as questões pedagógicas e organizacionais da docência contribuiu diretamente para minha trajetória profissional, de modo que, a partir de 2006, quando passei a atuar como técnica do MED de Angola, alocada no INADE, passei a estar envolvida nas atividades relacionadas à avaliação e à gestão educacional.

Segundo o Diário da República (2021), o INADE é uma instituição pública cuja finalidade consiste na realização da avaliação educacional, na proposição de estudos e políticas educativas, na elaboração de instrumentos didático-pedagógicos e de materiais curriculares, bem como na garantia da qualidade da educação nos níveis da Educação Pré-Escolar, do Ensino Primário e do Ensino Secundário. Além disso, trata-se da entidade pública responsável pela avaliação externa, incluindo o desenho, a planificação e o processamento logístico de todo o processo dos EN.

Com a aprendizagem adquirida ao longo deste tempo, considero que a realização de uma avaliação em larga escala é muito importante para a monitoria da qualidade da educação. A percepção de que há desafios a serem superados na aplicação de tais exames, parte da minha perspectiva laboral enquanto integrante do processo das atividades de capacitação dos envolvidos nas aplicações. Percebo que há muitos problemas que, no momento da aplicação, podem se tornar obstáculos na coleta e fidedignidade dos dados dos alunos angolanos e, por isso, este processo torna-se tão importante.

Este estudo tem especial relevância na minha atuação profissional, pois atuo diretamente nas questões logísticas das avaliações, especificamente dos EN. Ao

longo do tempo tenho sentido de cada vez mais a importância das avaliações em larga escala e que esforços devem ser feitos para melhorar o seu processo.

As motivações que orientaram a escolha do tema relacionam-se à importância da ação formativa (capacitação)¹ prévia dos atores envolvidos no processo dos EN, considerada um fator imprescindível para o adequado andamento dessa avaliação. Tal entendimento encontra respaldo na Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (2020), conforme mencionado anteriormente. Portanto, dedico-me nesta pesquisa a analisar o processo de capacitação a partir das ações dos anos passados e sugerir estratégias que as tornem mais eficientes.

Assim, nesta pesquisa, busca-se analisar os procedimentos adotados na realização das capacitações dos atores envolvidos nos EN. À medida que o exame se amplia em proporção e escala, tornam-se necessários a sensibilização e o envolvimento de um número cada vez maior de profissionais, especialmente professores, para a constituição das equipes responsáveis pela supervisão e aplicação do processo.

O ponto de partida será o INADE, por ser o instituto de avaliação onde é sistematizado o conjunto de medidas, ações, atividades, com vistas à concretização dos EN. Porém, existem também outras esferas da gestão da avaliação, como o Júri dos Exames Nacionais (JEN) e outros atores envolvidos como os Gabinetes/Secretarias Provinciais e Municipais da Educação, os gestores escolares, coordenadores de disciplinas, turnos e os próprios professores atuantes diretamente nos EN, desde os professores vigilantes, suplentes, coadjuvantes até aos colaboradores e os professores classificadores. Existe, portanto, toda uma organização para a aplicação das capacitações até chegar ao ponto final que é o professor vigilante.

Entre os integrantes dessas equipes estarão a atuar os supervisores nacionais (INADE e JEN), os pontos focais provinciais e os professores vigilantes, coadjuvantes e suplentes.

A questão que orientou esta investigação foi: de que formas são realizadas as capacitações dos atores responsáveis pela aplicação dos Exames Nacionais em Angola, quais desafios são identificados nesse processo e de que modo tais capacitações podem ser aprimoradas?

¹ A pesquisa aborda o conceito de formação/capacitação como o treinamento oferecido aos atores envolvidos na aplicação dos Exames Nacionais de Angola.

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa foi verificar e analisar como são realizadas as capacitações dos atores que fazem a aplicação das provas dos EN em Angola. O objetivo geral mencionado tem como desdobramentos os seguintes objetivos específicos: (i) descrever as capacitações dos atores que fazem a aplicação das provas dos EN em Angola; (ii) analisar a perspectiva dos atores que participam das capacitações para aplicar as provas dos EN em Angola; (iii) propor um plano de ação visando melhorias na realização das capacitações dos atores que aplicam as provas dos Exames Nacionais em Angola.

Nesse sentido, tendo em vista os objetivos estabelecidos, apresentam-se quatro capítulos além dessa introdução que é o primeiro capítulo, que expõe e contextualiza a pesquisa em pauta.

No segundo capítulo, parte-se do pressuposto de que quanto menores forem as dificuldades enfrentadas na aplicação das avaliações, maior será a fidedignidade dos dados produzidos pela avaliação externa. Inicialmente, são descritos os Exames Nacionais em Angola e as capacitações oferecidas aos participantes responsáveis pela aplicação das provas. Tal descrição mostra-se necessária para a contextualização do processo, bem como para a posterior apresentação das principais dificuldades relacionadas à aplicação das avaliações, as quais podem ser sanadas ou, ao menos, atenuadas por meio das formações oferecidas aos atores envolvidos.

O terceiro capítulo teve como foco responder ao segundo objetivo específico proposto nesta pesquisa: analisar a perspectiva dos atores que participam das capacitações para aplicar as provas dos Exames Nacionais em Angola. Para tanto, foram mobilizados conceitos fundamentais de obras de autores de referência, com o objetivo de analisar os desafios enfrentados nos processos de formação e capacitação. Os dados foram produzidos após a banca de qualificação, momento a partir do qual se iniciou a pesquisa de campo, por meio da aplicação de questionários e da realização de entrevistas com atores relevantes para a compreensão do contexto das capacitações das equipes responsáveis pela aplicação dos EN.

As entrevistas foram realizadas com supervisores nacionais do INADE e da JEN nas províncias de Luanda e Huambo, enquanto os questionários foram aplicados a professores vigilantes, suplentes, coadjuvantes e os pontos focais provinciais, igualmente das províncias de Luanda e Huambo. Tanto o levantamento

bibliográfico e conceitual quanto a produção dos dados empíricos foram desenvolvidos com o propósito de aprofundar a temática em estudo.

Esse percurso subsidiou a proposição do quarto capítulo desta dissertação, referente ao último objetivo específico, que consiste na elaboração de um Plano de Ação Educacional (PAE), voltado à proposição de melhorias nas capacitações oferecidas aos atores que aplicam os Exames Nacionais em Angola.

2 OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS NA APLICAÇÃO DOS EXAMES NACIONAIS EM ANGOLA

Este capítulo tem por objetivo analisar a perspectiva dos atores que participam das capacitações para aplicar as provas dos Exames Nacionais em Angola, destacando os desafios encontrados ao longo das formações e no momento da aplicação das provas. Para isso, o capítulo está organizado em quatro secções.

Na primeira secção é feita uma abordagem sobre a avaliação externa em larga escala em Angola. Essa apresentação é relevante para o caso de gestão em pauta, pois contribui para compreensão da importância da avaliação externa para a gestão do sistema de ensino de Angola. Já na segunda secção é realizada a descrição dos EN em Angola cujo objetivo é avaliar o nível de aprendizagem dos estudantes e a qualidade do ensino oferecido, permitindo dessa forma apresentar o contexto educacional estudado. Na terceira secção dá-se a conhecer sobre o planejamento geral para as formações. Na quarta secção apresenta-se ao leitor como são formadas as equipes de aplicação, para percebermos as complexidades envolvidas na formação dos supervisores nacionais, pontos focais, professores vigilantes, coadjuvantes e suplentes. Após a explicação de como foram organizadas as equipes de aplicação das avaliações no que se refere aos atores envolvidos, apresentam-se as capacitações oferecidas pelo Ministério de Avaliação de Angola, que constituem o objetivo central da nossa investigação.

Por fim, na quinta secção são relatadas as dificuldades observadas nas últimas ações formativas e os fatos apresentados como fragilidades nos procedimentos de aplicação dos testes.

2.1 AVALIAÇÃO EXTERNA EM LARGA ESCALA EM ANGOLA

Segundo Aguiar (2020), as avaliações externas possibilitam aos gestores públicos analisar tanto o desempenho das escolas quanto o funcionamento dos sistemas educacionais, contribuindo para a formulação de ações e programas estatais voltados à melhoria da educação. A implementação dessas avaliações também favorece o levantamento de dados sobre a qualidade do ensino, a disponibilização de subsídios para a descrição do desempenho dos alunos, o

aprimoramento dos serviços educacionais e a responsabilização de gestores e professores pelos resultados alcançados.

Para Aguiar (2020), a avaliação externa checa a atuação dos alunos com base nas suas respostas a partir de testes padronizados de acordo as competências específicas de cada disciplina, bem como do nível de ensino avaliado.

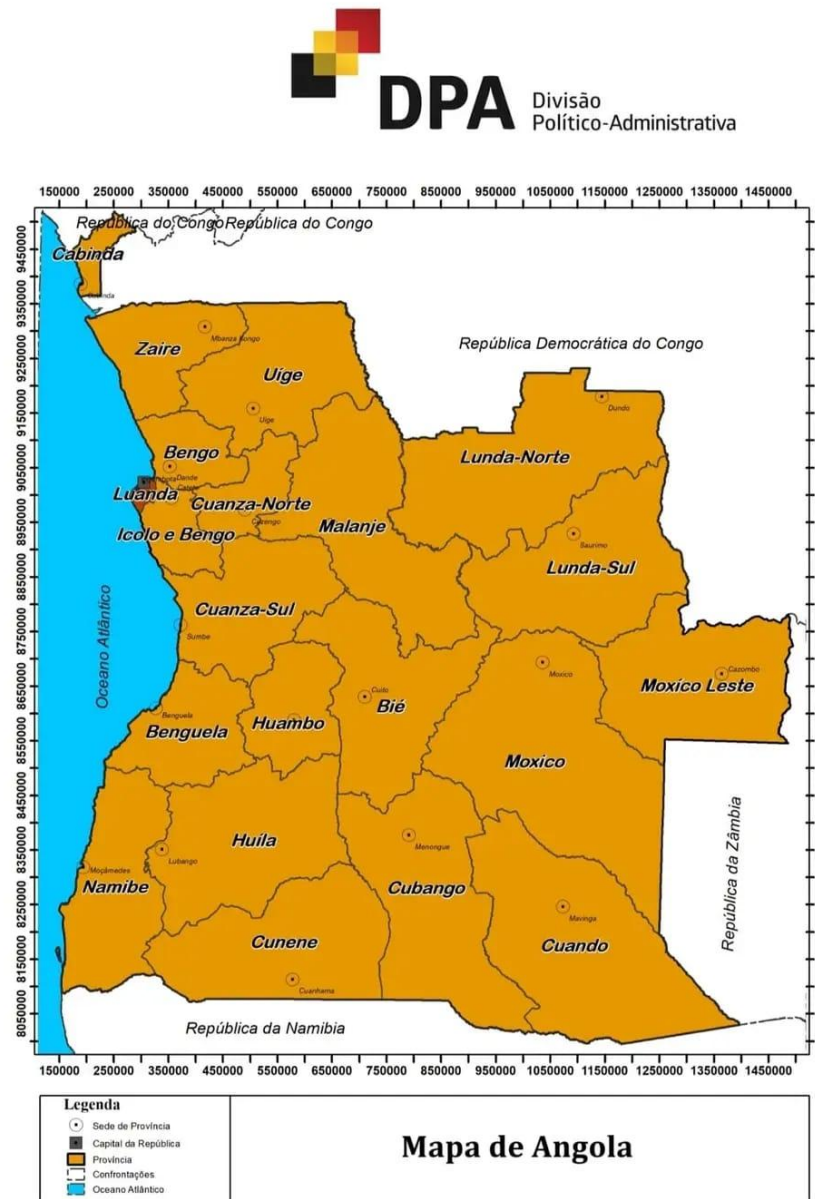
Angola, segundo Strabe (2014), é um país que está localizado na costa ocidental da África Austral, a sul do Equador, limitado a norte e a nordeste pela República Democrática do Congo, a leste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a Oeste pelo Oceano Atlântico. Angola é o sexto país africano de maior dimensão, com uma área de 1.246.700km², com uma costa de 1.650 e uma fronteira terrestre de 4.837 km. A sua capital é Luanda.

Apesar da sua extensão territorial, no que se refere à densidade populacional, em Angola existem regiões muito vastas que não têm habitantes, ou têm muito poucos, havendo uma enorme concentração na província de Luanda, onde, segundo Uarinenga (2021) habitam mais de um quarto da população do país.

Angola passou por diversas transformações recentes, dentre as quais se destaca a nova divisão político-administrativa do país. Territorialmente, o Estado angolano, anteriormente organizado em 18 províncias, passou a contar com 21 províncias a partir de janeiro de 2025. De acordo com o Diário da República, essas 21 províncias encontram-se subdivididas em 326 municípios, resultantes da reorganização dos antigos 164 municípios, os quais, por sua vez, estão distribuídos em 378 comunas, além de distritos, bairros e ruas (Angola, 2025c).

De acordo a Sasembele (2025), a província de Icolo e Bengo surge da divisão da província de Luanda; Cuando surge da divisão do Cuando Cubango e Moxico Leste, que surge da divisão da província do Moxico. São as três novas províncias que surgem da nova divisão administrativa, conforme a Figura 1.

Figura 1 - Divisão político-administrativa do território angolano



Fonte: Diário Independente (2024)

São diversos os desafios associados à distância geográfica quando se trata da realização de determinadas atividades, especialmente no que se refere às ações formativas e à aplicação de provas. No caso específico de Angola, destacam-se, a seguir, alguns desses desafios:

- Quanto maior a distância, menos eficaz tende a ser a comunicação, sobretudo em situações que demandam respostas rápidas. Em Angola, há municípios significativamente distantes entre si e das sedes capitais, sendo que

muitos deles não dispõem de energia elétrica e, conseqüentemente, de acesso à internet. Nessas condições, quando não há contato presencial imediato, podem ocorrer equívocos e dificuldades de compreensão relacionadas a aspectos fundamentais do processo.

- Outro desafio é a organização e a gestão, pois estas podem impedir a conciliação entre tarefas, prazos e prioridades, além de ocasionar maior morosidade nos processos decisórios em razão das limitações impostas pela comunicação remota.

- O transporte de pessoas, materiais ou equipamentos torna-se mais oneroso à medida que aumentam as distâncias, configurando-se, assim, como um desafio significativo.

- A necessidade de acesso à internet de alta velocidade, aliada aos atrasos no envio de documentos físicos ou equipamentos, constitui outro desafio, pois pode comprometer o avanço de atividades que dependem desses recursos.

- As distâncias também impedem o acompanhamento mais direto da atividade, de forma presencial, causando maior possibilidade de erros sem que se constatem imediatamente.

- A distância abre caminhos para que haja pouca participação e envolvimento e a falta de interação social sugere pouca motivação na equipe.

- As diferenças culturais e linguísticas, bem como formas de trabalhos diferentes, fazem com que a inclusão não seja das melhores.

- As questões burocráticas e administrativas também são outro aspecto derivado do fator distância.

Angola alcançou a sua independência em 11 de novembro de 1975, após um longo período colonial, tendo vivido, posteriormente, uma guerra civil que se estendeu até quatro de abril de 2002. De acordo com Uarinhenga (2021), o país apresenta uma das mais elevadas taxas de analfabetismo do mundo. Considerando-se esse passado recente, o Estado angolano tem envidado esforços significativos para ampliar o acesso da população à educação e ao ensino.

O governo tem dado prioridade à educação ao instituir sistemas de ensino com a responsabilidade de propiciar educação para todos os angolanos, porém, o seu sistema de administração da educação tem gestão centralizada.

O Decreto Presidencial nº 91/21 de 16 de Abril (Angola, 2021) aprovou o Estatuto Orgânico do INADE, atribuindo-lhe como finalidade a realização da

avaliação educacional, a proposição de estudos e políticas educativas, a elaboração de instrumentos didático-pedagógicos e de materiais curriculares, bem como a garantia da qualidade da educação nos níveis da Educação Pré-Escolar, do Ensino Primário e do Ensino Secundário.

Segundo o Artigo 14º, ponto 1, o Departamento de Avaliação e Garantia da Qualidade, é o serviço executivo encarregado pela qualidade dos subsistemas e modalidades de ensino sob a responsabilidade do Departamento Ministerial responsável pela Educação (Angola, 2021).

Segundo Lucas (2023), a avaliação é um dos aspectos fundamentais para averiguar se os objetivos educativos estão sendo alcançados. É uma ferramenta importante para aprimorar a aprendizagem e que deve ser empregada de forma responsável para auxiliar os alunos e não para limitá-los a uma nota, um conceito ou uma qualidade. Esta deve ser qualitativa, com foco na teoria, na prática e na formação dos sujeitos.

Portanto, as avaliações em larga escala, de acordo a Lucas (2023), têm desempenhado um papel primordial no sistema educativo fornecendo um padrão objetivo para aferir o desempenho dos alunos e das escolas, pois permitem identificar áreas onde existem lacunas, para que seja possível impulsionar melhorias na qualidade da educação.

Angola aderiu recentemente às avaliações em larga escala em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4), com o Plano Nacional de Desenvolvimento e com o Plano Nacional de Educação. Tais avaliações são consideradas fundamentais para informar o Sistema de Educação e Ensino acerca das tendências de aprendizagem dos estudantes. De acordo com o INADE, essas avaliações são essenciais para a organização das bases técnicas, tecnológicas e logísticas necessárias à continuidade e à manutenção da qualidade e da precisão das avaliações futuras (Angola, 2025a).

Nesse contexto, Angola tem implementado políticas voltadas à avaliação externa, o que justifica a incorporação, neste estudo, do Regulamento da Avaliação das Aprendizagens (RAA). Segundo o Ministério da Educação (2025a), o referido regulamento estabelece os princípios e fundamentos gerais da avaliação das aprendizagens nos níveis da Educação Pré-Escolar, do Ensino Primário e do Ensino Secundário Geral. O documento define avaliação como “o processo contínuo de

registo e de análise dos resultados alcançados em relação às metas educativas definidas previamente” (Angola, 2025a, p. 4).

Ainda de acordo com o RAA, a avaliação externa é compreendida como “o processo realizado por agentes externos que não fazem parte do quotidiano da instituição de educação e ensino em que se dá a avaliação” (Angola, 2025a, p. 4). Esse processo envolve a produção de indicadores educativos, a aferição da qualidade, da equidade e da eficiência, bem como a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento das políticas educativas desenvolvidas em âmbito nacional. Conforme o MED, a avaliação tem por finalidade:

a melhoria do processo de intervenção pedagógica em que se explicitam, enquanto referenciais das aprendizagens, os rendimentos e os processos de avaliação; e também a orientação da trajectória escolar dos alunos e certificação das aprendizagens efectivadas, bem como as habilidades e atitudes desenvolvidas no âmbito das áreas de conhecimentos inscritos no perfil dos alunos à saída de um ciclo ou nível de ensino. (Angola, 2025a, p.5)

Vale destacar que, segundo o Ministério da Educação de Angola, a Avaliação Externa das Aprendizagens não só avalia os alunos, professores e as escolas de forma distinta, mas também o Sistema de Educação e Ensino, e é feita geralmente em larga escala, podendo ser de natureza formativa ou somativa. A mesma tem como referência fundamental as habilidades básicas, enquanto denominador curricular comum, com particular enfoque para as áreas de habilidades inscritas no perfil dos alunos à saída de um determinado ciclo ou nível de ensino. (Angola, 2025a)

No Sistema de Educação e Ensino de Angola, de acordo a especificidade de cada uma das ofertas educativas e formativas, a avaliação externa em larga escala, integra a Avaliação Nacional das Aprendizagens, o Exame Nacional e as Avaliações Regionais e Internacionais. Assim,

A Avaliação nacional das Aprendizagens é uma avaliação em larga escala, sem natureza certificativa que faz uso de testes cognitivos e padronizados e inquéritos contextuais aplicados a alunos em classes preliminarmente estabelecidas pelo Titular do Departamento Ministerial responsável pelo setor da educação, podendo ser amostral ou censitária. (Angola, 2025a, P.9.)

Esse tipo de avaliação também analisa o rendimento dos alunos em diferentes áreas, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, ou em outras definidas pelo Titular do Departamento Ministerial responsável pelo Setor da Educação. Sua finalidade é contribuir para os processos de qualidade e igualdade na educação. O Ministério da Educação reforça que os testes dessa avaliação são de realização universal e obrigatória. Além disso, possibilitam acompanhar o desenvolvimento do currículo nas diferentes áreas, fornecendo informações gerais do Sistema de Educação e Ensino (Angola, 2025a). Esses testes proporcionam informações detalhadas sobre o desempenho dos alunos à escola, aos professores, aos encarregados de educação e aos próprios estudantes. Também permitem a realização de intervenções pedagógicas oportunas, orientadas às dificuldades identificadas em cada aluno. Ademais, subsidiam a elaboração de políticas públicas fundamentadas em evidências para o Setor da Educação. Os resultados podem ser divulgados publicamente nos âmbitos nacional, provincial, municipal e escolar. Essa divulgação produz informações relevantes para a condução das políticas públicas e permite que as escolas tomem decisões pedagógicas e de gestão voltadas ao aprimoramento da aprendizagem dos alunos.

De acordo ao Ministério da Educação, a ANA é organizada a nível central pelo órgão responsável pelos Processos de Avaliação do MED e aplica-se num intervalo de dois anos, periodicamente, ou em caso excecional, se não coincidir com outras avaliações externas (Angola, 2025a).

Segundo José (2024), as políticas e a gestão da educação são estabelecidas pela administração central do Estado, com concepção e aprovação nacional e com implementação local elaborada pelos Gabinetes/Secretarias Provinciais da Educação.

De acordo com o Departamento de Avaliação e de Desenvolvimento da Educação do INADE, no Sistema de Educação e Ensino angolano, as distintas modalidades de Avaliação das Aprendizagens encontram-se previstas na estratégia quinquenal² do MED e são utilizadas como ferramentas fundamentais para esclarecer sobre as tendências da aprendizagem dos alunos em vários níveis, a capacitação dos profissionais inclusos ao processo no desenvolvimento de

² O governo Angolano desenhou estratégias de longo prazo até 2050 para áreas prioritárias para o país, entre elas, a Educação. No caso, foram pensadas estratégias de curto, médio e longo prazo. A estratégia quinquenal diz respeito aos planos de desenvolvimento de médio prazo que o governo define para um período de cinco anos.

competências técnico-científicas bem como o uso de resultados, para estabelecer uma cultura de avaliação externa e promover a discussão de políticas baseadas em evidências (Angola, 2024a).

No contexto dos Exames Nacionais, o MED, por intermédio do INADE, vem implementando esse processo de forma gradual no Sistema de Educação e Ensino. Para tanto, o MED, por meio do INADE, contou com apoio técnico na elaboração dos instrumentos de avaliação e na capacitação das equipes angolanas envolvidas nas diferentes etapas de realização dos Exames Nacionais, apoio esse prestado pelo Instituto de Avaliação Educativa, I.P. (IAVE), da Direção-Geral da Educação (DGE), ambos de Portugal, no âmbito do protocolo de cooperação institucional estabelecido entre Angola e Portugal.

2.2 OS EXAMES NACIONAIS DE ANGOLA

De acordo a AngoLEX (Angola, 2020), o MED é o departamento ministerial auxiliar do Titular do Poder Executivo, que segundo os objetivos e prioridades definidas tem como função definir, propor, coordenar, executar e controlar a política educativa dos níveis de Educação Pré-Escolar, Ensino Primário e Secundário.

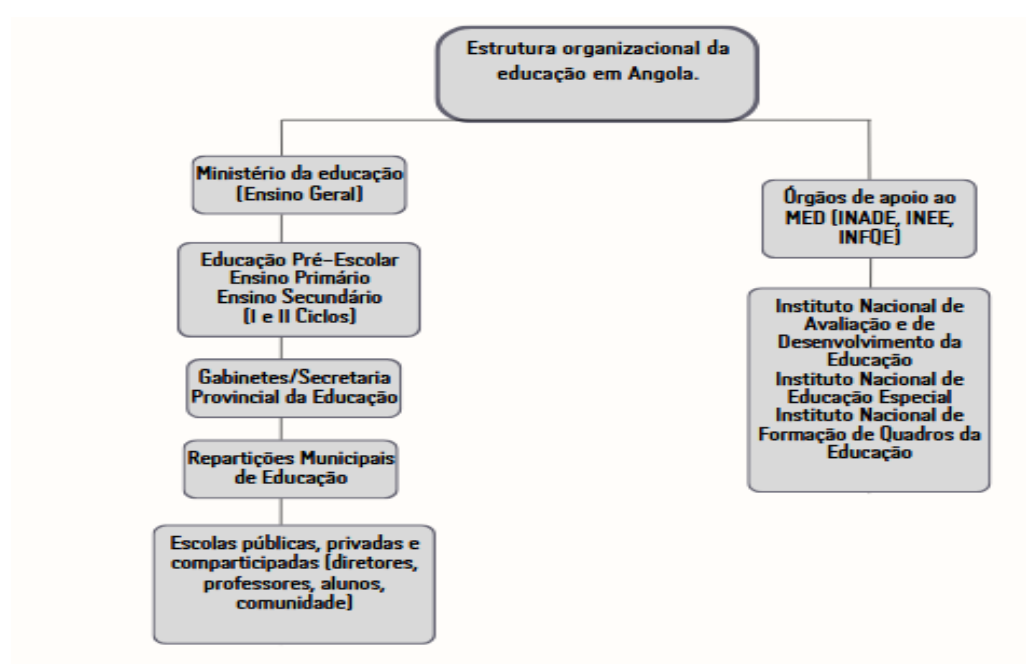
De acordo com a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, no seu artigo 17º, quanto à sua estrutura, é um sistema unificado e está constituído por seis subsistemas de ensino e quatro níveis de ensino. Os subsistemas de ensino são os seguintes: Subsistema de Educação Pré-escolar; Subsistema de Ensino Geral; Subsistema de Ensino Secundário Técnico-Profissional; Subsistema de Formação de Professores; Subsistema de Educação de Adultos; Subsistema de Ensino Superior. Já no que se refere aos níveis de ensino a referida lei esclarece que são os seguintes: a) Educação Pré-Escolar; b) Ensino Primário; c) Ensino Secundário e d) Ensino Superior (Angola, 2020).

A mesma Lei, no seu artigo 23º, institui que o subsistema de Educação Pré-Escolar, estrutura-se em duas etapas: a primeira etapa, a dos Jardins de infância, Centros infantis comunitários, abrange alunos dos três aos cinco anos e a classe de iniciação dos cinco aos seis anos de idade. Já a segunda etapa, chamada de “classe de iniciação” pode também ser ministrada em escolas do Ensino Primário, às crianças com 5 a 6 anos de idade no ano de matrícula (Angola, 2020).

Conforme o artigo 27º da Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino o ensino primário tem a duração de seis anos e a ele têm acesso as crianças que completem, pelo menos, seis anos de idade no ano de matrícula, da primeira à 4ª classes em regime de monodocência. E em seu artigo 31º, define a abrangência do da Educação Pré-escolar e diz que o I Ciclo do Ensino Secundário Geral compreende as 7ª, 8ª e 9ª classes e é frequentado por alunos que completem, pelo menos 12 anos no ano de matrícula. O II Ciclo do Ensino Secundário Geral compreende as 10ª, 11ª e 12ª classes e é frequentado por alunos que completem, pelo menos, 15 anos no ano de matrícula (Angola, 2020).

Para melhor compreensão, apresenta-se, a seguir, um esquema que ilustra a estrutura organizacional da educação em Angola (Figura 2).

Figura 2 - Estrutura organizacional da Educação em Angola



Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo o INADE (Angola, 2022), no ano letivo 2021/2022, o MED desenvolveu um projeto para a implementação de um sistema de avaliação externa nacional das aprendizagens com a denominação de Exames Nacionais Piloto (ENP). Foi uma necessidade com o propósito de formular uma política de avaliação de larga escala para Angola, consolidada na institucionalização dos EN. Conforme o Diário da República (Angola, 2022), no seu Decreto Executivo nº 230/22:

aprovou o Regulamento dos Exames Nacionais Piloto para a 6ª classe do Ensino Primário e para a 12ª classe do Ensino Secundário Geral, para o Ano Letivo de 2021/2022, aplicável às instituições Públicas, Público-Privadas e Privadas de ensino. (Angola, 2022)

Tal documento se constituiu como referência para a planificação e atuação das Instituições de Ensino e de informação dos alunos, pais e encarregados de educação neste âmbito.

Portanto, os EN, segundo o Ministério da Educação constituem a

avaliação externa, de larga escala, com carácter certificativo, aplicados anualmente a todos os alunos das classes de final de ciclo (6ª, 9ª e 12ª classes), com o propósito de adquirirem as habilidades essenciais, ou seja, “as aptidões que devem ser aprendidas em cada disciplina ou componente curricular e classe, que irão permitir a aplicação prática das competências descritas no currículo nacional (Angola, 2025a, p.10).

O EN tem como objetivo

avaliar as aprendizagens dos alunos e certificar a conclusão do Ensino Primário e I e II Ciclos do Ensino Secundário Geral nas ofertas formativas que preveem avaliação externa das aprendizagens, podendo ainda ser considerado para efeitos de acesso ao ensino superior (Angola, 2025a, p.10).

De acordo ao MED, os EN são realizados anualmente e destinam-se a todos os alunos qualificados da 6ª, 9ª e 12ª classes. No Ensino Primário e no I Ciclo do Ensino Secundário Geral. Abarca as disciplinas ou componentes curriculares finais do Plano de Estudos determinadas em edital próprio pelo titular do Departamento Ministerial responsável pelo Setor da Educação. Segundo o MED, no II Ciclo do Ensino Secundário Geral, é realizado no ano terminal da disciplina correspondente e abarca as disciplinas do Plano de Estudos estabelecidas em edital próprio pelo titular do departamento ministerial responsável pelo Setor da Educação. Na sequência, as disciplinas que não são objeto de avaliação nos exames nacionais devem ser avaliadas em fase própria regulamentada em Calendário Escolar Nacional, adaptados à modalidade da avaliação interna (Angola, 2025a).

Assim, o MED estabelece que a execução dos Exames Nacionais ocorra em duas fases realizadas anualmente e calendarizadas como 1ª chamada e 2ª

chamada. Poderão participar da 1ª chamada apenas os alunos internos que não tenham sido reprovados por faltas e que não possuam disciplinas em atraso referentes ao ano letivo anterior (Angola, 2025a).

Poderão comparecer à 2ª chamada os alunos que não tenham participado da primeira chamada por algum motivo devidamente justificado. Ou os atletas de alta competição, ou alunos que pratiquem desporto de alto rendimento e de seleções nacionais com a cooperação da própria associação ou federação. O MED reforça que a segunda chamada do EN pode ser considerada como Exame de Recurso, Exame Extraordinário e Exame de Melhoria de Nota (Angola, 2025a).

Os ENP foram aplicados nas 18 províncias do país a uma amostra de 2100 alunos da 6.ª e 12.ª classes, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Portanto, neste âmbito, os resultados obtidos nos ENP propuseram uma generalização progressiva na medida em que os objetivos daquela fase foram alcançados na sua maioria.

Segundo o Diário da República (Angola, 2021), sobre o Regulamento dos ENP, os destinatários, os ENP são realizados nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática da 6ª classe para o Ensino Primário, tendo como referência os conteúdos programáticos da 5ª e 6ª classes e o perfil dos alunos no final do III Ciclo do Ensino Primário.

Os ENP foram realizados nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática da 12ª classe do Ensino Secundário, tendo como referência os conteúdos programáticos das 10ª, 11ª e 12ª Classes e o perfil dos alunos no final do II Ciclo do Ensino Secundário Geral.

Tabela 1 - Exames Nacionais Piloto do Ensino Primário – 2022: Tipo de exame e respectiva duração

Disciplina	Código	Tipo de exame	Duração (minutos)	Tolerância no final do exame
Língua Portuguesa	61	Escrito	120	30
Matemática	62	Escrito	120	30

Fonte: Diário da República 2022, Regulamento dos Exames Nacionais Piloto.

A Tabela 1 apresenta informações para o entendimento geral sobre os ENP aplicado em Angola. De acordo ao Diário da República, sobre o Regulamento dos Exames Nacionais Piloto, o artigo dispõe que as provas dos Exames Nacionais Piloto devem ter duração de 120 minutos, com início na mesma hora em todo o território nacional, de acordo ao calendário escolar (Angola, 2021). Aos alunos são dados 15 minutos de tolerância após a hora prevista para o início dos ENP. Aos alunos que necessitem e assim o solicitem são concedidos 30 minutos de tolerância para além do tempo estipulado para o término da prova. Já a Tabela 2, a seguir, apresenta as mesmas informações com foco no Ensino Secundário Geral.

Tabela 2 - Exames Nacionais Piloto do Ensino Secundário Geral – 2022 Tipo de exame e respectiva duração

Disciplina	Código	Tipo de exame	Duração (minutos)	Tolerância no final do exame
Língua Portuguesa	121	Escrito	120	30
Matemática	122	Escrito	120	30

Fonte: Diário da República 2022, Regulamento dos Exames Nacionais Piloto.

Sobre o Regulamento dos Exames Nacionais Piloto, no capítulo III sobre a organização do Processo de Realização dos ENP, no artigo 11º, sobre o serviço de exames, no ponto 1, o serviço de exames que compreende os ENP, é de aceitação obrigatória, incluindo os professores vigilantes e coadjuvantes, os integrantes dos secretariados de Exames localizados nas instalações das escolas onde se realizam as provas do ENP e os professores classificadores (Angola, 2022).

De acordo com a normativa, além dos professores vigilantes, os membros dos secretariados dos exames podem ter acesso às salas de realização das provas dos ENP. Os inspetores escolares devem acompanhar o processo avaliativo, contudo, não lhes é permitida a entrada nas salas de exame.

No cumprimento do regulamento dos exames e das normas específicas emitidas pelo JEN, as instituições de ensino público devem garantir os recursos humanos necessários à efetivação do processo dos ENP, nomeadamente professores vigilantes, professores coadjuvantes, elementos do secretariado dos exames e professores classificadores. No artigo 21º, no acompanhamento por um

professor, no ponto 1, em cada sala de realização dos exames devem estar dois professores vigilantes. (Angola, 2022)

Após a fase do exame piloto, no ano letivo de 2022–2023, teve início a primeira fase de generalização dos Exames Nacionais, denominada Exames Nacionais – Primeira Fase de Generalização (EN1FG).

A avaliação educacional constitui um instrumento fundamental, pois fornece não só informações firmadas sobre a qualidade das aprendizagens, mas também para a melhoria dos processos e resultados de um sistema educativo.

Com a finalidade de criar estruturas e diretrizes para o alargamento da cobertura do sistema de avaliação externa nacional das aprendizagens, no ano letivo 2022-2023, realizaram-se os EN1FG, a uma amostra de 37.854 alunos, nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza e Física da 6^a, 9^a e 12^a classes.

A avaliação externa, por meio da realização de exames nacionais, não ocorre somente para aferir as aprendizagens dos alunos finalistas de um nível ou ciclo de ensino para efeitos de qualificação, seleção e certificação, mas também no desempenho profissional dos professores e das escolas, da qualidade do currículo. Portanto, consiste num componente imprescindível para avaliar o desempenho do próprio sistema de educação nos seus mais distintos níveis de operacionalização (Angola, 2024a).

Para melhor compreensão o Quadro 1 sintetiza os objetivos dos Exames Nacionais referentes à 1^a Fase de Generalização, destacando os elementos centrais que orientam essa fase do processo.

Quadro 1 - Objetivos dos Exames Nacionais, 1ª Fase de Generalização

Objetivo Geral	Objetivos específicos
1. Consolidar os procedimentos inerentes aos Exames Nacionais: 1ª Fase de Generalização	1. Aplicar os exames nacionais recorrendo a uma amostra de alunos representativa à escala nacional; 2. Aplicar os exames nacionais nas 6ª, 9ª e 12ª classes nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática; 3. Realizar um estudo piloto para as disciplinas de Ciências da Natureza e Física nas 6ª, 9ª e 12ª classes, recorrendo a uma amostra por conveniência; 4. Adaptar o processo de classificação ao aumento do número de alunos e de provas; 5. Conformar os instrumentos de avaliação externa ao processo de classificação adoptado; 6. Adequar o número de profissionais a envolver no processo de aplicação dos Exames Nacionais relativamente aos processos de elaboração, aplicação e classificação; 7. Reforçar as competências técnicas, científicas e pedagógicas no domínio dos procedimentos de avaliação externa das aprendizagens.

Fonte: Retirada do documento: Diário da República 2022, 1ª Fase de Generalização (Angola, 2022)

A aplicação dos ENP indicou a necessidade de uma generalização gradual, à medida que os objetivos dessa fase foram, em sua maioria, alcançados. Em decorrência do aumento da amostra, estatisticamente representativa, houve a inclusão de mais uma classe (9.ª) e a incorporação das disciplinas de Ciências da Natureza e Física. Destaca-se que esses dois domínios foram inseridos nessa fase em caráter experimental. Assim, no ano letivo de 2022–2023, os Exames Nacionais abrangeram as 6.ª, 9.ª e 12.ª classes e avaliaram as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza e Física.

No ano letivo 2022-2023, realizaram-se os Exames Nacionais 1.ª Fase de Generalização (EN1FG), a uma amostra de 37.854 alunos, nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza e Física da 6ª, 9ª e 12ª classes.

Portanto, dos 37.854 alunos da amostra, 20.725 foram alunos da 6.ª classe, 13.386 da 9.ª classe e 3.744 alunos da 12.ª classe. Sendo assim, tivemos 51,6% alunos da 6.ª classe, 36,6% foram alunos da 9.ª classe, e 11,8% alunos da 12.ª classe. O total de alunos em Luanda foi de 3.603. O total de alunos nas províncias da Huíla, Benguela e Huambo foi de 2.163 em cada uma. O total de alunos nas outras 14 províncias foi de 1.983 para cada uma (Angola, 2022)

É relevante referir que a constituição das turmas se baseou no regulamento dos EN1FG que previa 35 alunos por turma. As provas foram aplicadas por dois aplicadores – professores da província, mas não da escola de aplicação – por turma. A seleção dos aplicadores foi da responsabilidade dos Gabinetes/Secretaria Provinciais da Educação e foram validados pela comissão técnica.

As equipas dos centros de exames regionais foram compostas de intervenientes devidamente qualificados para o efeito. As equipas dos centros de exames provinciais e locais integraram professores com funções de coordenador, subcoordenador, técnicos para a gestão das aplicações informáticas de apoio à gestão dos exames de avaliação externa dos ensinos primário e secundário – professores com conhecimentos informáticos, elementos das equipas, tais como professores vigilantes e coadjuvantes, nomeados, nos centros de exames locais pelo diretor de cada escola, para a aplicação das provas.

No ano letivo 2023-2024, realizaram-se os Exames Nacionais 2.^a Fase de Generalização (EN2FG), para a criação de um sistema de avaliação externa nacional, incluindo a capacitação de profissionais angolanos afetos aos distintos órgãos e áreas da educação com uma amostra prevista de 143.360 alunos da 6.^a, 9.^a e 12.^a classes, nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, Física, Geografia, História e Biologia.

De acordo ao INADE, os EN2FG foram realizados de 10 a 14 de Junho de 2024. O INADE constituiu uma amostra de 64.626 alunos das 18 províncias do país. Estes alunos realizaram três provas, nomeadamente Língua Portuguesa (61), Matemática (62) e Ciências da Natureza (63), com exceção das províncias de Malanje e Namibe que, além das provas mencionadas, os alunos realizaram igualmente as provas de Geografia (64) e História (65) respectivamente. Tratou-se de um exame diagnóstico, somente aplicado a 1.767 alunos dessas duas províncias para alunos da 6.^a classe do Ensino Primário, de instituições escolares públicas, público-privadas, também designadas como comparticipadas e privadas. Cada prova teve a duração de 90 minutos, podendo os alunos disporem de mais 30 minutos de tolerância, conforme o regulamento dos EN2FG (Angola, 2023).

Para cada código de prova (prova por disciplina e classe) foi assinalado e elaborado o respectivo referencial nacional e foram dados os distintos passos até ao percurso de construção das provas e seus critérios de classificação: leitura dos currículos, construção das matrizes das provas, construção das informações-prova,

procura de suportes, consultorias, auditorias de especialidade, auditorias de resolução, auditorias de avaliação, revisão linguística, paginação e *design*, revisão gráfica.

Neste mesmo ano letivo, de 2023-2024, segundo o INADE, realizou-se os Exames Nacionais 2.^a Fase de Generalização (EN2FG), com uma amostra total de 143.360 alunos da 6.^a, 9.^a e 12.^a classes, nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, Física, Geografia, História e Biologia (Angola, 2023).

Tabela 3 - Quantidade de Centros de Exame, de turmas, de Alunos seleccionados e avaliados, por Códigos de Prova e por Província

Província	Qtd. de CE ³	Turmas	Nº de alunos seleccionados (61, 62, 63, 64, 65)	Número de alunos avaliados por código				
				61	62	63	65	65
Bengo	10	41	1404	1249	1218	1173	-	-
Benguela	35	114	5472	3350	3381	3287	-	-
Bié	23	107	3736	3476	3481	3439	-	-
Cabinda	14	64	1909	1577	1704	1693	-	-
Cuando Cubango	9	40	1066	995	980	1005	-	-
Cuanza Norte	11	44	1471	1362	1403	1476	-	-
Cuanza Sul	22	98	3217	2902	2899	2851	-	-
Cunene	8	34	1126	1064	1055	1010	-	-
Huambo	54	206	8515	3939	4186	4271	-	-
Huíla	20	140	4775	4120	4121	4143	-	-
Luanda	46	501	17204	13617	14020	13840	-	-
Lunda Norte	23	88	3106	1823	2244	1971	-	-

³ Centro de Exame

Lunda Sul	12	48	1620	1547	1564	1544	-	-
Malanje	7	35	978	898	919	883	901	-
Moxico	5	61	2147	1520	1501	1465	-	-
Namibe	6	46	789	747	751	736	-	749
Uíge	32	132	4608	3447	3447	3434	-	-
Zaire	9	54	1483	1618	1612	1531	-	-
Total	346	1853	64626	49251	50486	49752	901	749

Fonte: retirada do documento: Exames Nacionais 2ª Fase de Generalização. Apresentação dos Resultados da 6ª classe (Angola, 2023)

Os dados apresentados na Tabela 3 demonstram a distribuição dos centros de exame e das turmas da 6ª classe nas várias províncias do país, evidenciando o esforço realizado para atender à demanda educacional. No total, registaram-se 346 centros de exames e 1853 turmas, com uma distribuição que realçou tanto províncias com maior infraestrutura quanto aquelas que enfrentaram desafios significativos.

Tabela 4 - Percentagem de acerto por domínio e nível de complexidade cognitiva – Prova de Língua Portuguesa (61)

Domínio Cognitivo	Nível de Complexidade Cognitiva		
	Nível Inferior	Nível Intermédio	Nível Superior
Capacidades /Conteúdos	- Identificação de conceitos; - Interpretação de sentidos explícitos; - Inferências simples; - Aplicação de conceitos em situações rotineiras	- Inferências complexas; - Relação de elementos textuais; - Síntese de ideias; - Aplicação de conceitos	- Análise crítica - Produção de juízos pessoais fundamentados; - Criação
Leitura literária Escrita Gramática	Item 3: 37,99% Item 6: 38,66% Item 7: 30,95% Item 8: 39,75%	Item 1: 44,22% Item 2: 36,84% Item 4: 0,39% Item 5: 49,94%	Item 9: 47,84%
Leitura não literária Gramática	Item 10: 62,27% Item 14: 30,34% Item 15: 4,71%	Item 11: 42,17% Item 13: 26,37%	Item 12: 46,30%
Escrita			Item 16: 62,27%

Fonte: retirada do documento: Exames Nacionais 2ª Fase de Generalização. Apresentação dos Resultados da 6ª classe (Angola, 2023)

A Tabela 4 retrata a percentagem de acertos por domínio e nível de complexidade cognitiva na prova de Língua Portuguesa. Ela comprova diferenças consideráveis no desempenho dos alunos de acordo ao nível de dificuldade e a produção dos itens.

Os itens foram classificados em três níveis: Inferior, Intermédio e Superior. No nível Inferior, verificou-se uma ampla variação no desempenho, com percentagens de acertos entre 4,71% (Item 15) e 62,27% (Item 10). Apesar de ser o nível mais básico, vários itens apresentaram incidência de acertos inferiores a 40%, apontando desafios que podem estar relacionados com a compreensão ou interpretação de textos e a não familiarização ao formato de provas.

Quanto ao nível Intermédio, o desempenho variou de 0,39% (Item 4) a 49,94% (Item 5). Essa mudança propõe que os itens desse nível apresentaram diferentes graus de acessibilidade, sendo que alguns podem ter dominado o esperado em termos de dificuldade.

No Nível Superior, os itens tiveram percentagens de acertos mais consistentes, alternando entre 47,84% (Item 9), 46,30% (Item 12) e 62,27% (Item 16). Isso reflete que os alunos conseguiram lidar melhor com as questões de maior complexidade, possivelmente por estarem mais bem formuladas ou por serem mais estimulantes.

Tabela 5 - Percentagem de acerto de itens por domínio e nível de complexidade cognitiva – Prova de Matemática (62)

	Nível Inferior	Nível Intermédio	Nível Superior
Domínios	Conhecer conceitos e procedimentos e aplicá-los em situações rotineiras.	Aplicar e interpretar conceitos e procedimentos em situações rotineiras/ não rotineiras	Relacionar e raciocinar sobre conceitos em novas situações (não rotineiras).
Conjuntos	Item 1: 29,8%		
Números e operações	Item 2: 17,1%	Item 5: 0,1% Item 8: 0,2% Item 11: 30,6% Item 14: 30,6%	
Equações e Inequações. Proporcionalidade	Item 3: 30,8%	Item 10: 2,2% Item 13: 24,1%	Item 15: 19,3%

Estatística	Item 9: 31,5%	Item 7: 30,6%	Item 16: 15,2%
Geometria	Item 4: 15,5% Item 6: 0,4% Item 12: 44,9%		

Fonte: retirado do documento: Exames Nacionais 2ª Fase de Generalização. Apresentação dos Resultados da 6ª classe (Angola, 2023)

A Tabela 5 destaca-se o fato de que em nenhum item de nível inferior e de nível intermédio os alunos alcançaram percentagens de acerto acima de 50%. Outra característica que importa salientar são as percentagens de acerto do item 6 (de nível inferior) e dos itens 5 e 8 (ambos de nível intermédio), que estiveram abaixo de 1%, ao passo que os itens 15 e 16 adquiriram uma percentagem de acerto em mais de 15%.

Uma provável razão para este quadro pode ser que os alunos estejam mais familiarizados com os itens modelos dos itens 15 e 16 do que dos itens 5, 6 e 8. Portanto, há a necessidade de maior trabalho em sala de aulas de diferentes modelos de itens, com especial atenção aos modelos constantes nos exames nacionais.

Os resultados do desempenho dos alunos da 6.ª classe, submetidos a exame foram apresentados a nível nacional, provincial e por domínio de conteúdo ou de competência de cada disciplina, assim como por nível de complexidade cognitiva. De acordo ao Departamento de Avaliação e Garantia da Qualidade do INADE, INADE (2024), quanto à mobilização das capacidades cognitivas dos alunos na resolução dos itens, foram definidos três níveis de complexidade (inferior, intermédio e superior), tal como se apresenta no Quadro 3, a seguir:

Quadro 2 - Níveis de complexidade cognitiva

Inferior	Intermédio	Superior
Localizar / (Re)Conhecer / Calcular de forma rotineira / Identificar	Aplicar / Interpretar / Inferir / Compreender / Sistematizar ideias	Raciocinar / Criar / Analisar criticamente / Relacionar em situações não rotineiras

Fonte: Exames Nacionais 2º Fase de Generalização. Apresentação dos Resultados da 6ª classe (Angola, 2023).

Segundo o INADE (2022), os níveis de complexidade cognitiva dizem respeito a complexidade requerida ao aluno na organização da resposta a cada item. Por

exemplo, se o aluno apenas tem de mobilizar conhecimento obtido para fazer um cálculo ou identificar informação explícita num texto, a resposta enquadra-se no nível mais elementar; se tem de aplicar conceitos, cálculos e procedimentos não rotineiros recorre a processos intermédios; porém, se tem de proceder a análises críticas ou criar algo com base na relação ou no raciocínio sobre conceitos em novas situações, precisa apelar a raciocínios de nível de complexidade superior.

Para o ano de 2024/2025 fez-se a apresentação da 3ª Fase de Generalização (EN3FG), em que segundo o Artigo 4º do Regulamento dos Exames Nacionais (2025), é denominado “EN, as provas padronizadas pertencentes à modalidade de avaliação externa das aprendizagens, realizadas para a conclusão do Ensino Primário, I e II Ciclos do Ensino Secundário Geral” (Angola, 2025d).

De acordo ao Decreto Executivo Nº 08/2025 do Ministério da Educação, no seu artigo 1º (aprovação):

1. É aprovado o Regulamento dos Exames Nacionais referente à 3ª fase de Generalização para a 6ª e 9ª classes, para o ano letivo 2024/2025.
2. É aprovado o Regulamento dos Exames Nacionais para a 12ª classe, para o ano letivo 2024/2025. (Angola, 2025d)

De acordo ao Artigo 3º do Regulamento dos Exames Nacionais deste ano letivo, são objetivos dos mesmos:

- a) Aferir as habilidades essenciais apreendidas pelos alunos nos ciclos de aprendizagem;
- b) Aferir o grau de homogeneidade das aprendizagens a nível nacional;
- c) Promover a justiça, a transparência, a uniformidade, a viabilidade dos processos de avaliação e a fiabilidade dos resultados;
- d) Verificar o grau de cumprimento e desenvolvimento do currículo nacional;
- e) Certificar os alunos da 12ª classe do II Ciclo do Ensino Secundário Geral. (Angola, 2023)

Para o ano letivo de 2024-2025, realizou-se a 3.ª Fase de Generalização dos Exames Nacionais (EN3FG), com um alargamento da amostra muito superior ao das três fases anteriores (50% do universo de alunos que frequenta a 6.ª classe; (ii) 50% do universo de alunos que frequenta a 9.ª classe; (iii) 100% do universo de alunos da 12ª classe do ensino geral), o que fez com que a criação de condições para este desafio, trouxesse a necessidade de capacitar e reforçar as competências profissionais de todos os atores afetos ao projeto.

Tabela 6 - Inscritos EN – período de 2021 a 2025

Fases	Fase Piloto	EN1FG	EN2FG	EN3FG
Nº de alunos inscritos	2.100	37.854	143.360	6ª e 9ª amostral-540.678 12ª censitária e certificativa-58.162
Ano	2021	2022/2023	2023/2024	2024/2025

Fonte: Angola, 2024b

Segundo o Regulamento dos Exames Nacionais 3ª Fase de Generalização (2024), o seu artigo 10º refere que:

1. O EN, para a 6ª classe, compreende a realização de provas em uma única fase.
2. Na 6ª classe, os EN são realizados nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, Geografia e História e têm por referência os conteúdos programáticos da 5ª e 6ª classes e o Perfil dos alunos no final do III Ciclo de Aprendizagem do Ensino Primário em conformidade com a legislação em vigor. (Angola, 2024b)

De acordo com o regulamento dos EN3FG de 2024, o artigo 5º estabelece que a calendarização da realização dos EN seja definida por meio de edital próprio, no qual se determina o período de aplicação das respetivas provas de exame (Angola, 2024b). O mesmo regulamento, no seu artigo 7º refere que os exames nacionais são aplicados no horário estipulado, de acordo ao calendário escolar nacional, paralelamente em todo o país.

Os artigos 11º e 12º estabelecem que a prova da 6ª classe tem duração de 90 minutos, com início em horário unificado para todo o país, conforme o calendário escolar nacional. Já a 9ª classe realiza as provas em um único período, abrangendo as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Física, Geografia, História, Biologia, Química, Inglês e Francês, com base nos conteúdos previstos nos programas da 7ª, 8ª e 9ª classes, em consonância com o perfil esperado dos alunos ao final do I Ciclo do Ensino Secundário Geral.

O mesmo regulamento, no seu artigo 13º refere que: “2. A prova da 9ª classe tem a duração de cento e vinte (120) minutos com início à hora definida no calendário e de forma simultânea em todo o território nacional.” (Angola, 2025a, p. 8)

O mesmo regulamento, no seu artigo 14º refere que:

1. No II Ciclo do Ensino Secundário Geral, o EN destina-se, de forma obrigatória, para todos os alunos que frequentam a 12ª classe e compreende a realização de provas em duas fases (1ª e 2ª chamadas).
2. O EN ocorre, apenas, nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Física, Geografia, História, Biologia, Química, Geologia, Filosofia, Inglês, Francês, Introdução ao Direito e Introdução à Economia. (Angola, 2025a, p.8)

O artigo 14º apresenta as diferentes fases de realização das provas no ensino secundário, bem como as disciplinas nas quais os alunos serão avaliados. Considerando que se trata de um processo relativamente novo para muitos estudantes da 12ª classe, evidencia-se a necessidade de que todos os atores envolvidos detenham pleno conhecimento de suas atribuições no momento da execução. Nesse sentido, o processo dos EN estabelece responsabilidades específicas para cada interveniente (Angola, 2025a, p. 22). No Quadro 4, a seguir, são apresentadas as informações referentes à atribuição dos responsáveis provinciais.

Quadro 3 - Atribuição dos responsáveis provinciais nos Exames Nacionais

Antes da aplicação dos Exames Nacionais	Durante a aplicação dos Exames Nacionais	Após a aplicação dos Exames Nacionais
Promover ações com vista a garantir que todos os alunos inscritos na plataforma se façam presentes no dia da aplicação das provas; realizar visitas às escolas (centros de exames) e contatar os Diretores de escola, para garantir a presença dos responsáveis no dia da aplicação da prova. Os responsáveis provinciais precisam também de preparar as condições de aplicação das provas em cada turma, em cada sala de aula, com a devida identificação da folha de prova, classe e turma e selecionar os professores que vão aplicar as provas (os professores vigilantes, suplentes e os coadjuvantes).	Os responsáveis provinciais, durante a aplicação do EN, devem sistematizar ações para verificar as condições das salas antes da aplicação dos testes; conferir a entrega dos envelopes que estão nas caixas; acompanhar a entrega das provas e a aplicação dos testes; organizar os alunos na sala de prova; coordenar o início da aplicação do teste em todas as salas de aplicação das provas; distribuir as provas para cada dia de aplicação; acompanhar de forma aleatória a aplicação dos exames em algumas escolas; coordenar o tempo de aplicação do teste; recolher as provas, conferir, arrumar devidamente nas caixas para a sua devolução;	No final da aplicação devem preparar as caixas com os instrumentos para devolver aos centros de classificação.

Aos responsáveis provinciais cabe também o estabelecimento de contato, reuniões de trabalho e revisão dos procedimentos de aplicação, antes do dia da aplicação e dar apoio aos professores da escola para a realização de simulações de todo o processo de aplicação com vistas a evitar erros. Devem receber, verificar e responsabilizar-se pela segurança das provas antes da sua aplicação; constatar se os gestores escolares fazem o levantamento das provas nos Gabinetes/Secretaria Provinciais de Educação; devem certificar que as caixas recebidas estão em conformidade com sua escola de aplicação e realizar contato prévio com a escola garantindo que todos estejam prontos para a aplicação.	reportar caso haja algum incidente identificado na aplicação dos instrumentos.	
---	---	--

Fonte: Elaborado pela autora com base nos Manuais de aplicação do EN de Angola.

Os procedimentos de aplicação dos exames devem seguir rigorosamente as orientações contidas no passo-a-passo dos manuais de aplicação dos EN, bem como no regulamento do JEN. Os supervisores nacionais (técnicos do INADE) devem receber uma formação sobre todas as fases de aplicação das provas, com base nos manuais de aplicação.

Os supervisores nacionais devem replicar a formação junto aos pontos focais provinciais, gestores escolares, coordenadores de escola, de turma e de disciplina, bem como aos professores vigilantes, coadjuvantes e suplentes, em cada província, de acordo com as quantidades previamente definidas. A formação deve ocorrer na modalidade presencial e ser realizada em diferentes fases, anteriormente à aplicação das provas.

A equipe técnica deve elaborar um plano de capacitação dos atores com especial atenção à uniformização dos procedimentos nas salas de aplicação e às tarefas de orientação no preenchimento das folhas de respostas. Recebem

capacitações os Diretores Municipais de Educação, os diretores das escolas que serão os centros de exames, os subdiretores pedagógicos destas escolas, os professores que são coordenadores de turma, de turno e de disciplina, professores (que lecionam as disciplinas que serão aplicadas nos exames ou não), técnicos do INADE, do Departamento de Avaliação e técnicos do Gabinete de Inspeção que farão parte dos JEN.

No dia da aplicação dos EN, os gestores escolares devem se dirigir aos Gabinetes/Secretarias Provinciais de Educação para proceder ao levantamento das provas, de acordo com cada centro de exame. Contudo, em razão das longas distâncias existentes em muitos municípios e em diversas províncias do país, parte das provas é transportada com antecedência de alguns dias e armazenada em esquadras policiais, sendo posteriormente recolhida e encaminhada às escolas no próprio dia da aplicação. As equipes de acompanhamento realizam a conferência do material, a fim de confirmar que cada centro disponha dos respectivos envelopes contendo as provas correspondentes. Na chegada à escola, já na sala, é feita a contagem das provas para confirmar se o número de provas corresponde ao número de alunos inscritos e que efetivamente estiver na escola para a realização dos exames naquela sala. Também deve ser feita a chamada com a lista de presença dos alunos inscritos, para confirmar a sua presença.

Na realidade angolana, as provas chegam às 21 províncias do país poucos dias antes da sua aplicação, o que, em caso de falta de algum material, reduz significativamente a possibilidade de reposição. A organização das provas em envelopes e sua colocação em caixas, que podem ser de cor castanha ou branca, é realizada pela gráfica vencedora do concurso. Contudo, uma ampla equipe de técnicos do INADE participa obrigatoriamente de todo o processo, com o objetivo de assegurar a inexistência de falhas, tanto no empacotamento quanto no envio pontual das provas aos respectivos locais de destino. Além disso, essa equipe atua nos procedimentos de contagem, organização, verificação e empacotamento dos cadernos de provas, das folhas de respostas e dos demais instrumentos de avaliação.

A distribuição das provas às diferentes províncias do país é realizada por transportadoras selecionadas por meio de concurso, as quais atuam de acordo com a proximidade regional entre as localidades. O transporte não é efetuado com escolta policial; contudo, ao chegarem a determinada província, os caminhões que

transportam as provas passam a ser acompanhados pelas forças policiais. Esse acompanhamento ocorre desde o recebimento das caixas de provas, e a respectiva conferência, até ao local onde permanecem armazenadas, aguardando o dia em que são levantadas pelos diretores dos centros de exame para a sua aplicação.

Os objetivos da aplicação dos testes devem estar claramente definidos, de modo a assegurar maior segurança tanto aos alunos quanto aos aplicadores no momento da realização, cabendo a cada interveniente desempenhar o seu papel com zelo. Para a aplicação das provas, são necessárias equipes de professores responsáveis por orientar os alunos em sala de aula quanto aos procedimentos adequados para a realização dos exames, bem como pelo recolhimento das provas após a sua execução. Na seção seguinte, será apresentada a formação oferecida às equipes responsáveis por esse trabalho.

2.3 PLANEJAMENTO

O planejamento constitui a etapa que antecede qualquer atividade. No contexto da aplicação das provas dos EN, torna-se necessário identificar e definir as estratégias de atuação a serem adotadas, a fim de assegurar o êxito nessa fase específica do processo.

De acordo a Dias (2017) é importante que se faça uma pesquisa mais aprofundada sobre o que se detecta como dificuldade durante a aplicação dos testes para que haja modificações no programa de treinamento. A planificação apresenta um levantamento sobre as capacitações a serem realizadas, a sua padronização, a forma de treinamento, a interação entre os participantes, a consolidação do conteúdo ministrado e a melhoria de planos de treinamento. Com a finalidade de garantir eficiência na execução, que é a aplicação exitosa das provas.

2.4 CAPACITAÇÃO ÀS EQUIPES DE APLICAÇÃO

A formação das equipes de aplicação é de responsabilidade do INADE e do JEN, que organizam grupos de aplicadores, classificadores e colaboradores. Essas equipes são compostas por técnicos do INADE e do JEN, aos quais compete ministrar as formações destinadas aos profissionais envolvidos na aplicação dos exames.

Participar das ações de treinamento dos agentes de ensino normalmente implica receber uma capacitação quando há alguma avaliação e replicar essa capacitação/formação àqueles que estarão a fazer a aplicação da avaliação em sala de aula. Normalmente, os técnicos do MED (INADE e JEN) atuam como formadores e/ou supervisores nas avaliações quer internas ou externas. Porém, são professores a aplicar os instrumentos aos alunos.

Os técnicos fazem a supervisão de todo o processo e capacitam todas as equipes que estarão na aplicação, recolhimento, preparação e classificação das provas. Portanto, é necessário haver uma seleção de professores das escolas inscritas para que se realize o treinamento, de preferência de forma presencial e obrigatória, para que se aperfeiçoem e se uniformizem os procedimentos de todos os envolvidos, nomeadamente: os JEN, professores vigilantes e suplentes, professores coadjuvantes, gestores escolares, subdiretores pedagógicos, diretores municipais, em todos os centros onde haverá aplicação.

Em dias pré-definidos, as equipes dos supervisores provinciais se deslocam dos municípios para as respectivas províncias em que farão a supervisão e, em um mesmo horário, todas as equipes dão início ao processo de capacitação.

Considerando o elevado número de atores a serem capacitados, a padronização dos procedimentos de aplicação constitui condição essencial para que o processo formativo ocorra com credibilidade. No âmbito das ações de capacitação, determinados aspectos devem ser considerados, conforme as informações apresentadas no Quadro 5.

Quadro 4 - Ações de capacitação para a aplicação dos Exames Nacionais e atores responsáveis

Supervisores nacionais	Efetuem uma ação de capacitação nas sedes provinciais e as equipes provinciais se organizam no sentido de multiplicarem as orientações procedimentais ao maior número de pessoas possível, havendo a chamada multiplicação em cascata;
Professores vigilantes e suplentes	Há procedimentos, como verificar a identificação do aluno, controlar se o aluno que está a entrar para o local da prova é o mesmo que está inscrito, fazer a chamada e organizar os alunos na turma, orientar os mesmos sobre os procedimentos corretos para a realização das provas, que são tarefas obrigatórias dos atores;

Professores coadjuvantes	São os professores especialistas de cada disciplina a ser aplicada diariamente. Eles ficam em uma sala à parte, com acesso a um caderno de provas e só é chamado a atuar se porventura houver alguma inconformidade na prova daquele dia.
Supervisores nacionais (INAE e JEN)	Para avaliar a efetividade das formações, será necessário o monitoramento através do Departamento de Avaliação e Garantia da Qualidade do INAE, como setor responsável. A monitoria permitiria fazer a comparação das ações formativas a cada ano, para que se possa aprimorar de acordo as realidades locais.
Pontos focais	Têm a função de: Assegurar as condições de realização dos EN; Supervisionar a aplicação das provas a nível provincial; Assegurar o cumprimento do Regulamento de Exames; Estar informado e informar os demais intervenientes sobre todos os aspectos pertinentes do projeto;

Fonte: Elaborado pela autora com base no Manual de aplicação dos Exames Nacionais.

A aplicação das provas é feita por vários agentes. A escolha desses agentes é de acordo a seleção das pessoas que estarão envolvidas nas diversas fases do processo a fim de receberem as capacitações.

Os supervisores nacionais do INAE (técnicos do Departamento de Avaliação e Garantia da Qualidade) e do JEN (técnicos do Gabinete de Inspeção integrantes dos Júris dos Exames Nacionais) constituem grupos devidamente preparados para capacitar os professores vigilantes, os professores coadjuvantes e suplentes, bem como os diretores dos centros de exame, as equipes dos júris provinciais e demais atores envolvidos na fase de aplicação. Essa capacitação tem como finalidade assegurar que cada responsável execute suas atribuições com êxito, contribuindo para a melhoria do desempenho dos aplicadores das provas. Além disso, esses grupos também são responsáveis por orientar os procedimentos de aplicação, a recolha das provas, bem como a preparação e a entrega do material aos Centros Provinciais de Classificação.

Estes estão divididos em duplas, por províncias, fazendo a supervisão em nível de todo o país e cada dupla faz o acompanhamento direto e permanente de todo o processo em uma província, desde as formações das equipes, a aplicação das provas, até a classificação das mesmas.

Optamos também pelos pontos focais provinciais, normalmente estes devem ser os chefes de departamento de ensino de cada província que servem de elo entre

o INADE (que dá todas as orientações referentes aos exames) e a sua província (dando direções para que as orientações sejam cumpridas na íntegra).

Os professores vigilantes são os sujeitos que vão fazer a aplicação das provas dos exames nas escolas e turmas selecionadas para tal. Os professores suplentes são os que, na ausência ou atraso dos professores vigilantes, vão fazer a aplicação das provas.

Os coadjuvantes são os professores especialistas de cada disciplina a ser aplicada diariamente. Ficam em uma sala à parte, com acesso a um caderno de provas e só é chamado a atuar se porventura houver alguma inconformidade na prova a aplicar daquele dia.

Entendemos que estes são os principais envolvidos no processo dos exames nacionais, no que concerne a estarem diretamente ligados à aplicação dos mesmos, e que a sua capacitação faz toda a diferença, caso seja feita de forma adequada e atempada, mas também existem atores igualmente relevantes, pois fazem parte do processo educativo. Estas equipes são compostas pelos Diretores Municipais da Educação, que são os responsáveis máximos pela educação em cada município; os diretores das escolas, que são aqueles que tratam do funcionamento organizacional de toda a instituição, tanto dos espaços físicos como dos recursos humanos da mesma, e devem garantir a organicidade e efetividade da gestão da escola; os subdiretores pedagógicos tratam da gestão pedagógica da escola e são os que cuidam e gerem a área educativa da escola, fazem a definição das linhas de atuação em função dos programas pedagógicos, elaboram os conteúdos curriculares, acompanham o corpo docente, avaliam o desempenho dos alunos e de toda a equipe escolar como um todo.

Os professores, que são coordenadores de turma, são as pessoas especializadas que se responsabilizam pelo andamento da sua equipe, ou seja, de todos os professores alocados em determinada turma específica, são os que atuam na organização e estruturação de projetos no âmbito da escola, os que coordenam, organizam e estruturam; os coordenadores de turno são aqueles que planificam e monitoram, com dinamismo e de maneira organizada, todo o funcionamento da rotina escolar viabilizando a comunicação entre pais, encarregados de educação, alunos, professores e funcionários e os coordenadores de disciplina que garantem que as atividades sejam desenvolvidas de acordo a planificação e zelam pelo clima organizacional favorável a aprendizagem.

Considerando que as formações conduzidas pelos supervisores nacionais ocorrem de forma presencial nas províncias sob sua responsabilidade, cabe aos Gabinetes/Secretarias Provinciais de Educação a seleção do local de realização das atividades formativas, bem como a indicação dos participantes, conforme o perfil previamente definido pelo INADE ou pelo JEN. Em algumas situações, observa-se a participação de um número superior ao previsto de formandos, uma vez que diretores escolares encaminham professores que não haviam sido previamente selecionados, com o objetivo de dispor de profissionais capacitados em suas instituições. As formações são realizadas de maneira coletiva.

Na fase de preparação do projeto dos EN foi criado um conjunto de medidas, ações e atividades a curto, médio e longo prazo, para a operacionalização do mesmo. Nestas medidas estavam autorizadas a constituição, formação das equipes técnicas e a sua capacitação.

Inicialmente, eu e um colega do JEN fomos designados para acompanhar, formar e supervisionar o processo dos Exames Nacionais na província de Cabinda. Durante uma das ações formativas, optamos pela realização de aulas simuladas, concebidas como atividades de demonstração e treinamento, com o objetivo de possibilitar que cada ator envolvido compreendesse de forma clara suas atribuições nas fases de aplicação e recolha das provas. Posteriormente, fui designada para atuar na província do Huambo, juntamente com outro colega do JEN, possivelmente em função de se tratar de uma província com um número significativamente maior de escolas e de alunos inscritos para a realização dos EN.

Em decorrência da criação de três Centros Regionais de Classificação, as provas realizadas e recolhidas nas 18 províncias do país, à época da anterior organização administrativa, passaram a ser distribuídas entre esses centros para fins de classificação. Diante desse contexto, houve a necessidade de meu deslocamento para a província do Huambo, uma vez que também era responsável pela área de avaliação externa.

Na segunda fase de generalização dos Exames Nacionais, fui indicada para realizar a supervisão de um dos Centros Regionais de Classificação, onde permaneci por três semanas. Nesse período, acompanhei a formação dos classificadores, supervisei a capacitação dos colaboradores conduzida por um técnico do JEN e participei do processo de recepção e organização das provas, em articulação com o grupo local do Huambo. Além das avaliações realizadas nessa

província, também foram recebidas e organizadas as provas provenientes das províncias do Bié, Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico.

Os Centros Regionais de Classificação são escolas indicadas pelos Gabinetes/Secretarias Provinciais de Educação e criados na 2ª fase de generalização dos exames nacionais para serem os lugares onde as provas, depois de serem aplicadas e recolhidas, são transportadas para estes centros, onde são conferidas, e entregues a uma equipe especializada para o efeito, a fim de serem preparadas para a classificação.

No ano letivo de 2024/2025, ficou definido que os centros regionais deixariam de existir, para darem lugar aos centros provinciais de classificação, permitindo que cada província pudesse classificar as suas próprias provas.

A aplicação das provas é feita quando os alunos já estão em sala. É feita uma chamada nominal para confirmar a presença de todos os alunos inscritos para fazer os EM. Os professores-vigilantes fazem a distribuição das provas por aluno, explicam aos mesmos os procedimentos de realização das provas, bem como são elucidados relativamente ao tempo estipulado para fazer a prova.

Portanto, um passo fundamental é fazer com que o processo de aplicação dos testes seja executado com clareza e para isso, é necessário que haja a formação em tempo útil de cada envolvido para que saiba como deve atuar no momento da aplicação das provas. Para tanto, as equipes selecionadas para tal, devem ser devidamente capacitadas para que o processo tenha êxito. Na próxima seção, são apresentados os desafios para o aprimoramento das formações/capacitação dos atores envolvidos no processo de aplicação dos EN.

2.5 OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS NA APLICAÇÃO DOS EXAMES NACIONAIS EM ANGOLA

A busca pela qualidade na aplicação das avaliações visa uma série de benefícios ao longo de todo o processo, porém podem surgir diferentes problemas na aplicação das provas, tais como dificuldades dos alunos na realização dos testes por falta de entendimento do formato da prova ou por bloqueios na interpretação das normas de preenchimento dos testes.

O que ocorre atualmente é que fatores como a diferença no tipo de testes que os alunos normalmente estão acostumados a fazer, a falta de contato dos

professores com este formato de testes, a falta de supervisão da equipe de aplicação, a falta de capacitação do pessoal envolvido no processo, faz com que surjam falhas no processo de aplicação dos testes.

Angola enfrenta vários desafios para a realização de uma aplicação eficiente nas avaliações. Uma delas é o oferecimento das capacitações com antecedência, visto que esses treinamentos são importantes para que toda a equipe envolvida no processo de aplicação das provas possa fazê-la de forma a atingir bons resultados.

Os objetivos na aplicação dos testes devem ser claros, visando dar maior segurança tanto aos alunos quanto aos aplicadores, no momento da aplicação onde cada interveniente deverá cumprir com zelo o seu papel. Todos os passos que envolvem a aplicação dos testes devem ser rigorosamente cumpridos para que se consigam melhores resultados na avaliação e se reduzam ao máximo os erros passados.

No ano de 2022, praticamente não houve ações formativas, tendo sido realizadas apenas orientações pontuais levadas pelos supervisores às respectivas províncias sob sua tutela. Contudo, em razão de esses supervisores terem chegado às províncias praticamente no mesmo dia da aplicação das provas, não houve tempo suficiente para que tais orientações fossem devidamente efetivadas.

No ano de 2023, não foi realizada formação em tempo hábil e específica para os diferentes atores envolvidos no processo dos EN. Professores vigilantes e coadjuvantes, gestores escolares, JEN, diretores municipais e supervisores não receberam capacitação adequada às suas respectivas áreas de atuação. Além disso, as atividades desenvolvidas não contaram com o acompanhamento e a supervisão de profissionais devidamente preparados para esse fim, o que levou cada interveniente a executar suas funções com base na própria compreensão do processo.

No que se refere à inscrição dos alunos na plataforma, também não houve formação para o manuseio dos equipamentos de informática, tampouco disponibilidade suficiente de recursos tecnológicos para a inserção dos dados em planilhas. Ademais, em algumas províncias e municípios, verificaram-se dificuldades relacionadas à falta de energia elétrica e de acesso à internet, fatores que comprometeram a operacionalização do processo dos EN.

O formato das provas aplicadas nos EN diferenciava-se significativamente daquele ao quais professores e alunos estavam habituados. Para cada código,

correspondente a uma determinada disciplina e classe, havia um caderno de provas (enunciado) e diferentes tipos de folhas de resposta, podendo ser: três de construção e uma de seleção. No entanto, grande parte dos professores vigilantes não possuía informações claras sobre a quantidade de folhas de resposta que deveria ser distribuída a cada aluno no momento da aplicação.

Para além das provas e das folhas de respostas, nas caixas que os supervisores nacionais levaram às províncias e entregaram aos responsáveis provinciais, havia vários outros instrumentos e nem todos eram bem manuseados. Estes instrumentos eram: listas de presenças, atas de salas (a serem preenchidas pelos professores-vigilantes), o relatório do centro de exames, a lista de chamada dos alunos, grande parte não compreendiam as instruções contidas nos cadernos de provas e não sabiam como manusear os instrumentos que acompanhavam as provas, muitos canhotos foram mal cortados, trazendo muitos transtornos no processo de classificação e apresentação dos resultados dos Exames. As equipes do INADE e JEN ao receberem os envelopes de retorno das provas se depararam com situações de desorganização.

No ano letivo de 2023/2024, devido a grande extensão territorial do país e das distâncias extensas entre as sedes das capitais provinciais e os demais municípios, as formações foram feitas nas capitais e o pessoal técnico de cada província fez a multiplicação das formações, de forma presencial onde foi possível, e remotamente em outros municípios.

As equipes de aplicação das provas são as maiores responsáveis pelo sucesso ou insucesso nos dias de aplicação das provas e cada um nas suas respectivas tarefas, tendo uma ação muito relevante na capacitação desses atores.

Os procedimentos de aplicação são exigência fundamental de eficácia se a atividade formativa for absorvida por um grande número de atores de acordo a tarefa a ser efetuada.

Sendo assim, existem aspectos a serem tidos em conta ao se tratar das capacitações para o melhor aprimoramento do processo de aplicação dos EN. Estes podem ser: conhecer os principais objetivos dos EN, conhecer as características e estrutura das provas, os formatos destas e das folhas de resposta, saber o número de folhas de resposta para cada caderno de provas, saber os procedimentos para o preenchimento das respostas nas respectivas folhas.

Outros aspectos que também devem ser tidos em conta são as réplicas ou multiplicações das formações com orientações dos procedimentos a serem utilizados por um elevado número de pessoas em lugares distintos. Além disso, deve-se ter em conta ações com o intuito de garantir a precisão das informações passadas ao longo da disseminação para que haja uniformização nos procedimentos de aplicação. Aos aplicadores, é importante que haja uma formação voltada para o aprimoramento dos procedimentos de identificação, orientação e controle das informações dos participantes.

Figura 3 - Formação de Gestores na Província do Huambo em Maio de 2025

**FORMAÇÃO DE GESTORES NA
PROVÍNCIA DO HUAMBO
(MAIO DE 2025)**



Fonte: Acervo da pesquisadora, Formação de Gestores para aplicação das Avaliações Nacionais (Maio, 2025)

A Figura 3 demonstra uma dentre outras formações realizadas na província do Huambo com os atores aplicadores das provas dos exames nacionais.

Observa-se um elevado número de participantes nas formações analisadas, o que acarretou diversos desafios que poderiam ser minimizados em favor da eficiência do processo. Grupos numerosos dificultam a manutenção da atenção, o esclarecimento de dúvidas, o controle do ritmo das atividades e a garantia de que todos os participantes concluam a formação devidamente preparados para a aplicação das provas. Nessas condições, o formador dispõe de poucas

possibilidades para acompanhar a evolução dos formandos, avaliar adequadamente o processo formativo e realizar atendimentos individualizados.

As formações voltadas à aplicação dos EN seriam mais eficazes caso as atividades práticas e demonstrativas fossem realizadas de maneira efetiva. O número excessivo de participantes tende a gerar expectativas elevadas, atrasos na execução das atividades, sobrecarga dos responsáveis pela condução da formação e tempo insuficiente para a realização de exercícios práticos.

Ademais, a comunicação torna-se menos eficiente em grupos numerosos, em razão do aumento de ruídos, da dispersão da atenção e das dificuldades de audição das orientações transmitidas. Como consequência, os formandos podem apresentar desinteresse e desmotivação. Somam-se a isso a inadequação de alguns espaços físicos, a escassez de materiais e equipamentos disponíveis e a limitação do tempo, fatores que, apesar do esforço dos formadores, dificultam o esclarecimento integral das dúvidas e comprometem o alcance pleno dos objetivos da formação, gerando insegurança entre os participantes.

No próximo capítulo, passaremos a verificar a perspectiva dos diversos atores que estão envolvidos na aplicação dos EN.

3. LACUNAS APRESENTADAS PELOS APLICADORES DOS EXAMES NACIONAIS EM ANGOLA

O terceiro capítulo, de carácter analítico, tem por objetivo analisar a perspectiva dos atores que participam das capacitações para aplicar as provas dos EN em Angola. A primeira seção apresenta o referencial teórico que fundamenta o caso de gestão, fornecendo bases conceituais e científicas indispensáveis à compreensão e à sustentação das análises desenvolvidas ao longo da presente pesquisa.

A segunda seção apresenta a proposta metodológica da pesquisa, explicitando os procedimentos e os caminhos adotados ao longo do estudo. Nessa seção, descrevem-se os processos de levantamento dos dados que subsidiaram o capítulo descritivo (segundo capítulo), bem como as informações utilizadas para contextualizar os Exames Nacionais de Angola durante sua implementação. Também são detalhadas as estratégias empregadas para a compreensão da estrutura das ações de formação e capacitação destinadas à aplicação das avaliações.

Ademais, justifica-se a escolha da entrevista e do questionário como instrumentos metodológicos mais adequados aos objetivos da pesquisa. Com o intuito de aprofundar a análise da temática investigada, procedeu-se ainda à produção de dados junto aos atores diretamente envolvidos nos processos de formação e aplicação das avaliações, cujas informações integram igualmente a seção metodológica.

A terceira seção apresenta a análise dos dados produzidos em campo, contemplando a perspectiva dos atores envolvidos na aplicação dos EN em Angola após o processo de qualificação.

3.1 REFERENCIAL TEÓRICO

Para a compreensão do caso de gestão em análise, foi realizada uma revisão bibliográfica centrada em temáticas consideradas centrais para a pesquisa em desenvolvimento. Considerando que a avaliação externa em Angola constitui um processo relativamente recente, estruturou-se a primeira seção, intitulada “Avaliação externa e uso de dados para políticas educacionais”, com o objetivo de sistematizar

informações que contribuam para a contextualização do tema e para a sensibilização dos atores envolvidos na aplicação dos EN em Angola.

3.1.1 Avaliação externa: uso de dados para políticas voltadas para a educação

A avaliação externa desempenha um papel essencial na formulação de políticas educativas mais efetivas, permitindo avaliar programas anteriores, testar novos procedimentos e isso tem relação com a minha pesquisa no sentido de que com as ações dos anos passados será possível serem analisadas e aprimoradas as formas como se processam as avaliações externas em Angola.

No sistema educativo de Moçambique, de acordo com Mabote (2013), a avaliação é um processo dinâmico, regular e sistemático que compreende o processo de ensino e aprendizagem e é observada como um instrumento pela qual se demonstra a forma como são atingidos os objetivos da educação.

Segundo Machado (2012), a avaliação é um tema frequente no ambiente educativo, mais ainda a avaliação externa, aquela que é feita por profissionais externos. É também um processo avaliativo do desempenho das escolas iniciado e preparado por sujeitos alheios ao cotidiano da escola. Já Dias (2017) refere-se às avaliações externas como aquelas que aparecem como um processo diagnóstico que gera informações relevantes sobre a realidade educacional do país.

De acordo com Machado (2012), ultimamente, no Brasil, têm surgido iniciativas de políticas avaliativas com a finalidade de recolher, produzir e divulgar elementos e informações que permitam uma análise mais meticulosa da realidade educativa, bem como as reais dificuldades da mesma, possibilitando a elaboração de políticas pedagógicas para a melhoria dos resultados dos alunos. Portanto, estas iniciativas, na implementação da avaliação externa, têm aproximado de cada vez mais o seu foco para as gestões educativas.

Machado (2012) aborda sobre vários sistemas de avaliação externa brasileiros que foram importantes no sistema avaliativo do referido país. Reforça que as avaliações externas geralmente questionam os seus processos avaliativos na eficiência das escolas a partir de atores externos ao cotidiano das mesmas, no sentido de que se possam estabelecer mudanças e reformas pelo Estado. Tratando-se da avaliação externa, no Brasil, existe o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame Nacional de Cursos, atualmente conhecido como Sistema

Nacional de Avaliação da Educação Superior, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC) ou Prova Brasil.

Vianna (2003) aborda a avaliação externa como uma iniciativa oriunda dos órgãos de direção do sistema educacional, envolvendo um amplo contingente de participantes e com potencial para gerar informações relevantes para a formulação de políticas educacionais. O autor propõe uma reflexão acerca do papel do Estado como avaliador, destacando as limitações desse processo, sobretudo no que se refere à necessidade de apoio e participação da sociedade. Nesse sentido, atribui ao Ministério da Educação a responsabilidade de acompanhar os resultados das avaliações e de aplicar eventuais sanções às instituições que não atingirem os parâmetros estabelecidos.

As avaliações em larga escala estão presentes em diversos países há várias décadas. Ao longo desse período, o país atravessou diferentes fases de aperfeiçoamento até alcançar o modelo atualmente reconhecido. Entre as principais iniciativas desse sistema destacam-se o SAEB e a ANRESC. O SAEB é aplicado por amostragem, considerando regiões, estados e redes de ensino, enquanto a ANRESC, por seu caráter mais abrangente e detalhado, é realizada por unidade escolar em todo o território nacional.

As avaliações em larga escala são vistas por Bauer, Alavarse e Oliveira (2015) como instrumentos de gestão de sistemas de ensino e de responsabilização de profissionais da educação, aplicados a partir de provas padronizadas para a aferição dos resultados dos alunos. Elas proporcionam informação, diagnóstico, regulação, monitoramento e controle. Estas avaliações em larga escala, de acordo com Rodrigues (2022) têm como finalidade fiscalizar a qualidade da educação básica disponibilizada pelos sistemas de ensino e prestar contas à sociedade, estabelecida pela constituição.

Bauer, Alavarse e Oliveira (2015) consideram como vantagem das políticas avaliativas a responsabilização aos gestores, professores e escolas pelos resultados obtidos. Pois este tipo de avaliações permite a comparação entre alunos e escolas da mesma região ou não e possibilita que os pais acompanhem a evolução de seus filhos, o desempenho das escolas em que estes frequentem, permitindo que façam escolhas sobre as escolas de sua preferência e fazendo com que estas escolas sejam obrigadas a melhorar. Incentivam também mudanças em currículos desajustados.

De acordo Esteves (2021), a avaliação em larga escala é um processo que envolve a atribuição de valor na produção de indicadores educacionais, medição de qualidade, equidade e eficiência, bem como a elaboração, monitoramento e aprimoramento de políticas educacionais desenvolvidas em âmbito mais amplo. Para Rothen (2021), é possível avaliar o coletivo de alunos a partir de provas, testes e da utilização de questionários para o recolhimento de informações.

Rothen (2021) apresenta as avaliações em larga escala como podendo ser amostrais ou censitárias por implicar a análise de um elevado número de indivíduos. Sendo avaliações censitárias aquelas que procuram avaliar o conjunto de pessoas atinentes a um grupo. Já as amostrais avaliam uma amostra simbólica de uma população que pode ser selecionada para fazer uma avaliação ou responder a um questionário.

Para a aferição do conhecimento dos respondentes, as avaliações em larga escala utilizam provas ou testes compostos por questões objetivas e discursivas. Os conteúdos curriculares das provas devem ser do domínio do público-alvo da avaliação.

Países como o Brasil apresentam experiências consolidadas no âmbito das avaliações em larga escala, destacando-se iniciativas como o SAEB, o ENEM e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). Silva (2015) aborda o ENEM como uma avaliação em larga escala que, atualmente, se configura como o maior sistema logístico de aplicação de testes padronizados no país. Segundo o autor, o exame constitui um instrumento fundamental para a implementação de políticas e programas do Ministério da Educação, ao possibilitar a avaliação do desempenho dos estudantes com vistas à sua inserção no ensino superior.

De acordo a Mabote (2013) em Moçambique, relativamente aos exames da 12ª classe, existe o Regulamento de Avaliação do Ensino Secundário Geral (RAESG), que define as disciplinas com e sem exame, e que segundo a área curricular do aluno, o mesmo tem a liberdade de escolher, dentre o conjunto de disciplinas, cinco das disciplinas curriculares para realizar o exame. Nas demais disciplinas, ele transita de ciclo se tiver uma nota de frequência igual ou superior a dez, isto, numa escala de zero a vinte pontos. Em Angola, o ingresso ao ensino superior é feito a partir de testes de admissão, preparados e aplicados pela própria universidade na qual o estudante se vai candidatar. De acordo à área de estudo em que o estudante escolhe, são aplicadas duas a três provas, sendo uma de Língua

Portuguesa e cultura geral e outra específica para o curso pretendido, que pode ser um curso ligado ao direito, gestão, saúde ou outros.

Silva (2016) também corrobora quando examina a evolução do ENEM e as consequências da sua transformação de uma avaliação diagnóstica em um instrumento de acesso ao ensino superior.

Segundo Calderón e Borges (2020), nos últimos anos as práticas e apropriações das avaliações em larga escala se transformaram em objeto de estudo de vários pesquisadores no campo da avaliação educacional, no sentido de servirem como destaque na sua identificação e classificação.

Silva (2016) analisou os desafios enfrentados na implementação de avaliações em larga escala no estado do Ceará, no Brasil, destacando elementos relevantes para a compreensão das dificuldades inerentes à aplicação desse tipo de avaliação. Tais contribuições permitem compreender os principais obstáculos associados à operacionalização de avaliações em grande escala.

O autor também examina os riscos relacionados às avaliações de caráter diagnóstico, ressaltando a importância da construção de competências técnicas adequadas nos processos de aplicação das provas. Esses aspectos revelam-se particularmente relevantes para a presente pesquisa, uma vez que a insuficiência de competências técnicas no processo de aplicação dos Exames Nacionais constituiu uma das dificuldades observadas nas escolas participantes.

3.1.2 Planejamento da logística

A segunda seção revela-se relevante por tratar do planejamento logístico, elemento que conduz à etapa subsequente do processo, referente à capacitação dos atores envolvidos. Para abordar a formação, especialmente no que diz respeito à aplicação das provas, torna-se imprescindível considerar tanto o planejamento geral quanto os aspectos logísticos que o sustentam.

De acordo a *Scimago Institutions Rankings* (2011) coordenar uma política ou serviço público, exige também uma parte logística. Sendo que as decisões logísticas podem ser centrais e ao mesmo tempo específicas. A qualidade nos procedimentos logísticos de uma instituição passou a ser um componente fundamental em mercados mais universalizados e competidores. O modo como a geração de bens,

passou a ocorrer, demandou modificações extremas nos procedimentos convencionais de aquisição, transporte, armazenamento e embalagem.

Estas mudanças na teoria e prática da logística, segundo *Scimago Institutions Rankings* (2011), ocorreram no sentido de buscar altos níveis de integração entre executores e serviços logísticos. E que a busca da qualidade e da praticabilidade dos serviços públicos estão sujeitos na forma como as organizações se alinham intrinsecamente para darem respostas céleres e apropriadas às exigências dos cidadãos. Processos logísticos influenciam diretamente na eficácia das organizações, de acordo com *Scimago Institutions Rankings* (2011), tornando-se um foco de atenção para os gestores.

Dias (2017) descreve a logística da aplicação das provas em estados brasileiros, a partir de uma divisão de três equipes: a primeira que se responsabiliza por controlar as bases de dados das avaliações e pós-avaliações, a segunda que faz a requisição dos bens e serviços como a impressão e transporte dos instrumentos de avaliação, a terceira que faz o recrutamento dos atores para a aplicação, realiza a capacitação dos mesmos e controla os materiais para a capacitação. Dias (2017) reforça que as secretarias mandam as bases com os dados dos alunos para que as equipes possam compor os conjuntos constituídos pelas listas de presenças, atas de salas, cartões de respostas, etc.

A equipe de logística recebe e confirma a quantidade de material a ser produzido pela gráfica. Segundo Dias (2017), nesta fase do processo, pelo menos dois profissionais fazem o acompanhamento da impressão e empacotamento do referido material. Posteriormente a transportadora contratada faz a distribuição pelos locais de aplicação das provas.

Em Angola, após a elaboração dos instrumentos de avaliação, estes são encaminhados em formato digital às gráficas contratadas, acompanhados pelos respectivos autores de cada código, correspondente à disciplina e à classe. O acompanhamento da impressão dos primeiros exemplares tem como objetivo verificar a conformidade das provas. Nesse processo, também participam o chefe do Departamento de Avaliação, o responsável pela área de Avaliação Externa e alguns técnicos, que supervisionam tanto a impressão quanto o empacotamento do material.

Concluída essa etapa, as transportadoras contratadas deslocam-se às gráficas para recolher os instrumentos e proceder à sua distribuição às 21 províncias

do país. O material destinado à capacitação dos atores envolvidos é disponibilizado em formato digital, sendo igualmente impressos alguns exemplares, conforme a logística estabelecida. Parte desse material é impressa em Luanda, enquanto outra parte, sempre que possível, é produzida nas próprias províncias onde ocorrem as ações formativas.

Dias (2017) retrata que a aplicação é feita a partir de um cronograma feito pela secretaria de acordo a um contrato de prestação de serviço combinado, no qual é posteriormente confirmada a data de aplicação dos testes e questionários.

Em Angola, as datas para a aplicação das provas já vêm definidas no calendário escolar anual do ano letivo em curso. Já as datas para as capacitações dos atores que as vão aplicar, normalmente costumam ser de duas a quatro semanas antes da aplicação das provas. Quando o tempo é mais longo, permite que haja a formação em cascata entre os intervenientes das respectivas províncias.

Dias (2017) retrata que antes da capacitação são feitas as impressões, são elaborados os materiais com as instruções direcionando para cada um a sua respectiva atividade, de acordo ao que tenha que fazer antes, durante e após a aplicação. Neste material também se encontram os formulários de aplicação, os procedimentos para com os alunos com deficiências, entre outros aspectos. Para além dos manuais são também fornecidos roteiros para que se produza um vídeo de treinamento simulando a aplicação feita pelo aplicador, tendo em conta cada fase, o antes, o durante e o depois a aplicação do teste.

Em Angola, as capacitações são basicamente feitas a partir de uma apresentação em *power point* com todos os procedimentos a serem adotados pelos atores nas suas variadas tarefas. No último ano letivo de 2024/2025 foi feito um roteiro, com um vídeo de treinamento simulando a aplicação do exame e o procedimento que o professor vigilante deveria ter, mas o vídeo foi feito apenas para o professor vigilante, não havendo outros para os demais atores.

Dias (2017) também frisa que são distribuídas planilhas de ocorrências as equipes de aplicação para registar possíveis dúvidas, ou quaisquer outros episódios que tenham ocorrido durante a capacitação, são também verificadas quais as ocorrências com maior impacto no processo de avaliação. São também registadas situações mais específicas como o toque de recolher em determinadas escolas ou casos de chuvas torrenciais.

De acordo a Dias (2017) são também criados postos de atendimento via telefone para se apresentarem as dúvidas referentes ao manual de aplicação. Em Angola, o mais prático e que tem sido feito, é se criar um grupo do *whatsapp* com os responsáveis pela formação naquela província e os coordenadores, responsáveis pela multiplicação da formação para serem esclarecidas quaisquer dúvidas referentes à formação e ao processo de aplicação das provas. Quem responde por essas questões são os supervisores nacionais do INADE e JEN.

Segundo Dias (2017), é feito um sistema padronizado de capacitações anualmente, inserindo novas estratégias e metodologias a ser aprovado pelo responsável do projeto na secretaria, com atividades práticas e dinâmicas de grupos, no sentido de viabilizar o aprendizado coletivo e tornar ativo o processo de ensino-aprendizagem. Em Angola, a cada ano é feito um documento escrito, denominado como guião de formação ou passo-a-passo, na qual todos os formadores seguem criteriosamente para aplicar na formação. Neste último ano letivo, os formadores (supervisores do INADE) organizaram dinâmicas, como simulações de como os vigilantes e outros atores devem atuar no momento de aplicação da prova.

3.1.3. Importância da formação de profissionais para a aplicação dos exames nacionais.

A terceira seção, voltada para o referencial teórico proposto por essa pesquisa, justifica-se pela importância da formação de profissionais para a aplicação dos EM que é o objeto dessa pesquisa.

O foco da pesquisa concentrou-se na fase de aplicação dos testes, cuja complexidade é detalhadamente descrita por Silva (2015) para o caso brasileiro. Segundo o autor, essa etapa envolve diferentes procedimentos, tais como a seleção dos locais de prova indicados pelos alunos, o recrutamento e a capacitação das equipes locais responsáveis pela aplicação, bem como a definição de métodos e técnicas de acompanhamento durante os dias de realização das provas. O processo inicia-se com a atuação da entidade responsável pela verificação da veracidade dos dados dos alunos inscritos, incluindo a confirmação dos locais e das datas de aplicação.

Após esta fase são selecionadas e convocadas as equipes locais para a capacitação para a aplicação dos testes. Estes são contactados para a confirmação da sua disponibilidade nos estabelecimentos de ensino selecionados, para ser feito um levantamento do número de pessoal de acordo a capacidade da sala.

Outra fase que Silva (2015) retrata é a distância entre a área de residência da pessoa inscrita e a escola de aplicação, que deve ser de até 30 km e a distribuição dos acentos, que deve compreender pelo menos, 36 alunos por sala. Após estes dados devidamente confirmados, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) permite que a gráfica inicie a produção de todos os documentos necessários. A fase seguinte, que importa para a análise deste estudo, é a de formação das equipes de aplicação.

No contexto do ENEM, Silva (2015) assinala que, à medida que essas avaliações crescem em proporção e escala, torna-se necessária a mobilização e a participação de um número cada vez maior de profissionais para a constituição das equipes responsáveis pela aplicação dos testes. Embora coordenadas por uma entidade central, as equipes locais assumem a responsabilidade de mobilizar os recursos humanos destinados à aplicação das provas, bem como ao desempenho de outras funções inerentes ao processo avaliativo.

Em contrapartida ao modelo descrito por Silva (2015), observa-se que, em Angola, a cada ano, há a ampliação da amostra de alunos participantes dos exames, o que implica, conseqüentemente, o aumento do número de professores envolvidos na aplicação das provas. Contudo, a seleção desses profissionais fica a cargo dos gestores das escolas objeto de avaliação, que, com base em critérios de perfil, indicam os professores que atuarão como vigilantes, coadjuvantes, suplentes e membros do secretariado escolar, compondo as respectivas equipes de aplicação.

A abordagem que Silva (2015) faz sobre o ENEM, relativamente a sua expansão geográfica é que, o aumento de realizações, necessariamente trás diferentes desafios, um deles é a dispersão geográfica devido a grande extensão territorial do Brasil. Uma das particularidades também é que cada aluno escolhe onde vai fazer a inscrição e o local do teste. Em Angola também se observa uma grande extensão territorial, que se pode considerar com um desafio na aplicação das provas, porém e ao contrário do Brasil, cada aluno faz a sua prova no estabelecimento de ensino onde teve as suas aulas durante todo o ano letivo. A direção da escola faz a inscrição do aluno na plataforma de gestão e nos dias

indicados, em horário previamente estabelecido, cada aluno se dirige à sua escola para realizar os seus exames.

Sendo um exame que segue um padrão a nível nacional, segundo Silva (2015), a sua implementação exige reforço na organização e realização da aplicação da prova de formas a se alcançarem resultados fidedignos evitando-se assim o insucesso da edição. Pois em qualquer processo, para que haja êxito em uma etapa, a anterior deve ter sido alcançada com bons feitos. Outro aspecto a ter em consideração é se as equipes resistem a mudanças e incidentes, fazendo com que a organização traga ajustes.

Silva (2015) aborda o processo de formação das equipes responsáveis pela aplicação dos exames sob a coordenação do INEP, destacando que esse processo se inicia com a seleção dos profissionais e, posteriormente, com a realização de treinamentos presenciais e obrigatórios. Esses treinamentos têm como objetivo o aprimoramento das competências técnicas e a uniformização dos procedimentos entre todos os envolvidos. Para tanto, são definidos perfis e atribuições específicas para cada participante, incluindo os coordenadores nos níveis estadual, municipal e local.

No contexto angolano, a formação das equipes ocorre de maneira distinta. As direções das escolas objeto do exame são responsáveis por indicar os professores que integrarão o processo, com base em critérios de perfil e nas funções a serem desempenhadas. Essas informações são encaminhadas aos Gabinetes/Secretarias Provinciais de Educação, que consolidam os dados em uma lista única por província e a enviam ao INADE para a organização da formação em nível nacional.

Conforme o modelo apresentado por Silva (2015), os coordenadores locais assumem papel central na constituição das equipes e na condução dos diferentes aspectos relacionados à aplicação das provas, sendo responsabilizados pelo êxito ou insucesso do processo. Em Angola, entretanto, a formação é ministrada presencialmente por técnicos do INADE, na função de supervisores nacionais, aos formadores provinciais, cabendo a cada província a organização da multiplicação da formação, que pode ocorrer de forma presencial ou à distância.

Além disso, integram as equipes a serem capacitadas, o coordenador municipal, o coordenador do local de aplicação, o assistente do local de aplicação, o chefe de sala, o aplicador e os fiscais. No contexto angolano, também compõem o

conjunto de profissionais a serem capacitados os gestores escolares, os diretores municipais de educação, bem como os coordenadores de disciplina e de turma.

A capacitação das equipes de aplicação, de acordo com Silva (2015), traz como exigência a uniformização das técnicas de aplicação, devido ao grande número de pessoas envolvidas. Estas mesmas pessoas devem conhecer bem o tipo de prova a aplicar, os seus objetivos, bem como todos os procedimentos a seguir. Essas equipes também devem fazer os treinamentos de forma descentralizada com sistema multiplicador e se certificar que os esclarecimentos feitos na capacitação sejam conduzidos com precisão.

Outro procedimento que Silva (2015) refere, e que é igualmente importante, é o cumprimento das regras, com os horários de início e fim seguidos à risca, bem como, seguir à risca todos os protocolos.

Silva (2015) frisa sobre os desafios na realização do Enem nos seus primeiros anos de aplicação devido a distintas adversidades e por ser um exame padronizado de nível nacional, esforços significativos são necessários para assegurar a organização e a segurança dos procedimentos afins de que os resultados sejam credíveis e para que se evitem ao máximo as falhas prevenindo o insucesso na realização do exame. Uma particularidade vista no estudo de Silva (2015) é que os coordenadores dos locais fazem o recrutamento e a capacitação das equipes para assumirem as variadas funções na fase de aplicação. Em Angola as capacitações também são feitas em cascata, ou seja, é recrutado e selecionado um determinado número de aplicadores para receberem a formação e estes vão capacitar outras equipes.

À medida que aumenta o número de participantes nos exames, intensifica-se a necessidade de recrutar um contingente cada vez maior de profissionais para a sua aplicação e para o desempenho de outras funções associadas ao processo avaliativo. Contudo, a atuação com um elevado número de pessoas envolve riscos significativos, especialmente no que se refere ao eventual descumprimento dos protocolos de aplicação, à inobservância dos procedimentos abordados nas ações de capacitação e ao possível vazamento de informações relativas às provas ou aos próprios instrumentos de avaliação.

No contexto angolano, observa-se que, a cada edição dos Exames Nacionais, houve um crescimento no número de alunos inscritos, o que resultou,

consequentemente, no aumento do número de professores selecionados para a aplicação das provas.

No processo de capacitação das equipes responsáveis pela aplicação das provas, Silva (2015) destaca a importância do rigor no cumprimento dos procedimentos estabelecidos. Os participantes das formações devem compreender claramente os objetivos dessas ações, as quais são organizadas em um sistema de multiplicação. Além disso, torna-se fundamental o domínio e a observância das orientações procedimentais, uma vez que as provas são aplicadas simultaneamente a um grande número de participantes, em diferentes locais. O controle da informação deve ser assegurado de modo a garantir a padronização em todos os níveis da formação, bem como o cumprimento de normas essenciais, tais como os critérios de identificação dos candidatos e o respeito aos horários de início e término das provas.

Dias (2017) traz uma discussão sobre a formação de profissionais que atuam na área de avaliação, que precisam de capacitação contínua, que garanta aplicações mais eficazes e com propostas de estratégias que podem ser implementadas para a melhor atuação desses profissionais no momento das aplicações.

Em sua pesquisa Dias (2017) faz uma abordagem sobre as equipes formadas pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED) para agentes de campo contratados para realizar as tarefas necessárias na implementação logística para a aplicação dos testes. Estas equipes são constituídas por agentes funcionários profissionais da área da educação que apresentam o perfil requerido para as funções solicitadas, de acordo ao cargo.

O cargo de coordenação, segundo Dias (2017), atende a participação na capacitação feita pela equipe de campo, a coordenação de operações de avaliação e a multiplicação da capacitação para outros atores. Nas capacitações os agentes de campo recebem instruções em como manusear e preencher os formulários de aplicação, como as atas de sala, listas de presença, entre outros, sobre a logística de entrega e devolução do material da aplicação, o recrutamento das equipes, como lidar com situações imprevistas, bem como a multiplicação das capacitações.

Tal como na presente pesquisa, Dias (2017) investiga os obstáculos aliados ao cumprimento das técnicas de aplicação passadas às equipes quando fazem a capacitação. Estas permitem que se aprimorem as práticas aprendidas, que se

atualizem conhecimentos e também que se desenvolvam novas estratégias promovendo novas aprendizagens.

A seguir trazemos a metodologia utilizada nesta pesquisa.

3.2 PROPOSTA METODOLÓGICA

Essa seção descreve a metodologia empregada para o levantamento e produção dos dados utilizados para a construção da presente pesquisa. Nessa seção são apresentados os procedimentos para levantamento e uso de dados tanto para a contextualização do objeto de pesquisa, a capacitação dos atores para a aplicação dos EN em Angola, quanto os instrumentos de pesquisa escolhidos para o conhecimento mais aprofundado do campo de pesquisa: a entrevista e o questionário.

Importante dizer que a pesquisa qualitativa foi utilizada como método para a análise dos dados, tendo como ponto de partida o chamado “caso de gestão” conforme o modelo de dissertação do Programa de Pós- Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP/CAED). Segundo Martins,

É preciso esclarecer, antes de mais nada, que as chamadas metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, a análise de micro processos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais. Realizando um exame intensivo de dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como conjuntos que desafiam o pesquisador. (Martins, 2004, p. 292)

Dessa forma, conforme o formato proposto pelo PPGP/CAED, partimos de uma situação-problema identificada no nosso campo de atuação profissional para descrever, analisar e propor possíveis soluções. Nesse intuito foi realizada a pesquisa documental para a confecção do segundo capítulo da dissertação objetivando a descrição do contexto de implementação dos EN em Angola, bem como para o entendimento da importância das formações dos atores envolvidos no processo de aplicação das provas. Isso porque a presente pesquisa parte da justificativa de que quanto maior a padronização para a realização das provas, maior será a garantia da fidedignidade dos resultados das avaliações. Assim, para a

descrição do caso de gestão em pauta, foram levantadas e analisadas informações de documentos. Os documentos utilizados na pesquisa estão dispostos no quadro 6.

Quadro 5 - Documentos utilizados para a descrição do capítulo 2

Fonte	Finalidade	Importância para o estudo de caso
Regulamento dos Exames Nacionais	Descrever o contexto do caso de gestão.	Este documento tem uma grande importância para este estudo, pois ele garante que o processo de avaliação seja justo, organizado e compreensível, quer para os estudantes, quer para os atores envolvidos na aplicação dos exames.
Lei de Bases do Sistema de Educação	Descrever o contexto do caso de gestão.	Este documento também é importante para este estudo, pois vai estabelecer os valores e princípios que regulam a o sistema educativo angolano.
Estatuto Orgânico do MED	Descrever o contexto do caso de gestão.	Documento fundamental para o funcionamento eficaz deste órgão governamental. Ele determina a estrutura organizacional, atribuições e responsabilidades das diferentes unidades que compõem o ministério.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos procedimentos metodológicos adotados na pesquisa

Após a etapa de contextualização da situação-problema apresentada, e com o objetivo de aprofundar a investigação, procedeu-se à realização da pesquisa de campo, correspondente à segunda etapa deste estudo. Essa fase teve como finalidade analisar os processos de capacitação a partir da perspectiva dos atores responsáveis pela aplicação das provas dos Exames Nacionais em Angola.

Para a realização da pesquisa de campo, efetuou-se um recorte geográfico, considerando-se a extensão territorial do país, o elevado número de províncias, as distâncias significativas entre elas e as limitações relacionadas ao acesso à internet em diversas regiões. Assim, foram selecionadas duas províncias com base na maior viabilidade de acesso por parte da pesquisadora.

A pesquisa foi conduzida em conformidade com os critérios de operacionalização aplicáveis à realização de estudos com seres humanos no contexto angolano, não sendo, portanto, passível de apreciação por um Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Para melhor compreensão dos instrumentos de pesquisa adotados e dos atores investigados, apresenta-se o Quadro 7 a seguir.

Quadro 6 - Instrumentos de pesquisa e atores pesquisados

Instrumento de pesquisa	Atores	Justificativa para a escolha desses atores
Entrevista Apêndice E	Supervisores Nacionais do INADE do Huambo e Luanda	- São atores responsáveis para fazer a supervisão das atividades em cada província; - dão formação e capacitação às equipes técnicas (Diretores de escola, subdiretores pedagógicos, professores vigilantes, suplentes e coadjuvantes, classificadores); - orientam a aplicação, recolha e entrega das provas aos Centros de Classificação Provinciais;
Entrevista Apêndice F	Supervisores Nacionais do JEN do Huambo e Luanda	- São atores responsáveis para fazer a supervisão das atividades em cada província; - dão formação e capacitação às equipes operacionais (colaboradores);
Questionário (Apêndice B)	Pontos focais provinciais do Huambo e Luanda	- É o ator que serve de elo entre o INADE e a província, é o que recebe as orientações passadas pelo INADE do que deve ser feito na província, relativamente aos exames.
Questionário (Apêndice D)	Professores vigilantes do Huambo e Luanda	- Ator responsável pela organização, aplicação e recolha das provas nos centros de exames (escolas).
Questionário (Apêndice C)	Professores suplentes do Huambo e Luanda	- Substitui o professor vigilante na aplicação das provas, caso este falte ou atrase.
Questionário (Apêndice A)	Professores coadjuvantes do Huambo e Luanda	- Responsável por esclarecer aos alunos qualquer dúvida relacionada a alguma falha da prova quando a cientificidade da mesma, aplicada a cada dia.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos procedimentos metodológicos adotados na pesquisa

A entrevista foi escolhida como metodologia de pesquisa tendo em vista a importância do conhecimento que os atores selecionados têm sobre o processo como um todo. Assim, ao longo da pesquisa de campo realizamos uma entrevista com o supervisor nacional do INADE da província de Luanda e outra com o do Huambo. O roteiro elaborado buscou levantar dados sobre as atividades de cada uma das províncias relativas aos EN e ao fato de os supervisores nacionais orientarem a logística de aplicação, recolha e entrega das provas aos Centros de Classificação Provinciais. Além disso, também foi feita entrevista com os

supervisores nacionais do JEN integrantes das duas províncias selecionadas para a pesquisa: Huambo e Luanda. Conforme Ribeiro, (2008), o uso da entrevista é uma forma de produzir informações a respeito do seu objeto de pesquisa, permitindo “ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores.” (Ribeiro, 2008, p. 141)

No intuito de ampliar as informações sobre a aplicação das provas, foram elaborados e aplicados questionários ao ponto focal provincial de Luanda e ao ponto focal provincial do Huambo. Assim, foram aplicados na província de Luanda, 6 questionários aos professores vigilantes, 5 questionários aos professores suplentes e 6 questionários aos professores coadjuvantes. Já para a província do Huambo foram aplicados 3 questionários para os professores vigilantes, 4 para os professores suplentes e 5 para os professores coadjuvantes.

Como primeira etapa da pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas com os supervisores nacionais das duas províncias selecionadas para o estudo. As entrevistas ocorreram de forma presencial, uma vez que todos os participantes residiam em Luanda. As entrevistas com o supervisor do JEN de Luanda e com o supervisor do INADE do Huambo foram realizadas em setembro de 2025, enquanto as entrevistas com o supervisor do INADE de Luanda e com o supervisor do JEN do Huambo ocorreram em outubro do mesmo ano.

Ressalta-se que a coleta de dados apresentou alguns desafios, tais como dificuldades de acesso a determinados respondentes, considerando que nem sempre há disponibilidade ou interesse em participar de pesquisas acadêmicas. Verificou-se, ainda, uma baixa taxa de retorno dos questionários, visto que vários instrumentos enviados não foram respondidos, alguns foram devolvidos de forma incompleta e outros continham respostas que não correspondiam às questões formuladas. Além disso, algumas entrevistas foram desmarcadas em diferentes ocasiões, e determinados participantes demonstraram dificuldades no manuseio de plataformas digitais, o que inviabilizou o preenchimento dos questionários enviados por meio do *Google Forms*.

Apesar dessas limitações, as entrevistas realizadas transcorreram de maneira tranquila. Os entrevistados demonstraram segurança e domínio ao responder às questões propostas. Previamente à realização das entrevistas, foi solicitada autorização dos participantes para a gravação das falas, a qual foi concedida

mediante consentimento. Os diálogos foram registrados por meio de dispositivo móvel e, posteriormente, integralmente transcritos para fins de análise.

Na sequência, procedeu-se à aplicação dos questionários. Os instrumentos destinados aos pontos focais de ambas as províncias foram aplicados de forma on-line, por meio de formulários do *Google Forms*. Os questionários dirigidos aos professores vigilantes, suplentes e coadjuvantes da província do Huambo também foram aplicados on-line.

Na província de Luanda, os questionários destinados aos professores vigilantes, suplentes e coadjuvantes foram distribuídos em formato físico e recolhidos após alguns dias, em razão da distância entre os locais de atuação dos participantes. Considerando que a pesquisadora se encontrava em Luanda, optou-se pela entrega presencial dos instrumentos, o que possibilitou a explicação direta dos procedimentos de preenchimento aos respondentes.

Optamos por questões com respostas do tipo fechadas, que permitiram ao respondente escolher a opção que mais se adequou a sua opinião. Vale salientar que, ao final do questionário foi disponibilizada uma questão do tipo aberta para que pudessem tratar de um ponto considerado relevante, na opinião deles, referente a sugestões para a melhoria das capacitações dos exames nacionais. A seleção de questões com respostas do tipo fechadas tem vantagens como a rapidez e a facilidade para responder as perguntas, bem como para fazer a sua posterior análise.

Entramos em contato com as direções das escolas a solicitar o contato dos professores e após recebermos os contatos fizemos ligações por telefone para convidá-los a participarem da pesquisa, bem como enviamos o link para acessar os questionários para o número privado destes professores. O tempo disponibilizado para as respostas foi de 48 horas, porém alguns só foram respondidos após 4 a 5 dias.

Dos 17 questionários enviados para os atores da província do Huambo, recebemos apenas 13 e dos 27 questionários enviados para os atores de Luanda, recebemos 18, perfazendo 31 questionários. As questões tiveram como objetivo investigar as percepções dos professores relativamente às capacitações para a aplicação dos exames.

Apresentamos a seguir a Tabela 7 com o quantitativo de atores que participaram na pesquisa.

Tabela 7 - Quantitativo de profissionais participantes nas pesquisas.

Atores	Quantitativo	
	Questionários	Entrevistas
Supervisor nacional JEN Luanda		1
Supervisor nacional INADE Luanda		1
Supervisor nacional JEN Huambo		1
Supervisor nacional INADE Huambo		1
Professores vigilantes Luanda	6	
Professores coadjuvantes Luanda	5	
Professores suplentes Luanda	6	
Professores vigilantes Huambo	3	
Professores coadjuvantes Huambo	5	
Professores suplentes Huambo	4	
Ponto focal provincial Luanda	1	
Ponto focal provincial Huambo	1	

Fonte: Elaborado pela autora.

A metodologia utilizada na presente pesquisa justificou a escolha dos instrumentos aplicados (entrevistas e questionários) aos atores importantes para o entendimento do contexto das capacitações das equipes de aplicação dos EN. Dessa forma, foram feitas pesquisas com: os supervisores nacionais (técnicos do INADE e JEN), professores vigilantes, suplentes, coadjuvantes e os pontos focais provinciais. Esses atores têm função fundamental no entendimento das formações dadas, pois a aplicação das provas é executada por esses profissionais. Portanto, o universo da pesquisa foi de 04 supervisores nacionais, 02 do INADE e 02 do JEN, das duas províncias em estudo (Luanda e Huambo). Já para os professores vigilantes, professores suplentes, professores coadjuvantes e 02 pontos focais provinciais, nomeadamente das províncias de Luanda e Huambo, perfazendo um total de 34 pessoas que foram convidadas a responder ao questionário. Na próxima seção apresentamos os dados produzidos na pesquisa de campo e realizamos as análises.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA (QUESTIONÁRIOS)

Esta seção trata de analisar as capacitações dos atores na busca de dados mais específicos, coletados a partir da aplicação dos questionários aos professores vigilantes, professores suplentes, professores coadjuvantes, aos pontos focais provinciais de Luanda e Huambo para produzir dados relacionados à capacitação dada para a aplicação dos Exames Nacionais. Portanto, os dados coletados são apresentados nas subsecções seguintes.

3.3.1 Perfil e experiência profissional dos atores que responderam ao questionário

Considerando a relevância de ouvir os profissionais diretamente envolvidos no processo de aplicação das avaliações dos Exames Nacionais, parte-se do pressuposto de que a experiência desses atores é fundamental para a compreensão das ações de capacitação em seus diferentes aspectos. Nesse sentido, os relatos produzidos por meio das entrevistas foram assumidos como fontes confiáveis de dados, contribuindo para o fortalecimento das análises e para a consolidação dos argumentos apresentados, bem como para a ampliação da compreensão acerca das capacitações oferecidas.

A seguir, apresenta-se a Tabela 8 com a escolaridade dos respondentes, por função e por província, que sistematiza o perfil acadêmico dos participantes da pesquisa, permitindo uma melhor caracterização do universo investigado.

Tabela 8 - Escolaridade dos respondentes, por função e por província

Formação	Professor vigilante		Professor suplente		Professor coadjuvante		Ponto focal provincial	
	Huambo	Luanda	Huambo	Luanda	Huambo	Luanda	Huambo	Luanda
Ensino Médio Magistério	3			1		1		
Ensino Médio Técnico Profissional		1				1		
Bacharelado								
Licenciatura Pedagogia			1	2	2	1	1	1
Licenciatura outras áreas		4	2	2	2	1		
Mestrado			1		1			
Doutoramento								
Sem resposta	1							

Fonte: Dados produzidos a partir da aplicação dos questionários (2025).

A Tabela 8 apresenta os níveis de escolaridade dos respondentes, distribuídos por função e por província. No que se refere aos professores vigilantes da província do Huambo, observa-se que três possuem formação em Ensino Médio na modalidade Magistério, enquanto um não informou o nível de escolaridade. Já entre os professores vigilantes da província de Luanda, identifica-se um docente com Ensino Médio Técnico Profissional e quatro com formação em nível de Licenciatura em outras áreas.

Em relação aos professores suplentes da província do Huambo, verifica-se que um possui Licenciatura em Pedagogia, dois possuem Licenciatura em outras áreas e um possui Mestrado. Na província de Luanda, entre os professores suplentes, há um com Ensino Médio na modalidade Magistério, dois com Licenciatura em Pedagogia e dois com Licenciatura em outras áreas.

Quanto aos professores coadjuvantes da província do Huambo, dois possuem Licenciatura em Pedagogia, dois possuem Licenciatura em outras áreas e um possui Mestrado. Na província de Luanda, identifica-se um professor coadjuvante com Ensino Médio na modalidade Magistério, um com Ensino Médio Técnico Profissional, um com Licenciatura em Pedagogia e um com Licenciatura em outras áreas.

Por fim, os dois pontos focais provinciais, tanto da província do Huambo quanto da província de Luanda, apresentam formação em nível de Licenciatura em Pedagogia.

Em síntese, no que se refere ao nível de escolaridade dos atores questionados, considerando um universo de 29 participantes, identificam-se cinco com formação em Ensino Médio na modalidade Magistério, dois com Ensino Médio Técnico Profissional, oito com Licenciatura em Pedagogia, onze com Licenciatura em outras áreas, dois com Mestrado e um respondente que não informou esse item do questionário.

Na sequência, passa-se à análise do tempo de atuação dos atores nos Exames Nacionais.

Tabela 9 - Tempo de atuação na função ligada aos Exames Nacionais

Função	1º ano		1 ano		2 anos		3 anos		4 anos		Total	
	Huambo	Luanda	Huambo	Luanda	Huambo	Luanda	Huambo	Luanda	Huambo	Luanda	Huambo	Luanda
Professor vigilante	1 11	11	12	11		11		22			33	55
Professor suplente	22	22	11	11			11				44	33
Professor coadjuvante	11	11	11 1		11	22	22			11	55	55
Ponto focal provincial									3 31	11	11	11

Fonte: Dados produzidos a partir da aplicação dos questionários (2025).

A Tabela 9 apresenta o tempo de atuação dos atores nas funções que desempenham no âmbito dos Exames Nacionais. No que se refere aos professores vigilantes da província do Huambo, identifica-se um docente que atuou pela primeira vez e dois com um ano de experiência. Na província de Luanda, observa-se um professor em sua primeira atuação, um com um ano de participação, um com dois anos e um com três anos de atuação no processo.

Em relação aos professores suplentes da província do Huambo, dois encontram-se em sua primeira atuação, um possui um ano de experiência e outro apresenta três anos de atuação nos Exames Nacionais. Na província de Luanda, entre os professores suplentes, dois atuaram pela primeira vez e um possui um ano de experiência.

Quanto aos professores coadjuvantes da província do Huambo, verifica-se um professor em sua primeira atuação, um com um ano de experiência, um com dois anos e dois com três anos de participação nos Exames Nacionais. Em Luanda, identifica-se um professor coadjuvante em sua primeira atuação, dois com dois anos de experiência e um com quatro anos de atuação.

Os pontos focais das duas províncias apresentam três anos de atuação nos Exames Nacionais. No total, contabilizam-se três professores vigilantes na província do Huambo e cinco em Luanda; quatro professores suplentes no Huambo e três em Luanda; e cinco professores coadjuvantes em cada uma das províncias.

Os dados coletados relativos ao tempo de atuação no âmbito dos Exames Nacionais revelam que, entre os 27 professores envolvidos no processo, apenas três possuem quatro anos de experiência. Esse resultado indica que a presença predominante de profissionais com menor tempo de atuação contribui para uma visão mais crítica e detalhada do processo, uma vez que esses atores tendem a identificar dificuldades operacionais, ambiguidades nas orientações e problemas que, por vezes, passam despercebidos aos profissionais mais experientes, já habituados à dinâmica dos exames.

Como ainda estão a se adaptar, os professores com menos tempo de atuação nos exames, as suas interpretações apresentam falhas nas capacitações oferecidas para a aplicação das provas, assim como problemas nas orientações recebidas.

3.3.2 Avaliação geral da capacitação

Foram realizadas perguntas com foco em levantar informações sobre o conteúdo da capacitação, clareza, metodologias, motivação, material, didática, espaço para perguntas, confiança etc. Essas temáticas são importantes porque ajudam a avaliar a qualidade, a eficácia e a experiência geral da referida capacitação. Cada uma delas apresenta o que é essencial e permite identificar os pontos positivos e o que precisa ser aperfeiçoado.

As respostas foram divididas em 4 categorias: Dimensão 1: “clareza e organização da formação oferecida” que abarca informações pedidas na avaliação do respondente sobre se o conteúdo das capacitações é compreensível e se os objetivos das formações foram alcançados. Já a Dimensão 2: foi intitulada “Metodologias e dinâmica da capacitação” e apresenta as respostas relacionadas à visão dos respondentes sobre as seguintes afirmações: Como participante você se sentiu motivado durante as atividades dadas na capacitação; as metodologias utilizadas foram adequadas para o tema abordado; houve espaço para perguntas e respostas na capacitação. Por Dimensão 3 chamada de: Materiais, didática e confiança para aplicar, são descritas as respostas relativas às seguintes assertivas dos questionários aplicados: O material didático foi útil e relevante na capacitação; A didática do formador foi suficiente; A Dimensão 4, relativa ao Compromisso dos atores, apresenta o olhar dos respondentes quanto à seguinte afirmação: “O empenho de todos os atores é importante para que se obtenham resultados credíveis.”

Foram analisadas as respostas dos quatro grupos que responderam aos questionários. Para tanto, primeiramente apresentei as questões relacionadas à percepção dos respondentes quanto à clareza das informações e se os respondentes consideram que os objetivos foram alcançados. Tais informações são apresentadas na Tabela 10 sobre as dimensões.

Tabela 10 - Síntese das respostas por dimensão das duas províncias em estudo

Dimensão	CT + CP Coadjuvantes	DP + DT Coadjuvantes	CT + CP Pontos Focais	DP + DT Pontos focais	CT + CP Suplentes	DP + DT Suplentes	CT + CP – Vigilantes	DP + DT Vigilantes
1. Clareza e organização da formação	6CT+7CP	3DP+1DT	2CT+2CP		2CT+3CP	3DP	5CT+14CP	6DP
2. Metodologias e dinâmica	12CT+11CP	3DP	2CT		5CT+7CP	2DP	7CP+8CT	
3. Materiais, didática e confiança	6CT+8CP	6DP	2CT+1CP		5CT+9CP	5DP	3CT+6CP	6DP
4. Importância do empenho dos atores	7CT+1CP	1DP	1CT+1CP		9CT+1CP		5CT+2CP	2DT

*Legenda: CT: Concordo totalmente; CP: Concordo parcialmente; DP: Discordo parcialmente; DT: Discordo Totalmente

Fonte: Dados produzidos a partir da aplicação dos questionários (2025).

De acordo com as respostas apresentadas no quadro, as dimensões melhor avaliadas foram a 2 e a 3, com o maior quantitativo de respostas relativas às metodologias e dinâmica e aos materiais, didática e confiança.

No que se refere à primeira dimensão, denominada “clareza e organização da formação”, a maioria dos respondentes avaliou positivamente as informações transmitidas durante a capacitação, considerando-as claras e compreensíveis. Entre os diferentes grupos, os professores vigilantes apresentaram o maior número de respostas positivas, seguidos pelos professores coadjuvantes. Em menor proporção, destacaram-se os professores suplentes e, por último, os pontos focais.

Por outro lado, as respostas de carácter crítico também se concentraram, em maior número, entre os professores vigilantes, seguidos pelos professores suplentes e, em menor escala, pelos professores coadjuvantes, que avaliaram os conteúdos da formação como pouco claros e insuficientemente compreensíveis. A percepção de falta de clareza e organização na formação constitui um aspecto preocupante, uma vez que compromete significativamente a efetividade do processo formativo, tanto no que se refere à aprendizagem quanto ao engajamento dos participantes e à aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.

Relativamente à segunda dimensão que são as metodologias e a dinâmica, os atores que mais responderam positivamente foram os professores vigilantes, seguidos dos professores coadjuvantes, a seguir os suplentes e por fim os pontos focais, considerando que as metodologias e as dinâmicas foram bem aplicadas e adequadas para o tema abordado e que se sentiram motivados durante as atividades ministradas na formação. Os que mais responderam criticamente, discordando com a metodologia aplicada, bem como a sua dinâmica foram os professores coadjuvantes, seguidos dos professores suplentes e pontos focais respectivamente.

Na terceira dimensão sobre os materiais, didática e confiança, responderam positivamente em maior número os professores suplentes e coadjuvantes, seguidos dos professores vigilantes e por fim os pontos focais, concordando que o material didático foi útil e pertinente na formação e que a didática do formador foi adequada. Os atores que responderam criticamente em maior número foram os professores vigilantes e os coadjuvantes respectivamente e por fim os professores suplentes que acharam mediana a didática do formador. Isto é preocupante, pois são os vigilantes que estão diretamente com os alunos na aplicação das provas. Um entendimento

errado dos professores na aplicação das provas pode comprometer todo o processo dos exames.

Na quarta e última dimensão sobre a importância do empenho dos atores, as respostas mais positivas foram recebidas dos professores suplentes, seguidos dos professores coadjuvantes, a seguir os professores vigilantes e os pontos focais. As respostas mais críticas foram dos professores vigilantes, seguidos dos pontos focais e por fim dos professores coadjuvantes. O que nos preocupa, pois um envolvimento ativo e responsável dos atores é condição primordial para a qualidade e o sucesso do processo.

Os respondentes do questionário veem as formações como uma oportunidade de aprimorarem as suas práticas na aplicação das provas, na aprendizagem de novas metodologias a aplicar no exercício da função de cada ator de forma específica. Para os atores, a capacitação deve ser prática e aplicável na realização da sua tarefa.

3.3.3 Percepções específicas por função dos atores durante as aplicações dos EN

Nesse bloco serão apresentadas as informações por grupos pesquisados. As perguntas elaboradas para essa seção tiveram como foco produzir dados tendo em conta a perspectiva de cada participante sobre as capacitações oferecidas e as funções desempenhadas por eles no processo de aplicação das provas. O primeiro grupo de participantes apresentado na Tabela 11 são os professores coadjuvantes tanto do Huambo como de Luanda. Importante lembrar que esses atores são suplentes dos professores vigilantes e devem atuar caso esse ator não compareça ou se atrase.

Tabela 11 - Percepção dos professores coadjuvantes do Huambo e Luanda:

Afirmações para o Professor coadjuvante	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
A definição da função do coadjuvante é clara e precisa.	7	3	-	-
A pontualidade de formadores e formandos é fundamental na formação.	10	-	-	-

As formações presenciais têm melhor impacto que as formações on-line.	8	2	-	-
Professor coadjuvante deve manter sigilo durante a realização da prova.	8	2	-	-
Em sua opinião, a capacitação dos atores envolvidos nos exames é importante.	9	1	-	-
Um treinamento prévio é importante para os atores envolvidos na aplicação dos Exames Nacionais.	9	1	-	-
Os atores que fazem a aplicação dos exames sem qualquer treinamento têm dificuldades ao aplicar as provas dos Exames Nacionais.	7	3	-	-
As ações de capacitação permitem que a aplicação dos Exames Nacionais tenha melhores resultados.	8	2	-	-

Fonte: Dados produzidos a partir da aplicação dos questionários (2025).

A partir da análise dos dados apresentados na Tabela 11, de acordo as afirmações dos professores coadjuvantes, verificou-se que a maioria dos questionados concordam que as capacitações dadas são claras e precisas no que se refere à função que irão desempenhar. Porém alguns professores coadjuvantes concordam parcialmente que a sua função é clara e precisa, isso pode indicar a existência de ambiguidades e lacunas na compreensão do seu papel.

Os mesmos concordam que a pontualidade de ambos os atores envolvidos na formação é importante, que as formações presenciais impactam mais do que as formações *on-line*. Os professores coadjuvantes também concordam que devem manter sigilo durante a realização das provas, para eles, a capacitação que recebem é primordial e que a capacitação antecipada é importante. Os professores coadjuvantes concordam também que atores sem qualquer treinamento têm dificuldades na aplicação das provas e que bons resultados na aplicação das provas advêm das capacitações recebidas. Porém, alguns professores coadjuvantes concordam apenas parcialmente que os atores quando atuam sem qualquer tipo de treinamento apresentam dificuldades na aplicação das provas, essa concordância parcial pode indicar que tais dificuldades são entendidas de forma desigual entre

eles, provavelmente devido as suas diferentes experiências ou critérios de formação não muito claros.

A seguir, na Tabela 12, apresentamos os dados respondidos pelos pontos focais das duas províncias em estudo. Os integrantes denominados como pontos focais são representantes do INADE nas províncias, sendo responsáveis por repassar as orientações deste órgão na província em que atua.

Tabela 12 - Percepção dos atores pontos focais do Huambo e Luanda:

Afirmações para os Pontos focais provinciais	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
Formações em cascata são mais eficientes do que uma formação dada pelo formador nacional.	1	-	1	-
O local de realização da capacitação é adequado.	2	-	-	-
O tempo é suficiente para as ações formativas.	1	1	-	-
As informações passadas ao ponto focal sobre as ações formativas são pertinentes.	2	-	-	-
O regulamento dos EN é claro.	2	-	-	-
As sessões de treinamento garantem que todos os participantes da aplicação dos Exames Nacionais entendam com clareza o processo.	1	1	-	-
Em sua opinião, as ações de capacitação permitem que a aplicação dos Exames Nacionais tenha melhores resultados?	2	-	-	-
A comunicação eficaz entre os vários envolvidos na aplicação dos exames é garantida durante o processo de realização das provas.	-	2	-	-

Fonte: Dados produzidos a partir da aplicação dos questionários (2025).

Os dados descritos na Tabela 10 retratam as respostas de dois pontos focais apenas, que também são atores envolvidos no processo, um da província do

Huambo e o outro da província de Luanda. Para um deles, as formações em cascata são mais eficientes do que uma formação dada pelo formador nacional, o outro respondente discordou, pois para ele, são mais eficazes as formações recebidas pela primeira pessoa. A diferença entre esses dois tipos de formação é que a formação em cascata é ministrada por um formador que vai aplicar a formação a um número de pessoas muito reduzido e estes que receberem a formação farão a multiplicação a outros e estes a outros. Porém a formação recebida pela primeira pessoa é aquela em que os aplicadores recebem a formação diretamente do formador.

Quanto ao local onde foi realizada a formação, ambos os pontos focais concordaram que este local foi adequado. Porém, neste quesito identificamos alguma ambiguidade, já que para que as capacitações sejam eficientes, estas devem ser alinhadas com a prática e as imagens das formações no Huambo, trazidas no capítulo 2 (Figura 10), nos mostram claramente que o local não era adequado, é apertado e o público participante era diverso.

É possível que as formações possam ser feitas em salas menores e com grupos pequenos, para que seja mais bem efetivada, pois percebemos que formações feitas em locais adequados permitem que a formação aconteça de forma eficaz, confortável e produtiva, onde o espaço é suficiente para todos os participantes, há recursos necessários para a realização da formação, há dinâmicas de grupos, enfim, aspectos que favorecem a atenção, participação e bem estar durante a formação.

Relativamente ao tempo da formação, um dos representantes dos pontos focais concorda que seja suficiente, mas o outro tem a opinião de que o tempo não seja totalmente suficiente para a realização da formação.

Ambos os pontos focais se mostraram satisfeitos com as informações passadas relativas às suas atribuições pelo INADE. Ambos também concordaram que o regulamento dos EN é claro, dando a perceber que o mesmo apresenta informações compreensíveis, objetivas e claras, incentivando o seu cumprimento e evitando ambiguidades.

As sessões de treinamento desempenham um papel fundamental na preparação dos profissionais envolvidos na aplicação dos EN, assegurando que todos compreendam com clareza o regulamento, os procedimentos operacionais, as responsabilidades individuais e tudo o que for necessário para a correta execução

do exame. Os dois pontos focais têm ideias diferentes relativamente à garantia de que todos os participantes da aplicação dos EN entendam o processo com clareza a partir do treinamento. Trazendo a ideia de que ao padronizar as orientações e esclarecer dúvidas essas formações contribuem para uma aplicação mais uniforme, reduzindo o risco de erros, interpretações erradas e situações imprevistas durante o processo.

Os dois são de opinião de que as ações de capacitação permitem que a aplicação dos EN tenha melhores resultados, pois quando os atores envolvidos recebem formação adequada, compreendem claramente os procedimentos, as normas e as responsabilidades de cada um. Isso reduz falhas operacionais, traz segurança no processo, tornando o mesmo mais rigoroso e confiável.

Ambos os pontos focais concordam parcialmente com o fato de que a comunicação pode ser mais bem realizada durante o processo de realização das provas. Pois embora reconheçam que existem procedimentos formais como encontros para ajustes e instruções operacionais, eles detectam limitações que impedem uma comunicação fluida, alguns procedimentos podem funcionar bem, mas permanecem desafios como, por exemplo, a transmissão tardia de informações e interpretações contrárias às diretrizes dadas pelo INADE.

A seguir, na Tabela 13, passamos para a análise das informações dadas pelos professores suplentes. Os professores suplentes são encarregados de aplicar as provas dos exames, caso os professores vigilantes falem ou se atrasem.

Tabela 13 - Percepção dos atores professores suplentes do Huambo e Luanda.

Afirmações para o Professor Suplente	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
A definição e função do suplente é clara e precisa.	8	1	1	-
A movimentação de professores para os centros de exames, em vez de serem movimentados os alunos é uma mais valia.	6	4	-	-

Em sua opinião, a capacitação dos atores envolvidos na aplicação dos exames permite que se diminuam as dificuldades de compreensão dos alunos.	6	4	-	-
Na aplicação das provas é obrigatória a presença de pelo menos dois professores vigilantes.	8	1	1	-
As capacitações dos anos passados tornaram o processo mais eficaz.	2	4	2	-
O processo de aplicação de provas foi melhorando de ano para ano.	4	3	2	-
Discutir sobre como ocorre o processo de aplicação das provas de exames permite detectar falhas e aplicar melhorias.	8	1	-	-

Fonte: Dados produzidos a partir da aplicação dos questionários (2025).

A análise dos dados da Tabela 13, relativamente aos professores suplentes, reflete que a maior parte dos respondentes entende a clareza e precisão da sua função, o que nos leva a ver a importância desse entendimento, pois o seu papel não é apenas ajudar, mas garantir que o processo decorra com justiça, rigor e segurança, porque quando entendem bem o seu papel, isso traz benefícios e evita práticas que possam comprometer a validade da prova, como permitir a comunicação entre os alunos, o uso indevido de materiais ou qualquer outra irregularidade na vigilância.

No que se refere à movimentação de professores para os centros de exames, em substituição ao deslocamento dos alunos, essa estratégia é mais bem avaliada pela maioria dos docentes. Tal avaliação positiva fundamenta-se na redução do estresse dos alunos, na promoção da equidade, na diminuição de faltas e atrasos, na facilitação da organização, no aumento da segurança e na maior eficiência do processo avaliativo.

Entretanto, parte dos professores manifesta concordância parcial, o que evidencia compreensões divergentes acerca da eficácia dessa estratégia. Essa posição indica que, embora a medida apresente benefícios, também pode acarretar

desafios, como o aumento da carga de trabalho e o desgaste físico e emocional, especialmente para os docentes envolvidos.

A maioria dos professores suplentes concorda que a capacitação dos atores envolvidos na aplicação dos exames permite que se diminuam as dificuldades de compreensão dos alunos, isso nos remete a ideia de que profissionais devidamente capacitados para a aplicação dos exames, conseguem transmitir orientações de forma clara e coerente, diminuindo assim as dificuldades de compreensão dos alunos trazendo melhorias na qualidade do processo avaliativo. Ao mesmo tempo, uma boa parte dos professores suplentes concorda apenas parcialmente que as capacitações dos atores envolvidos na aplicação dos exames contribui para a redução das dificuldades de compreensão dos alunos. Essa concordância parcial indica que embora a formação deles seja importante, não é vista como suficiente para solucionar todas as dificuldades que os alunos enfrentam durante os exames.

A maior parte dos professores suplentes concorda que na aplicação das provas é obrigatória a presença de pelo menos dois professores vigilantes, pois isso garante maior rigor, segurança e transparência no processo.

“As capacitações dos anos passados tornaram o processo mais eficaz”. Neste quesito do questionário a maioria dos professores suplentes concordou, mas de forma parcial, pois as capacitações passadas foram poucos eficazes, porque não alcançaram os resultados esperados no processo avaliativo.

O processo de aplicação de provas foi melhorando de ano para ano, este questionamento trouxe respostas bastante diversificadas, pois a cada ano foram surgindo situações diferenciadas, trazendo reflexão a diferentes experiências e percepções por parte destes profissionais.

Discutir sobre como ocorre o processo de aplicação das provas de exames permite detectar falhas e aplicar melhorias, trouxe concordância entre os professores suplentes, pois permite que se reflita e discuta sobre a forma como se realiza o processo de aplicação das provas, permitindo identificar debilidades, corrigir procedimentos e introduzir melhorias no processo. Na Tabela14, passamos à apresentação das respostas dos professores vigilantes.

Tabela 14 - Percepção dos atores professores vigilantes do Huambo e Luanda

Afirmações para o professor Vigilante	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
Em sua opinião, a organização da formação foi adequada.	1	3	3	2
O conteúdo abordado foi relevante para esclarecer como deve ser feita a aplicação na sala de exame.	1	6	2	-
A carga horária foi suficiente para a abordagem de todo o conteúdo para a formação.	3	4	2	-
Os materiais de apoio à formação (cadernos de provas, folhas de respostas, atas de sala, listas de chamada e de presença, formulário de controle do centro) são adequados e claros.	4	5	-	-
A definição das equipes de vigilância a todas as disciplinas é clara e precisa.	2	6	-	1
A simulação da aplicação em todas as suas fases (antes, durante e depois), ajuda a entender melhor como deve ser o processo de aplicação das provas.	3	4	1	1
Na fase de capacitação, o momento de perguntas e respostas ajuda a esclarecer dúvidas sobre o processo.	4	4	1	-

Fonte: Dados produzidos a partir da aplicação dos questionários (2025).

Os professores vigilantes são os atores responsáveis pela organização, aplicação e recolha das provas nos centros de exames (escolas). Portanto, falar sobre a perspectiva dos mesmos na organização da formação constitui um elemento essencial para o aprimoramento das capacitações. A partir da perspectiva dos profissionais que realizam a aplicação da prova, que é uma das etapas mais importantes desse processo, nos permitiu entender as reais necessidades, ajustar conteúdos, para que as capacitações dadas sejam mais eficientes e alinhadas com a prática.

A maior parte dos respondentes ao avaliar o conteúdo abordado pelas capacitações concordou parcialmente, pois apesar do conteúdo se mostrar relevante na capacitação, na prática não se fez sentir essa realidade. Os participantes expressaram concordância parcial com a questão da carga horária, indicando que embora tenha sido útil, pode não ser totalmente suficiente para abranger todo o conteúdo necessário para a aplicação dos exames de forma adequada.

Os participantes quase sua totalidade expressaram concordância parcial quanto à adequação e clareza dos materiais de apoio à formação. Pois quando os professores vigilantes conhecem bem o material e dominam a sua aplicação mais eficiente se torna a sua atuação no momento da aplicação. No que se refere ao papel das equipes de vigilância, a maior parte dos atores expressaram concordância parcial. Tal dado de pesquisa indica que embora compreendam parcialmente os critérios adotados, ainda existem pontos que precisam de maior clareza e precisão.

A maioria dos professores vigilantes que responderam à pesquisa concorda parcialmente que a simulação da aplicação, em todas as suas fases contribui para uma melhor compreensão do processo de aplicação das provas. Pois, simular a aplicação permite entender de forma mais clara todo o processo de aplicação das provas. No último quesito do questionário, alguns professores vigilantes concordam totalmente e outros concordam parcialmente que o momento de perguntas e respostas na fase de capacitação facilita a compreensão do processo e esclarece dúvidas. Essa concordância parcial demonstra que embora a interação seja útil, pode não ser suficiente para solucionar as falhas de compreensão.

3.3.3.1 Sugestões de melhoria (questão aberta)

Nesta seção, discutem-se sugestões de melhorias voltadas à capacitação dos professores vigilantes das províncias do Huambo e de Luanda, as quais estão sistematizadas no Quadro 9.

Quadro 7 - Sugestões de melhorias para a capacitação dos professores vigilantes do Huambo e Luanda

Sugestões de melhorias para a	Organização do espaço da formação
	Motivação extra (lanches)

capacitação dos Exames Nacionais.	Subsídio de formação
	Dispor de mais tempo para a capacitação dos vigilantes
	Conteúdos mais objetivos

Fonte: Dados produzidos a partir da aplicação dos questionários (2025).

De acordo ao relato dos questionados, um dos pontos referenciados para a melhoria da capacitação é garantir um período maior para a formação dos vigilantes, sendo estes os que irão aplicar as provas, pois quando isso acontece, permite que haja uma compreensão mais completa do processo, que melhor se esclareçam as dúvidas, que eles possam praticar com calma, assimilando melhor cada etapa, que se reduzam erros e inconsistências e que se sintam melhor preparados e mais seguros para lidar com situações imprevistas, garantindo a integridade do processo. Os professores vigilantes são muito importantes neste processo, pois são eles que realizam a atividade final que é a aplicação das provas, por isso a capacitação deve ser o mais efetiva possível.

Quadro 8 - Sugestões de melhorias para a capacitação dos professores coadjuvantes do Huambo e Luanda

Sugestões de melhorias para a capacitação dos Exames Nacionais.	Material necessário para as capacitações
	Capacitação antecipada
	Empenho no treinamento dos formandos
	Capacitar os professores nas pausas pedagógicas para não atrapalhar o período normal de aulas

Fonte: Dados produzidos a partir da aplicação dos questionários (2025).

Um dos pontos citados no Quadro 10 é que o material necessário para as capacitações é fundamental porque garante que o processo de formação seja eficiente, organizado e coeso. Pois estes materiais ajudam os participantes a compreenderem melhor o conteúdo e a reter informações essenciais. Importa ressaltar que o fato de todos os atores receberem materiais iguais, assegura que todos os participantes entendam as mesmas instruções e orientações, reduzindo as inconsistências na aplicação, facilitando a prática da aplicação.

Outro ponto, não menos importante, é a capacitação antecipada, pois esta garante que os atores estejam preparados antes do início das atividades dos EN. Tal organização permite que os atores assimilem todas as instruções e procedimentos

sem a pressão do dia da aplicação, tendo tempo para conhecer todas as etapas, e para esclarecerem as suas dúvidas.

Quadro 9 - Sugestões de melhorias para a capacitação dos professores suplentes do Huambo e Luanda

Sugestões de melhorias para a capacitação dos Exames Nacionais.	Material de apoio mais atraente visualmente
	Mais tempo para a capacitação
	Maior empenho dos formandos durante a formação
	Formação antecipada

Fonte: Dados produzidos a partir da aplicação dos questionários (2025).

Ressalta-se uma das melhorias proposta no Quadro 11 que é a importância de ter material de apoio mais atraente visualmente, permitindo assim a melhoria da compreensão, do engajamento e da eficácia da capacitação. Dessa forma, pode-se aumentar o interesse e a motivação, facilitando e melhorando a compreensão.

Outro ponto igualmente importante é o maior empenho dos professores suplentes durante a formação. Causa melhor assimilação dos conteúdos da formação, traz maior segurança e confiança reduzindo os erros.

Quadro 10 - Sugestões de melhorias para a capacitação dos atores pontos focais do Huambo e Luanda

Sugestões de melhorias para a capacitação dos Exames Nacionais.	Comunicação frequente com os vários envolvidos
	Orientações documentadas durante todo o processo
	Condições tecnológicas garantidas para o êxito da formação
	Reprodução e distribuição do material em tempo útil

Fonte: Dados produzidos a partir da aplicação dos questionários (2025).

Uma das sugestões dos pontos focais para o melhoramento do processo de aplicação dos exames é a comunicação frequente com os vários envolvidos no processo, torna-se fundamental para garantir organização, alinhamento e qualidade na aplicação, evita interpretações contrárias, permite que facilmente se identifiquem e se solucionam os imprevistos, facilita a planificação, os aspectos operacionais e fortalece a confiança e a transparência.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA (ENTREVISTAS)

No intuito de aprofundar na pesquisa de campo foram entrevistados representantes do INADE que é órgão governamental responsável pela supervisão das atividades relacionadas às Avaliações em todas as províncias de Angola, além de serem responsáveis pelo treinamento das equipes técnicas que realizam a aplicação dos testes. O JEN é o setor que realiza também a supervisão das atividades em cada uma das províncias do país, e possui a atribuição de realizar a capacitação às equipes operacionais. Dada a importância desses setores para a aplicação do EN, foram realizadas entrevistas com dois supervisores nacionais do INADE, um da província de Luanda e outro da província do Huambo e dois supervisores nacionais do JEN, com representantes também do Huambo e de Luanda. A facilidade do acesso da pesquisadora a esses profissionais foi condição para a escolha desses atores.

Para analisar os dados das entrevistas, a presente seção foi organizada a partir das seguintes categorias: clareza dos conteúdos e objetivos da capacitação; metodologias e dinâmicas da capacitação; materiais, didática e confiança para aplicar a formação; compromisso dos atores envolvidos e, por fim, perspectivas dos atores que podem auxiliar no aprimoramento das formações. Além das categorias citadas, apresenta-se a seguir o perfil dos entrevistados.

O supervisor Nacional do INADE do Huambo possui 44 anos de idade e é formado em Ciências da Educação pelo Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED). Atua há 22 anos como profissional do Ministério da Educação. Já o supervisor Nacional do INADE de Luanda, possui 40 anos e é formado em Geo-História, Licenciatura em Gestão e Inspeção Escolar. Já o supervisor Nacional do JEN (Luanda) possui 46 anos, trabalha há dois anos no JEN e há 26 anos no Ministério da Educação de Angola com vasta experiência profissional, já tendo atuado em várias esferas educacionais ao longo da sua trajetória. O supervisor Nacional do JEN (Huambo) possui 42 anos é formado em Direito e possui formação docente, atuando no Ministério da educação há 12 anos.

No intuito de levantar informações sobre a perspectiva dos entrevistados sobre a aplicação dos EN em Angola, foi feita uma pergunta relacionada à clareza e organização das formações oferecidas. O supervisor Nacional do INADE esclareceu que dentre as funções exercidas por ele, destaca-se:

Como supervisora nacional do INADE para os exames nacionais eu atendo a formação de técnicos nas diferentes áreas, por exemplo, na área da autoria, construção dos instrumentos de avaliação, na área da classificação dos instrumentos de avaliação, na área da formação dos supervisores provinciais de classificação, tudo relativo aos Exames Nacionais, como supervisora nacional atendo a inscrição de alunos para que sejam submetidos ao exame, formação como disse anteriormente, a formação dos supervisores de classificação, os provinciais e a formação dos classificadores dos instrumentos, basicamente neste âmbito. (Supervisor Nacional do INADE Huambo, entrevista realizada em Setembro de 2025).

A fala do entrevistado aponta um quantitativo grande de atividades exercidas pelos Supervisores Nacionais do INADE. Outra fala importante sobre o contexto de criação e implementação dos EN, já apresentada no capítulo dois, diz respeito ao pouco tempo de vigência dos EN e da questão geográfica de Angola:

os exames nacionais mesmo sendo a terceira fase de generalização, mesmo vindo do piloto até aqui ainda encontramos alguma dificuldade tendo em conta a realidade geográfica de Angola né, mas temos tido boas experiências, porque fomos capacitados pra tal e temos sempre posto em prática aquilo que nós aprendemos e atuar então nas províncias onde fomos destacados. (Supervisor Nacional do INADE Luanda, entrevista realizada em Setembro de 2025)

Ainda sobre a clareza dos atores entrevistados sobre a aplicação das provas, foi perguntado aos respondentes sobre as impressões que eles têm acerca dos EN. As falas dos respondentes demonstram o empenho para que a aplicação aconteça da melhor forma possível, mas também fazendo uma análise mais crítica de que a aplicação das provas acontece há pouco tempo, e de que as dificuldades vão aparecendo na medida em que as provas são aplicadas: “Claro que existem falhas que também há seu tempo têm estado a ser já solucionadas, mas tem estado a caminhar e tudo temos feito para a melhoria da qualidade do processo.” (Supervisor Nacional do INADE Huambo, entrevista realizada em Setembro de 2025) O entendimento de que os EN estão ainda em fase de consolidação e o de que, mesmo diante desta novidade, o processo de aplicação tem sido necessário para a aprendizagem com as situações que surgem no momento em que as mesmas ocorrem como um:

processo que decorreu muito bem, ao respondermos as situações que foram surgindo das escolas cá de Luanda principalmente, sendo uma praça com maior público estudantil, mas, estamos a conseguir sim dar resposta às situações que vêm surgindo das diferentes escolas, mas é um processo, é um processo posso sempre dizer,

bom [...]. (Supervisor Nacional do INADE Luanda, entrevista realizada em Setembro de 2025).

A fala dos respondentes demonstrou que os mesmos entendem a aplicação das provas como um processo em que se aprende no fazer: “Quanto à aplicação, tem atendido aos critérios da própria aplicação e a cada ano que passa que vamos melhorando.” (Supervisor Nacional do INADE Luanda, entrevista realizada em Setembro de 2025).

Foi perguntado tanto aos supervisores nacionais do INADE quanto aos supervisores nacionais do JEN sobre as dificuldades que percebem nas capacitações dadas aos professores vigilantes. Tal pergunta se justifica, pois os professores vigilantes são os responsáveis pela aplicação do exame ao aluno e tal aplicação deve seguir as instruções prévias para que o resultado possa ser o mais fidedigno possível. Sobre isso, os entrevistados apontaram como dificuldade a questão da comunicação, a questão do não entendimento dos alunos no que se refere às folhas de respostas e também a importância de que as formações sejam dadas de forma antecipada. Sobre isso, o supervisor nacional do INADE no Huambo chama a atenção para:

a maior dificuldade encontrada no ato da formação tem sido a comunicação, a comunicação com o público alvo. Muitas vezes nós notamos que parece que compreendem e no ato da prática, às vezes temos que dar uma, fazer uma recapitulação daquilo que foi a formação, mas tudo tem decorrido na maior normalidade temos conseguido ultrapassar as lacunas. (Supervisor Nacional do INADE Luanda, entrevista realizada em Setembro de 2025).

Além disso, outra dificuldade apresentada foi a de que muitos alunos não estavam acostumados com o modelo da prova do EN. Conforme o Supervisor Nacional do JEN Huambo:

muitos deles não sabiam distinguir algumas folhas que eles tinham que usar como um suporte dos exames nacionais tinham dificuldades primeiramente de do modelo de provas em que eles preenchiam e justamente isso nos criava dificuldade, se calhar na arrumação do próprio do próprio material pra sua execução que é a preparação do material para a classificação. (Supervisor Nacional do JEN Huambo, entrevista realizada em Setembro de 2025).

Sobre o tempo, foi perguntado aos atores entrevistados se consideram que o tempo reservado para as capacitações foi suficiente para sanar as dúvidas dos formandos. As falas dos respondentes demonstram que o tempo não foi suficiente: “Considero que não, temos tido muito pouco tempo para sanar as dúvidas dos

elementos todos que participaram nessas capacitações.” (Supervisor Nacional do JEN Huambo, entrevista realizada em Setembro de 2025). Sobre isso, de acordo as falas do supervisor nacional do JEN de Luanda:

No meu ponto de vista não, não foi suficiente, podia ser mais, conforme já abordei a instante, o tempo devia ser um pouquinho mais alargado, de forma que tanto o formador como os formandos possam esgrimir aquilo ou apresentar aquilo que os inquieta. (Supervisor Nacional do JEN Luanda, entrevista realizada em Setembro de 2025).

Pela perspectiva dos respondentes, os mesmos consideram que o tempo destinado às ações de formação têm sido insuficientes, essa percepção evidencia a urgência no aumento e melhor distribuição do tempo para que seja possível um maior aprofundamento dos conteúdos, clarificação das dúvidas e consolidação das aprendizagens.

Sobre as metodologias e dinâmicas da aplicação, foi perguntado aos respondentes se a metodologia de formação utilizada foi, na opinião deles, a mais adequada? Quais foram os principais acertos e desafios desse modelo? A fala do entrevistado aponta para uma metodologia boa e com bons acertos: “A metodologia é boa e o foco mesmo aqui é o tempo. Que tivéssemos mais tempo, se calhar, faríamos melhor (...) mas tivemos bons acertos a partir do momento que a administração central, nesse caso, responsável pelos exames nacionais foi ajudando com alguns materiais, como o vídeo, por exemplo, para explicar a atuação desses mesmos agentes na aplicação dos exames, temos os guias, os guiões que são para aplicação, vídeos também que mostravam como esses mesmos agentes tinham que atuar, então são bons acertos.” (Supervisor Nacional do INADE Luanda, entrevista realizada em Setembro de 2025). Sobre o mesmo assunto e de acordo as falas do supervisor nacional do JEN de Luanda:

Sobre isso, de acordo as falas do supervisor nacional do JEN de Luanda:

No cômputo geral sim, porque nós temos apresentado os conteúdos né de forma explicativa (...) mas com ilustração, tem sido apresentado em slides poderemos melhorar e talvez prepararmos um material físico também para os formandos, porque tem sido uma das maiores inquietações por parte dos formandos né, a solicitar um material físico nesse mesmo e quiçá até eles terem em posse esse material antes mesmo de do arranque da formação. (Supervisor Nacional do JEN Luanda, entrevista realizada em Setembro de 2025).

Portanto, a perspectiva dos respondentes é positiva relativamente à metodologia utilizada, pois, de acordo a fala do entrevistado, a formação oferece uma metodologia adequada, bem elaborada e acertos significativos. Porém o fator tempo continua a ser considerado como uma fragilidade, sugerindo que embora a metodologia seja eficiente, precisa de mais tempo para o aprofundamento dos seus conteúdos.

Sobre o tempo para as formações, aos atores entrevistados foi perguntado se consideram que o tempo reservado para a capacitação foi suficiente para sanar as dúvidas dos participantes. As falas dos respondentes demonstram que o tempo é pouco para se trabalhar num projeto como os EN: “acredito que o tempo seria, ou seja, que os conteúdos seriam mais bem ministrados, porque uma semana para a formação do pessoal que vai trabalhar com um pra um projeto deste gênero é muito pouco, muito pouco mesmo.” (Supervisor Nacional do INADE Huambo, entrevista realizada em Setembro de 2025).

Sobre isso, de acordo as falas do supervisor nacional do JEN do Huambo:

(...) tentávamos é mais a resumir todo um conjunto de trabalho que podíamos ter mais tempo suficiente para podermos abordar mais todas as questões e não, não os tínhamos como tal este tempo. (Supervisor Nacional do JEN Huambo, entrevista realizada em Setembro de 2025).

De forma geral, a perspectiva dos respondentes indica que as capacitações favoreceram o diálogo, permitindo a troca de experiências e a elucidação sobre o esclarecimento das questões pertinentes entre os participantes, porém, as falas demonstram que a forma como as capacitações têm sido apresentadas, não tem sido favoráveis, principalmente concernente ao tempo.

No que se refere à análise dos materiais, da didática e da confiança para aplicação nas formações, o foco incidiu sobre a qualidade dos materiais utilizados, a didática dos formadores e o nível de segurança demonstrado pelos participantes após a capacitação. Nesse contexto, os entrevistados foram questionados se, após a formação, acreditavam que os participantes se sentiram efetivamente confiantes para aplicar os conhecimentos adquiridos.

Sobre isso, de acordo as falas do supervisor nacional do INADE do Huambo:

Não. Não, digo que todo o pessoal não se sentiu confiante, grande parte deste pessoal não se sentiu confiante porque, nós notamos que existem outros aspectos a que eles dão mais importância. Aos poucos o exame nacional já tem sido mais valorizado pelo pessoal

que faz parte. (Supervisor Nacional do INADE Huambo, entrevista realizada em Setembro de 2025).

Já a fala do outro respondente demonstra que os formandos se sentiram confiantes: “Digo que sim, muitos, porque, mesmo aqueles que tiveram dificuldade na fase da formação tendo em conta aqueles acertos também que aqui já avancei, o guião, os vídeos de orientação, então muitos, no momento da aplicação, se mostraram confiantes.” (Supervisor Nacional do INADE Luanda, entrevista realizada em Setembro de 2025).

Foi também perguntado aos respondentes se: “O material didático fornecido foi útil e cumpriu com as expectativas?” De acordo com as falas dos respondentes, seria de grande utilidade a reprodução do material para que todos os formandos o tenham:

No que concerne à formação o material didático deveria ser preparado com maior antecedência, para ser distribuído também da melhor forma, da melhor maneira possível, e os gabinetes provinciais devem também trabalhar o máximo na reprodução, se calhar, na preparação deste material, porque uma vez fornecido pela direção caberia aos gabinetes provinciais trabalhar na reprodução para que se trabalhasse efetivamente com todo o pessoal. Tem-se verificado algum constrangimento no acesso ao material didático, existir, existe, mas em quantidade para cobrir o número de pessoal em informação, aí sim, os gabinetes deveriam atuar é atuar com maior qualidade. (Supervisor Nacional do INADE Huambo, entrevista realizada em Setembro de 2025).

A fala do outro respondente corrobora dizendo que: “Foi útil, se calhar, para além de termos em formato digital, fazermos um esforço de termos também no ato dessa formação, termos o suporte físico, mas se não, o material foi viável.” (Supervisor Nacional do INADE Luanda, entrevista realizada em Setembro de 2025).

Outra questão colocada aos respondentes refere-se ao guião de orientação, questionando se: “Em sua opinião, o material orientador (guião) é suficiente para que cada ator entenda e cumpra com as suas tarefas?” Os respondentes concordam que os gestores devem também ter noção dos conteúdos do guião e ter mais interesse pelo mesmo, trabalhando com ele ao longo do ano letivo:

Não é suficiente, porque não basta ter o documento físico basta também que os gestores escolares primeiro se interessem pela importância do projeto, que os gestores escolares apliquem, trabalhem, dialoguem mais sobre com os técnicos envolvidos no processo sobre o conteúdo do Guião. Porque nós notamos que existem questões relacionadas com o Guião que nem mesmo os gestores tinham noção, mas têm o material nas escolas. Então este material uma vez tido em mão é necessário que os gestores

escolares, os gabinetes provinciais, trabalhem paulatinamente, ao longo do ano letivo com os com os funcionários envolvidos no processo para que tenham noção daquilo que são então, o que é a realidade dos exames nacionais. Os envolvidos não podem ter contato com Guião apenas na fase da formação, deve ser um documento que faça parte do dossiê da escola e do gabinete. (Supervisor Nacional do INADE Huambo, entrevista realizada em Setembro de 2025).

A fala do outro respondente nos aclara que o guião está suficientemente claro para que os atores consigam trabalhar com o mesmo: “Ele está bem elaborado e está com linguagem bem clara então, é suficiente para que os colegas que trabalham na vigilância e coadjuvantes sim, conseguem.” (Supervisor Nacional do INADE Luanda, entrevista realizada em Setembro de 2025).

Sobre as capacitações, aos atores entrevistados foi perguntado se: “Após a capacitação, você sente que os participantes ficaram confiantes para aplicar (ou replicar) o que aprenderam?” Os atores responderam que:

Não a 100 por cento, mas podemos falar numa ordem de 50 por cento sim, mas daquilo que acabei de dizer precisamos de mais tempo, precisamos de mais tempo. A experiência mostra-nos que aqueles que realmente estão interessados no processo estes sim conseguem prestar atenção, conseguem questionar por formas a saberem mais do processo, mas muitos deles também tipo vêm essa formação de forma obrigatória então praticamente vão fazer números, vão vêm fazer o número. Foi-lhes obrigado a estarem nessa formação e vêm fazer o número. Mas de forma geral, na ordem dos 50, 60 por cento, sim. (Supervisor Nacional do JEN Luanda, entrevista realizada em Setembro de 2025).

Os respondentes esclarecem também que de acordo aos formandos, cada um tem o seu ritmo de aprendizagem. De acordo as suas falas: “Isso é como tudo, realmente temos algumas pessoas com uma capacidade de interpretação rápida e de acolher em toda aquela informação muito rápida pra poderem disseminar até aos outros colegas e outros ainda têm este lado muito mais lento, de perceberem, entenderem todo um conjunto daquele trabalho, então isso também se calhar dificultava esse trabalho, com esses colegas.” (Supervisor Nacional do JEN Huambo, entrevista realizada em Setembro de 2025).

Outra questão colocada aos respondentes refere-se ao material didático, questionando se: “Em sua opinião, o material didático utilizado foi útil e atendeu às expectativas da capacitação?” De acordo as respostas dos entrevistados, o material didático foi muito útil, com conteúdos excelentes:

Bem o material didático que utilizamos foi o digital, não tivemos um material físico né. Os conteúdos a princípio são foram, a preparação dos conteúdos tem sido excelente, tem sido bom né porque os conteúdos são preparados com base no regulamento que os próprios exames nacionais apresentam então prepara-se os conteúdos com base naquilo que deve ser feito e tem sido bom. Podemos melhorar é óbvio, estamos num processo inicial. Podemos melhorar e acreditamos que vamos melhorar sim. Temos pecado mesmo é só na fase da realização dessas formações, pois o tempo é curto. E também a falta de material físico né por parte dos formandos, eles solicitam, muitos deles, porque muitos deles também não têm um telefone digital ou um computador que possam, por exemplo, ter o material de forma digital. (Supervisor Nacional do JEN Luanda, entrevista realizada em Setembro de 2025).

Outras falas dos respondentes referem que o material não foi suficiente para todos, mas que era muito útil: “bem, o material didático é sempre um material que nós podemos chamar o universal que todo mundo usa ou sempre usou pra esses efeitos, o que pode ser que o material, se calhar é que não era suficiente consoante a demanda de todo um conjunto de pessoas que lá estavam também imbuídos dentro deste processo realmente o material não chegava pra todos os elementos ali que faziam parte desse mesmo projeto, todos desse mesmo processo. Era útil, muito útil.” (Supervisor Nacional do JEN Huambo, entrevista realizada em Setembro de 2025).

Para finalizar a análise desta categoria, destaca-se que o material utilizado embora considerado útil, apresentou-se insuficiente para auxiliar as necessidades formativas, impactando diretamente a didática e a confiança prática dos atores. Apesar de o guião de orientação ter clareza, a preparação tardia dos materiais didáticos, dificultou as capacitações na sua forma mais adequada. Esses fatores comprometem a consolidação dos conhecimentos e limitam a segurança dos participantes na aplicação prática dos procedimentos, fortalecendo a necessidade dos materiais mais completos e organizados com maior antecedência.

Sobre o empenho dos atores, perguntou-se aos entrevistados: “Na sua opinião, qual a importância do empenho de todos os atores para garantir resultados credíveis nos exames?” De acordo as respostas dos respondentes, é importante o comprometimento de todos pela melhoria da qualidade da educação no nosso país:

Primeiro é importante o comprometimento. Nós devemos ser técnicos comprometidos. (...) dar a real importância ao processo, conhecer as vantagens do processo, porque este é um processo. (...) primeiro nós devemos trabalhar mesmo pela qualidade da educação no nosso país que todo mundo olhe pela mesma direção,

que todo mundo fale a mesma linguagem e que andemos todos sob o mesmo ponto de visão, qualidade de ensino no país é importante, que cada um de nós se comprometa com o processo, não com intenções de algum lucro paralelo ou à parte não.

Outros respondentes revelam que a partir do comprometimento dos atores, se consegue verificar o cumprimento do currículo feito pelas escolas:

Aqui eu digo, os colegas levando a sério o processo, nós ganhamos muito porque nós teremos aqui a fiabilidade de como está o sistema de ensino, o nível de aprendizagem, se os alunos realmente estão a aprender ou não e se estão prontos para sair de um ciclo para o outro, também não só, com os exames nacionais, nesse caso a atuação dos colegas bem sendo bem feita também vamos conseguir dar conta se os profissionais, professores nas escolas se realmente também têm cumprido com o currículo, isso só se dá conta se realmente cada um que tiver a trabalhar no processo, não é, levar a sério e por outra, também é importante saber que uma boa atuação no processo, então teremos alunos bem certificados, porque um dos principais objetivos também, principalmente aqui para 12^a é a certificação. (Supervisor Nacional do INADE Luanda, entrevista realizada em Setembro de 2025).

Ainda de acordo ao empenho dos atores um dos respondentes afirmou que: “é importante sim que esses elementos que fazem parte desse processo estejam todos unidos.” (Supervisor Nacional do JEN Luanda, entrevista realizada em Setembro de 2025).

Outros respondentes reforçam que: “é espécie de uma máquina a trabalhar e quando faltar justamente uma peça já, já a máquina deixa de funcionar. (...) todos eles respondem, têm um papel a desempenhar muito importante dentro do processo. Então, na falta de um, automaticamente o trabalho já não vai correr bem, todos eles fazem, todos nós fizemos parte e desempenhamos um papel muito importante.” (Supervisor Nacional do JEN Huambo, entrevista realizada em Setembro de 2025).

Para finalizar esta seção, a perspectiva dos respondentes evidencia que o empenho e o comprometimento de todos os atores envolvidos são primordiais para assegurar resultados plausíveis nos exames. As falas reforçam o entendimento de que a qualidade e a legitimidades dos exames nacionais dependem do desempenho responsável, justo e colaborativo de cada interveniente ao longo do processo. Portanto, os respondentes ressaltam que é importante o comprometimento de todos pela melhoria da qualidade da educação no nosso país, reconhecendo que somente

com esforço coletivo é possível consolidar a credibilidade nos resultados dos exames e contribuir para a melhoria do sistema educativo em Angola.

Aspectos como a falta de material em formato físico para as formações, a didática aplicada pelos formadores, garantindo confiança aos formandos, o tempo insuficiente para as formações são certamente pontos que precisam de intervenção.

4. PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: SOBRE OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS NA APLICAÇÃO DOS EXAMES NACIONAIS EM ANGOLA

O Capítulo 4 retoma a questão que orientou o desenvolvimento da pesquisa, a saber: “De que forma são realizadas as capacitações dos atores responsáveis pela aplicação dos Exames Nacionais em Angola, quais desafios são identificados nesse processo e de que maneira ele pode ser aprimorado?”. A partir dessa questão central, foram delineados os objetivos específicos que orientam a organização e o desenvolvimento de cada capítulo da dissertação.

- I. Descrever as capacitações dos atores que fazem a aplicação das provas dos Exames Nacionais em Angola;
- II. Analisar a perspectiva dos atores que participam das capacitações para aplicar as provas dos Exames Nacionais em Angola e
- III. Propor um plano de ação visando melhorias na realização das capacitações dos atores que aplicam as provas dos Exames Nacionais em Angola.

Deste modo, importa referir que o segundo e o terceiro capítulos deram resposta aos dois primeiros objetivos específicos, permitindo a recolha de elementos fundamentais para responder à pergunta norteadora desta investigação. Após a descrição e análise detalhada da situação-problema em foco, o presente capítulo dedica-se à apresentação de propostas que visam aprimorar as capacitações ofertadas aos diversos intervenientes no processo.

É de salientar que o conteúdo aqui exposto se coaduna com as motivações que nortearam o desenvolvimento deste estudo sobre os Exames Nacionais em Angola. Consideramos que a implementação de avaliações em larga escala constitui um pilar fundamental para a monitoria da qualidade do sistema de educação e ensino de qualquer nação, exigindo, por isso, um rigor operacional que assegure a fidedignidade dos resultados obtidos.

Nesta conformidade, a percepção quanto à relevância da ação formativa antecipada, dirigida aos atores envolvidos, configura-se como um fator essencial para o bom decurso de todo o processo. Tal premissa torna-se ainda mais premente quando se identificam determinados problemas no momento da aplicação das

provas, os quais podem ser mitigados através de uma preparação técnica e institucional mais sólida e direccionada.

4.1 DETALHAMENTO DA PROPOSIÇÃO: O PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (PAE)

O PAE materializa as evidências colhidas nas etapas de diagnóstico, que revelaram fragilidades na segurança e na padronização dos Exames Nacionais (EN).

Para conferir operacionalidade a este plano, utiliza-se a ferramenta de gestão **5W2H**, que oferece clareza e eficácia ao responder a sete perguntas essenciais: *What, Why, Who, Where, When, How e How Much*.

As ações propostas derivam do cruzamento entre os problemas detectados e as necessidades expressas pelos participantes, conforme sistematizado a seguir:

- **Necessidade de clareza e organização:** Proposta de um plano de capacitação com objetivos, conteúdos, metodologia e cronograma.
- **Debilidades nos materiais e confiança:** Elaboração de materiais formativos de auxílio.
- **Falta de orientações claras:** Melhoria do guião de orientação procedimental.
- **Tempo insuficiente:** Avaliação e monitoramento contínuo das ações de capacitação.

Abaixo, apresenta-se a estrutura lógica que regerá a execução do plano:

- O que será feito? (*What*): Implementação de uma proposta de formação iniciada por uma reunião de apresentação de resultados, análise do plano de capacitação, melhorias no guião de orientação e estabelecimento de um sistema de monitoramento.
- Por que será feito? (*Why*): Para assegurar a qualidade e fiabilidade do processo avaliativo, garantir a padronização e o cumprimento do regulamento, reduzir erros operacionais e melhorar a gestão de situações excepcionais.

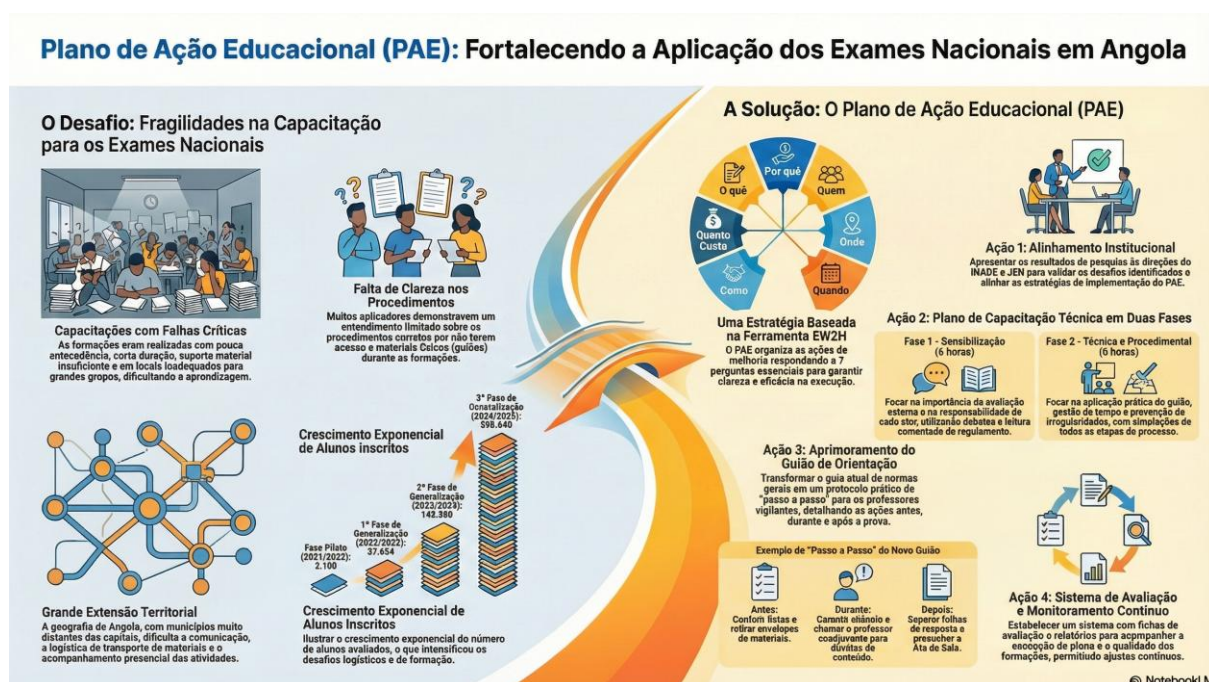
- Onde e quando? (*Where/When*): Em espaços definidos pelos Gabinetes Provinciais de Educação, em datas alinhadas ao calendário escolar nacional e aos períodos de aplicação dos exames.
- Quem fará? (*Who*): Coordenação do INADE, voltada a Diretores provinciais e municipais, gestores escolares, técnicos do INADE/JEN e professores (vigilantes, suplentes, coadjuvantes e membros do secretariado).
- Como e quanto custará? (*How/How Much*): Através de formações específicas, com custos associados a deslocações, ajudas de custo e recursos institucionais já previstos.

As ações visam fortalecer a articulação entre o INADE e o JEN, assegurando decisões partilhadas e racionalização de recursos.

4.2 DETALHAMENTO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS

A figura 4 apresenta a ações estratégicas propostas, que serão detalhadas a seguir, considerando os desafios da fragilidade na capacitação para os EN em Angola.

Figura 4 - Ações estratégicas



Fonte: Elaborado pela autora, a partir do NotebookLM

4.2.1 Primeira ação: apresentação da pesquisa e alinhamento

Ao apresentar o resultado da pesquisa e discutir sobre a proposta de intervenção do PAE, considero que essa ação é a mais adequada para se discutirem as implicações e os desafios, pois permite uma compreensão mais evidente das dificuldades encontradas e um posicionamento das atividades de acordo as reais necessidades. Para tal, apresentamos a descrição do Quadro 13:

Quadro 11 - Primeira ação

Ferramenta	Descrição
What?	Reunião para apresentar resultados e definir etapas e responsáveis.
Why?	Dar a conhecer os resultados da pesquisa sobre as capacitações atuais.
Where?	Instalações do INADE ou do JEN.
When?	Fevereiro de 2026.
Who?	Pesquisadora, Direção do INADE e Comissão Central e Permanente do JEN.
How?	Apresentação de tabelas e resumos; discussão de desafios e propostas.
How Much?	Valor equivalente a um <i>coffee break</i> (estimado em 100.000 Kz).

Fonte: elaborado pela autora (2025)

O quadro 13 apresenta as informações necessárias para a realização de uma reunião para apresentar os resultados da pesquisa e discutir a proposta de intervenção do PAE, para dar a conhecer os resultados da pesquisa realizada relativamente às capacitações oferecidas aos atores que aplicam os exames nacionais.

O Quadro 14 é uma continuidade do quadro 13, pois apresenta pontos sobre os resultados da pesquisa, implicações e os desafios que os mesmos acarretam, bem como ações propostas para a melhoria desses resultados.

Quadro 12 - Apresentação dos resultados da pesquisa, desafios e proposta de ações.

Resultados da pesquisa	Desafios	Proposta de ação
Professores com pouca experiência na aplicação dos exames	Enfrentam dificuldades básicas, situações confusas nas orientações e problemas que professores mais experientes já se acostumaram.	Proposta de melhoria no guião
Atores consideraram que os conteúdos da formação não eram claros e compreensíveis	Compromete a própria formação, tanto na aprendizagem, como no engajamento e na aplicação prática.	Elaborar proposta de plano de capacitação
Atores pouco empenhados no processo	Compromete a qualidade e o sucesso do processo	Avaliação e monitoramento das ações de capacitação

Fonte: elaborado pela autora (2025)

Espera-se que a ação apresentada no quadro 19 além de ser um campo de formação e estudos sobre as capacitações ofertadas, também sensibilize os atores envolvidos sobre a importância de que as mesmas aconteçam no tempo adequado, dada a sua relevância no contexto dos EN.

4.2.2 Segunda ação: plano de capacitação técnica

Tendo em vista a influência das capacitações para a aplicação dos EN de forma padronizada e visando a fidedignidade dos dados coletados por ela, consideramos que o plano de capacitação é adequado para sanar fragilidades relacionadas aos materiais, à didática e à confiança dos formandos porque permite uma ação planejada, metódica e adequada, que atua diretamente nestes aspectos de forma completa. Para melhor entendimento, apresentamos a descrição do Quadro 15.

Quadro 13 - Análise da proposta do plano de capacitação

Ferramenta	Descrição
Watt? (O que será feito?).	Análise da proposta do plano de capacitação
Há? (Por que será feito?).	Porque um plano de capacitação é um instrumento programado, que permite organizar, orientar de forma mais eficaz as ações de capacitação para a aplicação dos EN com o objetivo de atender as demandas institucionais.
Cheire? (Onde será feito?).	Será elaborado no INADE
Chen? (Quando será feito?).	O plano será desenvolvido em um período estimado de dois meses a contar a partir de fevereiro de 2026.
Who? (Quem fará?).	A autora da dissertação
Show? (Como será feito?).	O plano será efetuado em fases, de acordo com o calendário escolar nacional, respeitando os períodos de aplicação dos exames.
How much? (Quanto custará?).	Com recursos do orçamento institucional

Fonte: elaborado pela autora (2025)

O plano de capacitação deverá ter em conta as informações que foram produzidas a partir da presente pesquisa. Assim, deve ser tida em conta a identificação e suporte das reais necessidades dos atores que vão receber as capacitações.

Para maior aprofundamento e detalhamento do plano de capacitação, serão organizados estudos com foco no aprimoramento da capacitação ofertada. Assim, propõe-se a organização dos conteúdos a serem ofertados, bem como do público alvo das mesmas e o cronograma para a sua aplicação. O plano será um script com todos os procedimentos para a aplicação, monitoramento e correções necessárias. Sugerimos que o plano de capacitação contenha 2 fases:

Fase 1: Sensibilização e Capacitação (6 horas)

- **Público:** Professores vigilantes, suplentes, coadjuvantes e pontos focais provinciais.
- **Conteúdo:** Importância da avaliação externa, responsabilidade de cada ator e implicações de falhas no processo.
- **Metodologia:** Debates, simulações e leitura comentada.
- **Resultado esperado:** Conscientização sobre a relevância do papel individual nos EN.

Fase 2: Capacitação Técnica e Procedimental (6 horas)

- **Público:** Idem à Fase 1.
- **Conteúdo:** Regulamento dos EN, guião de aplicação, gestão de tempo e prevenção de irregularidades.
- **Metodologia:** Simulação prática de aplicação e discussões em grupo³⁶.
- **Resultado esperado:** Conhecimento total dos procedimentos e diminuição de erros na aplicação.

4.2.3 Terceira ação: aprimoramento do guião de orientação

Este documento consolida o Protocolo de Aplicação e o Guião de Orientação, oferecendo uma estrutura única, lógica e de fácil consulta para os professores vigilantes e coordenadores dos Exames Nacionais.

a). Cronograma e Preparação (Pré-Prova)

A pontualidade e a conferência prévia são os pilares para o sucesso da aplicação.

- **Presença dos Alunos:** Os candidatos devem estar no centro de exame **1 hora antes** do início da prova e dentro da sala de aula **45 minutos antes** do horário marcado.
- **Início Oficial:** As provas iniciam-se rigorosamente às **9h00** em todo o território nacional.
- **Conferência de Listas:** Antes da entrada, os vigilantes devem validar as listas de presença afixadas com os nomes inscritos na plataforma oficial.

b). Logística de Materiais (O Expediente de Sala)

O vigilante deve dirigir-se à Direção da Escola ou Sala dos Professores para retirar o expediente necessário. A organização é feita através de três envelopes distintos, conforme o Quadro 16.

Quadro 14 - Distribuição dos envelopes

Envelope	Material Contido	Observações Importantes
01 (Plástico/Inviolável)	35 Cadernos de Provas	Quantidade fixa, independente do número de alunos.
02 (Papel)	Listas de Presença, Acta de Sala e Folhas de Resposta (Seleção).	Folhas personalizadas para cada aluno.
03 (Branco ou Castanho)	Folhas de Resposta (Construção)	Quantidade igual ao número de alunos da turma.

Fonte: elaborado pela autora (2025)

Nota sobre folhas não personalizadas: Cada envelope contém apenas 5 folhas excedentes não personalizadas. Estas devem ser utilizadas exclusivamente em casos de danificação grave ou ausência da folha nominal. Qualquer uso destas deve ser registrado na Acta de Sala.

c). Procedimentos de Entrada e Distribuição

A gestão da entrada deve ser metódica para evitar tumultos e garantir a integridade do exame:

1. **Chamada e Organização:** Ao entrar na sala, o vigilante realiza a chamada e indica os lugares, respeitando o distanciamento de uma carteira entre alunos.
2. **Conferência de Nomes:** Antes da distribuição, o vigilante deve conferir se os nomes nas folhas de resposta (seleção e construção) coincidem com a lista de presença.
3. **Assinatura e Entrega (T-30min):** Faltando 30 minutos para o início, os alunos assinam a lista de presença e recebem as duas folhas de resposta

personalizadas. O vigilante deve solicitar que o aluno confirme seus dados na folha.

4. **Entrega dos Cadernos:** Após a distribuição das folhas de resposta, inicia-se a entrega de **um caderno de prova por aluno**.

d). Durante a Execução da Prova (Normas de Conduta)

- **Silêncio Absoluto:** O vigilante deve garantir que a ordem e o silêncio sejam mantidos durante todo o período.
- **Dúvidas e Esclarecimentos:** O vigilante **não está autorizado** a esclarecer dúvidas sobre o conteúdo científico da prova. Caso surja uma questão técnica ou científica, deve-se chamar imediatamente o **professor coadjuvante**.
- **Danos ao Material:** Se um aluno danificar a folha de prova, o vigilante entrega uma folha não personalizada, mantendo a folha danificada junto ao material para registro posterior na acta.
- **Finalização Antecipada:** Alunos que terminarem antes do horário podem entregar o material, mas devem permanecer em silêncio na sala até o horário previsto para o encerramento, conforme orientação local.

e). Procedimentos Pós-Prova (Recolha e Devolução)

A fase de encerramento exige atenção redobrada para evitar a perda de dados:

- **Triagem e Separação:** Ao recolher as folhas de resposta, os vigilantes devem separá-las por tipo (seleção e construção) e colocá-las nos seus respectivos envelopes originais.
- **Documentação Final:** A **Acta de Sala** deve ser preenchida integralmente, relatando quaisquer ocorrências, uso de folhas extras ou substituições.

- **Devolução:** Todos os envelopes e conteúdos devem ser conferidos e devolvidos imediatamente à Direção da Escola ou ao setor indicado pela orientação superior.

4.2.4 Quarta ação: avaliação e monitoramento

Sobre a avaliação e monitoria das ações de capacitação, consideramos essa ação adequada para a melhoria da realização das capacitações dos atores que aplicam os exames nacionais, pois estas proporcionam o acompanhamento contínuo da qualidade, relevância e eficiência das formações, permitindo que respondam as reais necessidades do processo, dos aplicadores e que a partir da mesma se verifiquem se os conteúdos, materiais e metodologias estão de acordo aos conhecimentos adquiridos e se esses estão a ser aplicados corretamente, evitando os embaraços que os atores enfrentam no momento de aplicação, se o monitoramento permite o uso adequado dos recursos e se fortalecem a qualidade do processo avaliativo. Para maior esclarecimento, apresentamos o Quadro 17.

Quadro 15 - Avaliação e monitoramento das ações de capacitação

Ferramenta	Descrição
What? (O que será feito?)	Avaliação e monitoramento das ações de capacitação
Why? (Por que será feito?)	Para se acompanhar a execução do plano. Para se aferir os resultados ao fim de cada ação. Para se adaptar o plano de acordo as necessidades que forem surgindo.
Where? (Onde será feito?)	Em locais a definir pelos Gabinetes/Secretaria Provinciais de Educação.
When? (Quando será feito?)	Fevereiro/Março
Who? (Quem fará?)	Equipe técnica do INADE e JEN
How? (Como será feito?)	A partir de fichas de avaliação, atividades práticas e relatórios finais.
How much? (Quanto custará?)	Recursos do orçamento institucional

Fonte: elaborado pela autora (2025)

A avaliação e o monitoramento das ações de capacitação aos atores pretendem garantir que o processo formativo cumpra seu objetivo, com o intuito de gerar resultados esperados, a partir de avaliações de desempenho, técnicas para a melhoria dos procedimentos e, acima de tudo, diminuir falhas procedimentais.

A articulação dessas quatro ações, sendo o alinhamento estratégico, a capacitação técnica, a padronização procedimental, via guião e o monitoramento rigoroso constitui uma resposta integrada aos desafios diagnosticados.

Ao investir na competência técnica dos atores envolvidos, o PAE não apenas reduz falhas operacionais, mas fortalece a própria credibilidade do sistema educativo angolano, garantindo que os EN cumpram sua função de avaliar com justiça e fidedignidade o desempenho dos estudantes em todo o país.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo geral verificar e analisar como são realizadas as capacitações dos atores que fazem a aplicação das provas dos Exames Nacionais em Angola.

Seguimos um caminho inspirado pela perspectiva de responder à seguinte questão: de que forma são realizadas as capacitações dos atores que aplicam os Exames Nacionais em Angola, quais desafios são identificados nesse processo e como ele pode ser aprimorado?

Para responder ao problema, recolhemos informações e analisamos a prática das capacitações, descrevendo como são realizados os exames, como são feitas as capacitações às equipes de aplicação, quais são os desafios enfrentados nessas formações, abordamos um pouco sobre a questão logística, bem como a aplicação das provas aos alunos.

Discorreremos sobre as dificuldades ocorridas na aplicação das provas desde o EN Piloto em 2021, até a Terceira Fase de Generalização dos Exames Nacionais, no ano letivo de 2024/2025.

Considerando o papel fundamental que a avaliação em larga escala desempenha no desenvolvimento educacional e no monitoramento da qualidade do ensino, bem como seu caráter de exame padronizado de âmbito nacional, no qual todos os estudantes realizam provas idênticas, evidenciou-se a necessidade de atenção às capacitações oferecidas aos atores responsáveis pela aplicação desses exames, a fim de contribuir para a melhoria dos resultados obtidos pelos alunos.

A partir da análise dos dados coletados, por meio de entrevistas aos supervisores nacionais das províncias do Huambo e de Luanda, dos pontos focais destas duas províncias e dos questionários aplicados aos professores vigilantes, professores suplentes e professores coadjuvantes destas duas províncias, igualmente, foi possível observar que as capacitações dos atores são realizadas com pouca antecedência, com pouco tempo de duração, com material de apoio insuficiente e locais de formação inadequados. A análise verificou que este cenário revelado ao longo do processo de capacitação permitiu identificar vários desafios relacionados a: atores pouco empenhados no processo, que só vão para a formação porque são obrigados; gestores escolares sem domínio dos conteúdos do guião de

orientação e atores com entendimento pouco claro sobre as orientações relativas aos procedimentos de aplicação, por falta do material da formação em suporte físico.

A leitura atenta das respostas dos atores, nos fez observar também aspectos positivos tais como metodologias de formação adequadas, material de formação útil, regulamento dos EN com informações claras e objetivas e o entendimento claro dos atores relativamente a sua função.

Diante deste cenário, reafirma-se a necessidade de ações para a melhoria das capacitações dos atores envolvidos nos EN, principalmente os que aplicam as provas.

Neste sentido, o PAE construído no final desta pesquisa representa não apenas um conjunto de propostas, mas uma resposta às necessidades identificadas. As suas ações foram elaboradas com base nas percepções dos atores, nas análises dos eixos e nos referenciais teóricos que embasaram a dissertação, com o propósito de oferecer opções, tais como: capacitações em maior número, capacitações com tempo adequado, material de apoio em suporte físico, plano de capacitação com objetivos, conteúdos e metodologias bem definidas e avaliação e monitoramento das ações de capacitação. Mais do que um documento técnico, o PAE surge como um instrumento contínuo que traz um apelo à ação coletiva reforçando que a mudança quando é partilhada, apresenta melhores resultados.

Portanto, foi possível responder às questões trazidas a este estudo e após lermos, analisarmos, compararmos e sintetizarmos diferentes autores a respeito deste tema. Como exemplo, para Silva (2015) são vários os desafios enfrentados na realização de avaliações em larga escala, por serem exames padronizados, acarretam muitos esforços principalmente na organização e nos procedimentos de aplicação, para que se obtenham bons resultados. Foi possível perceber que deve haver interesse por parte das pessoas envolvidas no processo, comunicação fluida e objetivos bem definidos.

Conclui-se, portanto, que este estudo reforça a importância da capacitação dos atores, para o reforço de suas competências no processo de aplicação das provas dos EN, e espera-se que as reflexões aqui apresentadas possam contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento de ações comprometidas com uma educação de melhor qualidade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Alessandra Aparecida Carvalho. **Avaliação externa e Gestão Pedagógica**: o caso da Escola Estadual Prefeito Maurício de Azevedo. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/12003/1/alessandraaparecidacarvalhoaguiar.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2025.

ANGOLA. Embaixada de Angola na Áustria, Croácia, Eslovênia e Eslováquia. **Dados sobre Angola**. 2014. Disponível em: <https://www.embangola.at/dados.php?ref=sobre=angola>. Acesso em: 12 maio 2024.

ANGOLA. Assembleia Nacional. **Lei nº 32/20**, de 7 de outubro de 2020. Altera a Lei nº 17/16, de 7 de outubro – Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Diário da República, I Série, n. 123, 2020.

ANGOLA. **Decreto Presidencial nº 91/21**, de 16 de abril de 2021. Diário da República, I Série, n. 67, p. 2523, 2021. Disponível em: <https://lex.ao/docs/presidente-da-republica/2021/decreto-presidencial-n-o-91-21-de-16-de-abril/>. Acesso em: 10 out. 2024.

ANGOLA. Instituto Nacional de Avaliação e de Desenvolvimento da Educação (INADE). **Exames Nacionais**: 1.^a Fase de Generalização 2022-2023. Luanda: INADE, 2022.

ANGOLA. Instituto Nacional de Avaliação e de Desenvolvimento da Educação (INADE). **Plano Operacional dos Exames Nacionais**: 2.^a Fase de Generalização 2023-2024. Luanda: INADE, 2023.

ANGOLA. **Decreto Executivo nº 03/2024**, de 7 de fevereiro de 2024. Aprova o Regulamento dos Exames Nacionais. Luanda: Diário da República, 2024a.

ANGOLA. Instituto Nacional de Avaliação e de Desenvolvimento da Educação (INADE). **Exames Nacionais**: 3.^a Fase de Generalização - EN3FG 2024-2025. Luanda: INADE, 2024b.

ANGOLA. Ministério da Educação. **Decreto Executivo nº 424/25**, de 18 de junho de 2025. Regulamento da Avaliação das Aprendizagens (RAA). Diário da República, I Série, n. 112. Luanda: MED, 2025a.

ANGOLA. **Decreto Presidencial nº 222/20**, de 28 de agosto de 2020. Estatuto Orgânico do Ministério da Educação. Luanda: AngoLEX, 2020. Disponível em: <https://angolex.coRm/paginas/decreto-presidencial/estatuto-organico-do-ministerio-da-educacao.html>. Acesso em: 26 jun. 2025b.

ANGOLA. **Diário da República**, I Série, n. 171. Nova Divisão Político-Administrativa de Angola. Luanda: Sebastião Cajolo, 2025c.

ANGOLA. Instituto Nacional de Avaliação e de Desenvolvimento da Educação (INADE). **Termos de Referência para o balanço da implementação dos exames nacionais**: terceira fase de generalização 2024/2025. Luanda: INADE, 2025d.

BALENDIA, Nlandu; NGIMBI, Anselmo Bambi. Problemática das reformas educativas em Angola e sua incidência na monodocência. **Revista Internacional de Educação, Saúde e Ambiente**, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 1-15, 2019.

BAUER, Adriana; ALAVARSE, Ocimar Munhoz; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1367-1382, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/PgMHxD3BYhzBr6B7CpB5BjS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 nov. 2025.

CALDERÓN, Adolfo-Ignacio; MACIEL BORGES, REGILSON. Avaliação em larva escala na Educação Básica: usos e tensões teórico-epistemológicas. **Meta: Avaliação**, v. 12, n. 34, 2020.

DIÁRIO INDEPENDENTE. **Redação Diário Independente**. 2024. Disponível em: <https://www.bing.com/imagens/search?view=detailV2&ccid=Hz1P4ZU>... Acesso em: 8 out. 2025.

DIAS, Daniele Aparecida Silva. **Contribuições para a capacitação da equipe de campo do CAEd na aplicação das avaliações externas**. 2017. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/ CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Disponível em: <https://repositorio.uff.br/jspui/handle/uff/6853>. Acesso em 22 set. 2024.

ESTEVES, Thiago. Avaliação em larga escala. *In*: ROTHEN, José Carlos; ESTEVES, Thiago; OLIVEIRA, Ivan dos Santos. **Glossário Brasileiro de avaliação educacional**. 2021. Disponível em: <https://rothen.pro.br/site/category/glossario-brasileiro-de-avaliacao-educacional/>. Acesso em: 30 out. 2025.

JOSÉ, Janselma Figueiredo. **Um estudo sobre políticas e gestão escolar no ensino primário em Luanda – Angola**. 2024. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, CE, 2024.

LUCAS, Giulia Vogel. **Avaliações de larga escala como ampliadoras das desigualdades sociais**: um estudo sobre o ENEM. 2023. Monografia (Especialização/Graduação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023. Disponível em: <https://repositorio.uff.br/jspui/bitstream/uff/15695/1/giuliavogellucas%203.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2025.

MABOTE, Jafete Alberto. **A implementação do programa de reformas públicas na área dos exames nacionais em Moçambique**: introdução de perguntas de múltipla escolha nos exames da 12ª classe. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação em Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

MACHADO, Cristiane. **Avaliação externa e gestão escolar**: Reflexões sobre usos dos resultados. 2012. Disponível em: https://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_educacao/pdf/volume_5_1/educacao_01_70-82.pdf. Acesso em: 17 nov. 2024.

MACHADO, Cristiane. Impactos da avaliação externa nas políticas de educação educativa. **Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, [s. l.], v. 11, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/551/55125665004.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2025.

MACHADO, Cristiane. Possíveis contribuições da avaliação externa para a gestão educacional. **Revista On Line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 12, p. 22-34, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9327>. Acesso em: 8 nov. 2025.

MARTINS, Heloísa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2024. Disponível em: [educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1517-97022004000200007&script=sci_abstract](https://educacao.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1517-97022004000200007&script=sci_abstract). Acesso em: 4 dez. 2025.

OLIVEIRA, Thais Fátima L. **Rotatividade de Pessoal**. 12 nov. 2006. Disponível em: <https://www.administradores.com.br/artigos/rotatividade-de-pessoal-turnover>. Acesso em: [inserir data de acesso].

RIBEIRO, Raimunda Maria da Cunha. Federalismo e regime de colaboração na gestão de políticas educacionais. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 26, 2021.

SASEMBELE, Anastácio. **Angola**: nova divisão política administrativa. Vatican News, Luanda, 2025. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/africa/news/2025-01/angola-nova-divisao-politica-administrativa.html>. Acesso em: 5 out. 2025.

SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. A contribuição da logística integrada às decisões de gestão das políticas públicas no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/LR88Jx5RLdWPZyvyBsDYZsK/?format=html>. Acesso em: 29 nov. 2025.

SILVA, Denio Menezes da. **Enem**: uma análise retrospectiva e prospectiva dos riscos associados em ser mais que uma avaliação diagnóstica. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <https://mestrado.caed/ufjf.net/wp-content/uploads/2016/10/DENIO-MENEZES-DA-SILVA.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2024.

SILVA, Jane Bete Martins Nunes da. **Desafios da avaliação em larga escala no estado do Amazonas**: contribuições para a divulgação e apropriação dos resultados do SADEAM. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: [//mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2017/OS/JANE-BETE-MARTINS-NUNES-DA-SILVA.pdf](https://mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2017/OS/JANE-BETE-MARTINS-NUNES-DA-SILVA.pdf). Acesso em: 15 nov. 2024.

STRABE. Embaixada de Angola na Áustria, Croácia, Eslovênia e Eslováquia. Leonard-Bernstein - Strabe. 2014. Disponível em: [«https://www.embangola.at/dados.php?ref=sobre=angola»](https://www.embangola.at/dados.php?ref=sobre=angola). Acesso em 12/05/2024.

UARINHENGA, João. **O sistema da administração da Educação em Angola**: uma análise do ensino primário e secundário no município do Lubalo Província da Lunda-Norte 2005-2019. [Dissertação/TCC - inserir instituição], [Ano].

VIANNA, Heraldo Marelím. Avaliações nacionais em larga escala: análises e propostas. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 27, p. 41-76, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2177/2134>. Acesso em: 10 nov. 2025.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES COADJUVANTES

Caro professor coadjuvante,

Convido-o a participar da presente pesquisa e auxiliar no levantamento de dados sobre a capacitação prévia para os aplicadores das provas dos Exames Nacionais de Angola. Sou aluna do Curso de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, e as suas respostas contribuirão para fundamentar a minha dissertação sobre este assunto. Os dados aqui fornecidos serão utilizados na pesquisa intitulada “Os desafios na formação dos atores envolvidos na aplicação dos Exames Nacionais em Angola”. Este estudo tem por objetivo “verificar e analisar como são realizadas as capacitações dos atores que fazem a aplicação das provas dos Exames Nacionais em Angola.” Assim, este questionário torna-se um importante instrumento nesta pesquisa.

Caso você concorde em participar, vamos fazer algumas perguntas em formato de questionário on-line, através da ferramenta Google Formulários, no qual as respostas contribuirão para o andamento dessa pesquisa. O tempo de resposta é de aproximadamente 20 minutos. Declaramos que a sua identidade será mantida em sigilo e as informações aqui coletadas serão utilizadas exclusivamente para a pesquisa.

Diante do exposto e visto a importância de sua participação, você concorda em participar da pesquisa?

A (☐) Sim B (☐) Não

FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1. Qual é o seu nível escolaridade completo?

- A) () Ensino médio em Magistério.
- B) () Ensino médio Técnico Profissional.
- C) () Bacharelato.
- D) () Licenciatura em Pedagogia.
- E) () Licenciatura em outras áreas.
- F) () Mestrado.
- G) () Doutorado.

2. Há quanto tempo você trabalha como professor coadjuvante dos Exames Nacionais?

- A) () Este é o meu primeiro ano.
- B) () 1 ano
- C) () 2 anos
- D) () 3 anos
- E) () 4 anos

Afirmações para todos os respondentes	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
O conteúdo da Capacitação é claro e compreensível.				
Os objetivos da formação foram alcançados.				
Como participante você se sentiu motivado durante as atividades dadas na capacitação.				
As metodologias utilizadas foram adequadas para o tema abordado.				
Houve espaço para perguntas e respostas na capacitação.				
Os participantes se sentiram confiantes em aplicar o que aprenderam na capacitação				

O material didático foi útil e relevante na capacitação.				
A didática do formador foi suficiente.				
O empenho de todos os atores é importante para que se obtenham resultados credíveis.				

Afirmações para o Professor coadjuvante	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
A definição e função do coadjuvante é clara e precisa.				
A pontualidade de formadores e formandos é fundamental na formação.				
As formações presenciais têm melhor impacto que as formações on-line.				
Professor coadjuvante deve manter sigilo durante a realização da prova.				
Na sua opinião, a capacitação dos atores envolvidos nos exames é importante.				
Um treinamento prévio é importante para os atores envolvidos na aplicação do Exames Nacionais.				
Os atores que fazem a aplicação dos exames sem qualquer treinamento, têm dificuldades ao aplicar as provas dos Exames Nacionais.				
As ações de capacitação permitem que a aplicação dos Exames Nacionais tenha melhores resultados.				

Cite alguns aspectos para a melhoria das capacitações dos Exames Nacionais.

Fim do questionário. Obrigada pela colaboração!

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA OS PONTOS FOCAIS PROVINCIAIS

Caro ponto focal,

Convido-o a participar da presente pesquisa e auxiliar no levantamento de dados sobre a capacitação prévia para os aplicadores das provas dos Exames Nacionais de Angola. Sou aluna do Curso de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, e as suas respostas contribuirão para fundamentar a minha dissertação sobre este assunto. Os dados aqui fornecidos serão utilizados na pesquisa intitulada “Os desafios na formação dos atores envolvidos na aplicação dos Exames Nacionais em Angola”. Este estudo tem por objetivo “verificar e analisar como são realizadas as capacitações dos atores que fazem a aplicação das provas dos Exames Nacionais em Angola.” Assim, este questionário torna-se em um importante instrumento nesta pesquisa.

Caso você concorde em participar, vamos fazer algumas perguntas em formato de questionário on-line, através da ferramenta Google Formulários, no qual as respostas contribuirão para o andamento dessa pesquisa. O tempo de resposta é de aproximadamente 20 minutos. Declaramos que a sua identidade será mantida em sigilo e as informações aqui coletadas serão utilizadas exclusivamente para a pesquisa.

Diante do exposto e visto a importância de sua participação, você concorda em participar da pesquisa?

A (☐) Sim B (☐) Não

FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1. Qual é o seu nível escolaridade completo?

- A) () Ensino médio em Magistério.
- B) () Ensino médio Técnico Profissional.
- C) () Bacharelato.
- D) () Licenciatura em Pedagogia.
- E) () Licenciatura em outras áreas.
- F) () Mestrado.
- G) () Doutorado.

2. Há quanto tempo você trabalha como ponto focal provincial dos Exames Nacionais?

- A) () Este é o meu primeiro ano.
- B) () 1 ano
- C) () 2 anos
- D) () 3 anos
- E) () 4 anos

Afirmações para todos os respondentes	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
O conteúdo da Capacitação é claro e compreensível.				
Os objetivos da formação foram alcançados.				
Como participante você se sentiu motivado durante as atividades dadas na capacitação.				
As metodologias utilizadas foram adequadas para o tema abordado.				
Houve espaço para perguntas e respostas na capacitação.				
Os participantes se sentiram confiantes em aplicar o que aprenderam na capacitação.				
O material didático foi útil e relevante na capacitação.				
A didática do formador foi suficiente.				
O empenho de todos os atores é importante para que se obtenham				

resultados credíveis.				
-----------------------	--	--	--	--

Afirmações para os membros do Ponto focal provincial	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
Formações em cascata são mais eficientes do que uma formação dada pelo formador nacional.				
O local de realização da capacitação é adequado.				
O tempo é suficiente para as ações formativas.				
As informações passadas ao ponto focal sobre as ações formativas são pertinentes.				
O regulamento dos EN é claro.				
As sessões de treinamento garantem que todos os participantes da aplicação do Exames Nacionais entendam com clareza o processo.				
Na sua opinião, as ações de capacitação permitem que a aplicação dos Exames Nacionais tenha melhores resultados?				
A comunicação eficaz entre os vários envolvidos na aplicação dos exames é garantida durante o processo de realização das provas.				

Cite alguns aspectos para a melhoria das capacitações dos Exames Nacionais.

Fim do questionário. Obrigada pela colaboração!

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES SUPLENTE

Caro professor suplente,

Convido-o a participar da presente pesquisa e auxiliar no levantamento de dados sobre a capacitação prévia para os aplicadores das provas dos Exames Nacionais de Angola. Sou aluna do Curso de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, e as suas respostas contribuirão para fundamentar a minha dissertação sobre este assunto. Os dados aqui fornecidos serão utilizados na pesquisa intitulada “Os desafios na formação dos atores envolvidos na aplicação dos Exames Nacionais em Angola”. Este estudo tem por objetivo “verificar e analisar como são realizadas as capacitações dos atores que fazem a aplicação das provas dos Exames Nacionais em Angola.” Assim, este questionário torna-se um importante instrumento nesta pesquisa.

Caso você concorde em participar, vamos fazer algumas perguntas em formato de questionário on-line, através da ferramenta Google Formulários, no qual as respostas contribuirão para o andamento dessa pesquisa. O tempo de resposta é de aproximadamente 20 minutos. Declaramos que a sua identidade será mantida em sigilo e as informações aqui coletadas serão utilizadas exclusivamente para a pesquisa.

Diante do exposto e visto a importância de sua participação, você concorda em participar da pesquisa?

A (☐) Sim B (☐) Não

FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1. Qual é o seu nível escolaridade completo?

- A) () Ensino médio em Magistério.
- B) () Ensino médio Técnico Profissional.
- C) () Bacharelato.
- D) () Licenciatura em Pedagogia.
- E) () Licenciatura em outras áreas.
- F) () Mestrado.
- G) () Doutorado.

2. Há quanto tempo você trabalha como professor suplente nos Exames Nacionais?

- A) () Este é o meu primeiro ano.
- B) () 1 ano
- C) () 2 anos
- D) () 3 anos
- E) () 4 anos

Afirmações para todos os respondentes	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
O conteúdo da Capacitação é claro e compreensível.				
Os objetivos da formação foram alcançados.				
Como participante você se sentiu motivado durante as atividades dadas na capacitação.				
As metodologias utilizadas foram adequadas para o tema abordado.				
Houve espaço para perguntas e respostas na capacitação.				
Os participantes se sentiram confiantes em aplicar o que aprenderam na capacitação				
O material didático foi útil e relevante na capacitação.				

A didática do formador foi suficiente.				
O empenho de todos os atores é importante para que se obtenham resultados credíveis.				

Afirmações para o Professor Suplente	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
A definição e função do suplente é clara e precisa.				
A movimentação de professores para os centros de exames, em vez de serem movimentados os alunos é uma mais valia.				
Em sua opinião, a capacitação dos atores envolvidos na aplicação dos exames permite que se diminuam as dificuldades de compreensão dos alunos.				
Na aplicação das provas é obrigatória a presença de pelo menos dois professores vigilantes.				
As capacitações dos anos passados tornaram o processo mais eficaz.				
O processo de aplicação de provas foi melhorando de ano para ano.				
Discutir sobre como ocorre o processo de aplicação das provas de exames permite detectar falhas e aplicar melhorias.				

Cite alguns aspectos para a melhoria das capacitações dos Exames Nacionais.

Fim do questionário. Obrigada pela colaboração!

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA AOS PROFESSORES VIGILANTES

Caro Professor vigilante,

Convido-o a participar da presente pesquisa e auxiliar no levantamento de dados sobre a capacitação prévia para os aplicadores das provas dos Exames Nacionais de Angola. Sou aluna do Curso de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, e suas respostas contribuirão para fundamentar a minha dissertação sobre este assunto. Os dados aqui fornecidos serão utilizados na pesquisa intitulada “Os desafios na formação dos atores envolvidos na aplicação dos Exames Nacionais em Angola”. Este estudo tem por objetivo “verificar e analisar como são realizadas as capacitações dos atores que fazem a aplicação das provas dos Exames Nacionais em Angola.” Assim, este questionário torna-se importante instrumento nesta pesquisa.

Caso você concorde em participar, vamos fazer algumas perguntas em formato de questionário on-line, através da ferramenta Google Formulários, no qual as respostas contribuirão para o andamento dessa pesquisa. O tempo de resposta é de aproximadamente 20 minutos. Declaramos que a sua identidade será mantida em sigilo e as informações aqui coletadas serão utilizadas exclusivamente para a pesquisa.

Diante do exposto e visto a importância de sua participação, você concorda em participar da pesquisa?

A (☐) Sim B (☐) Não

FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1. Qual é o seu nível escolaridade completo?

- A) () Ensino médio em Magistério.
- B) () Ensino médio Técnico Profissional.
- C) () Bacharelato.
- D) () Licenciatura em Pedagogia.
- E) () Licenciatura em outras áreas.
- F) () Mestrado.
- G) () Doutorado.

2. Há quanto tempo você trabalha como professor vigilante nos Exames Nacionais?

- A) () Este é o meu primeiro ano.
- B) () 1 ano
- C) () 2 anos
- D) () 3 anos
- E) () 4 anos

Afirmações para todos os respondentes	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
O conteúdo da Capacitação é claro e compreensível.				
Os objetivos da formação foram alcançados.				
Como participante você se sentiu motivado durante as atividades dadas na capacitação.				
As metodologias utilizadas foram adequadas para o tema abordado.				
Houve espaço para perguntas e respostas na capacitação.				
Os participantes se sentiram confiantes em aplicar o que aprenderam na capacitação				
O material didático foi útil e relevante na capacitação.				

A didática do formador foi suficiente.				
O empenho de todos os atores é importante para que se obtenham resultados credíveis.				

Afirmações para o professor Vigilante	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
Na sua opinião, a organização da formação foi adequada.				
O conteúdo abordado foi relevante para esclarecer como deve ser feita a aplicação na sala de exame.				
A carga horária foi suficiente para a abordagem de todo o conteúdo para a formação.				
Os materiais de apoio à formação (cadernos de provas, folhas de respostas, atas de sala, listas de chamada e de presença, formulário de controle do centro) são adequados e claros.				
A definição das equipas de vigilância a todas as disciplinas é clara e precisa.				
A simulação da aplicação em todas as suas fases (antes, durante e depois), ajuda a entender melhor como deve ser o processo de aplicação das provas.				
Na fase de capacitação, o momento de perguntas e respostas ajuda a esclarecer dúvidas sobre o processo.				

Cite alguns aspectos para a melhoria das capacitações dos Exames Nacionais.

Fim do questionário. Obrigada pela colaboração!

APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA SUPERVISOR NACIONAL (TÉCNICO DO INADE)

Apresentação e Objetivo:

Meu nome é Dácia Francisca Ferreira da Conceição Pinto, estudante do Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública na Universidade Federal de Juiz de Fora/MG. Minha pesquisa se debruça sobre os **"Os desafios na formação dos atores envolvidos na aplicação dos Exames Nacionais em Angola"**.

Esta entrevista tem como objetivo coletar informações valiosas para o estudo, verificando e analisando a fundo como são realizadas as capacitações dos profissionais que aplicam essas provas. A sua experiência como supervisor é fundamental para o sucesso deste trabalho.

Dados do Entrevistado:

- **Idade:**
- **Gênero:**

Bloco 1: Perfil e Experiência Profissional

1. Fale um pouco sobre a sua formação, trajetória profissional e a sua atuação como supervisor do INADE nos Exames Nacionais.
2. Como supervisor nacional, quais são as suas impressões gerais sobre o processo de aplicação dos Exames Nacionais em Angola?

Bloco 2: Análise da Capacitação e Formação

3. Como supervisor e formador, quais foram as principais dificuldades que você percebeu nas capacitações dadas aos aplicadores dos Exames Nacionais (professores vigilantes)?
4. A metodologia de formação utilizada foi, na sua opinião, a mais adequada? Quais foram os principais acertos e desafios desse modelo?
5. O tempo destinado à capacitação foi suficiente para cobrir todo o conteúdo? E para esclarecer as dúvidas dos participantes?
6. Após a capacitação, você acredita que os participantes se sentiram realmente confiantes para aplicar o que aprenderam?

7. O material didático fornecido foi útil e cumpriu com as expectativas? Que sugestões de melhoria você daria para esses materiais?
8. Em sua opinião, o material orientador (guião) é suficiente para que cada ator entenda e cumpra com as suas tarefas no dia da aplicação? O que poderia ser aprimorado nesse guião?

Bloco 3: Colaboração e Melhorias

9. Na sua opinião, qual a importância do empenho de todos os atores para garantir resultados credíveis nos exames?
10. Você acredita que a comunicação entre os supervisores do INADE os JEN (Júri Nacional dos Exames) é eficaz? Ela permite harmonização e esclarecimento de todo o processo?
11. A capacitação antecipada dos atores envolvidos nos Exames Nacionais, na sua opinião, garante um melhor desempenho na aplicação das provas? Por quê?
12. Com base na sua experiência, quais são os principais aspectos que precisam ser aprimorados para que as futuras capacitações dos Exames Nacionais sejam ainda mais eficazes?

APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA SUPERVISOR NACIONAL (TÉCNICO DO JEN)

Apresentação e Objetivo:

Meu nome é Dácia Francisca Ferreira da Conceição Pinto, estudante do Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública na Universidade Federal de Juiz de Fora/MG. Minha pesquisa se debruça sobre os **"Os desafios na formação dos atores envolvidos na aplicação dos Exames Nacionais em Angola"**.

Esta entrevista tem como objetivo coletar informações valiosas para o estudo, verificando e analisando a fundo como são realizadas as capacitações dos profissionais que aplicam essas provas. Sua experiência como supervisor é fundamental para o sucesso deste trabalho.

Dados do Entrevistado:

- Idade:
- Gênero:

Bloco 1: Perfil e Experiência Profissional

1. Fale um pouco sobre a sua formação, trajetória profissional e a sua atuação como supervisor do JEN nos Exames Nacionais. Há quanto tempo você atua nessa função?
2. Como supervisor nacional, quais são suas impressões gerais sobre a aplicação dos Exames Nacionais em Angola?

Bloco 2: Análise da Capacitação e Formação

3. Na sua experiência como supervisor e formador, quais foram as principais dificuldades percebidas durante as capacitações para o tratamento das provas?
4. Em sua opinião, as metodologias utilizadas nas capacitações foram adequadas para o tipo de formação oferecida? Quais foram os acertos e os pontos que poderiam ser melhorados no modelo atual?
5. Você considera que o tempo reservado para a capacitação foi suficiente para sanar as dúvidas dos participantes?
6. Após a capacitação, você sente que os participantes ficaram confiantes para aplicar (ou replicar) o que aprenderam?

7. Em sua opinião, o material didático utilizado foi útil e atendeu às expectativas da capacitação? Você tem alguma sugestão para a melhoria desses materiais?
8. Na sua visão, o empenho de todos os atores (supervisores do INADE e JEN, professores vigilantes, coadjuvantes e suplentes) é importante para que os exames nacionais tenham resultados confiáveis? Por quê?
9. Em relação à logística, a capacitação prepara adequadamente os diversos atores para que a aplicação das provas seja bem-sucedida?
10. Na sua opinião, as coordenações provinciais e municipais do JEN promovem medidas de segurança que garantam o sigilo no processo dos exames?
11. As coordenações provinciais e municipais do JEN cumprem com seu papel em relação à organização e operacionalização dos procedimentos necessários para a realização dos exames?
12. No geral, os procedimentos têm sido cumpridos durante o processo de realização dos exames nacionais?
13. Você acha que o número de professores designados para o secretariado de exames foi adequado ao volume de trabalho?
14. A articulação entre o INADE e o JEN tem sido eficaz para a realização das ações de formação aos supervisores?
15. A preparação dos instrumentos de avaliação facilita a fase de classificação das provas?

Bloco 3: Colaboração e Melhorias

16. Na sua opinião, qual a importância do empenho de todos os atores para garantir resultados credíveis nos exames?
17. Você acredita que a comunicação entre os supervisores do INADE e JEN (Júri Nacional dos Exames) é eficaz? Ela permite harmonização e esclarecimento de todo o processo?
18. A capacitação antecipada dos atores envolvidos nos Exames Nacionais, na sua opinião, garante um melhor desempenho na aplicação das provas? Por quê?
19. Com base na sua experiência, quais são os principais aspectos que precisam ser aprimorados para que as futuras capacitações dos Exames Nacionais sejam ainda mais eficazes?

APÊNDICE G - CRONOGRAMA MACRO (VISÃO GERAL – ESTILO GANTT

SIMPLIFICADO)

Fase / Ação	T-90 a T-75 dias	T-74 a T-60 dias	T-59 a T-45 dias	T-44 a T-30 dias	T-29 a T-15 dias	T-14 a T-7 dias	T-6 a T-1 dia	Dia D (Aplicação)	T+1 a T+15 dias
Ação 1 – Apresentação dos resultados da pesquisa e socialização com atores-chave	apresentar resultados INADE/JEN	reuniões com gabinetes provinciais							
Ação 2 – Capacitação dos atores (sensibilização + formação técnica)	planejamento das turmas	formação dos supervisores nacionais	formação dos pontos focais	formação das equipes provinciais	formação dos aplicadores (vigilantes/coadjuvantes/suplentes)	simulações obrigatórias	checagem final das equipes	aplicação do EN	avaliação técnica
Ação 3 – Revisão e aprimoramento do Guião de Orientação	análise dos instrumentos	ajustes no guião	validação técnica	versão final impressa	distribuição dos guias para as 21 províncias do país				
Ação 4 – Avaliação e monitoramento das capacitações	criação das fichas de acompanhamento	coleta de dados das formações	análise preliminar	visitas técnicas	verificação de prontidão (<i>checklist</i>)	ajustes finais	Acompanhamento do Dia da aplicação das provas	registro de ocorrências	relatório final

CHECKLISTS OPERACIONAIS

Checklist 1 – Formação dos Atores (Capacitação)

A) Antes da Formação

- ☐ Definir local adequado (arejado, com cadeiras, projetor e mesas).
- ☐ Garantir limite de participantes por sala (máx. 40 pessoas).
- ☐ Disponibilizar guião de formação impresso para cada participante.
- ☐ Verificar equipamento multimídia (computador, projetor, som).
- ☐ Preparar folhas de presença e fichas de avaliação.
- ☐ Disponibilizar materiais reais: cadernos de prova, folhas de resposta, envelopes em papel e invioláveis, listas de presença, atas de sala, entre outros.
- ☐ Testar vídeo de simulação da aplicação.
- ☐ Organizar equipe de apoio (gabinete/secretaria, ponto focal, supervisores nacionais e provinciais).
- ☐ Criar grupo de comunicação (WhatsApp) com todos os envolvidos.

B) Durante a Formação

- ☐ Apresentar objetivos gerais e específicos da capacitação.
- ☐ Explicar claramente: funções do vigilante, suplente, coadjuvante, ponto focal.
- ☐ Demonstrar o passo a passo da aplicação (antes–durante–depois).
- ☐ Fazer simulação prática obrigatória com materiais reais.
- ☐ Registrar dúvidas por tipo (logística, instrumentos, funções).
- ☐ Garantir que todos assinem a lista de presença.
- ☐ Aplicar miniavaliação (5–10 itens) para certificar domínio mínimo.

C) Depois da Formação

- ☐ Registrar participação e desempenho dos presentes.
- ☐ Enviar materiais digitais e guias atualizados.
- ☐ Compartilhar calendário final e horários de atuação.
- ☐ Identificar participantes que precisam de reforço individual.
- ☐ Arquivar formulários, listas e registros.

Checklist 2 – Preparação das Escolas (Antes da Aplicação)

Antes

- ☐ Sala limpa, iluminada e com ventilação.
- ☐ Carteiras alinhadas em filas, sem objetos extras.
- ☐ Relógio visível.
- ☐ Nome da turma e código da prova fixados na porta.
- ☐ Verificação dos materiais:
 - ☐ Cadernos de prova
 - ☐ Folhas de resposta (todos os modelos)
 - ☐ Lista de presença nominal
 - ☐ Atas de sala
 - ☐ Envelopes de devolução
- ☐ Conferência da quantidade de provas × alunos inscritos.
- ☐ Confirmar presença dos 2 vigilantes.
- ☐ Afixar orientações de silêncio e sigilo.
- ☐ Checar sinal de internet (caso necessário para comunicação).

Checklist 3 – Durante a Aplicação das Provas

- ☐ Iniciar pontualmente no horário estipulado pelo Regulamento.
- ☐ Confirmar identidade dos alunos (lista nominal).
- ☐ Distribuir provas lacradas na frente da turma.
- ☐ Ler instruções obrigatórias em voz alta.
- ☐ Verificar se todos receberam corretamente:
 - ☐ Prova
 - ☐ Folhas de resposta
- ☐ Circular pela sala para garantir sigilo e disciplina.
- ☐ Preencher a ata de sala em tempo real.
- ☐ Registrar qualquer ocorrência (falta de material, atraso, erro de prova).
- ☐ Controlar horário oficialmente.
- ☐ Recolher todas as provas e folhas de resposta ao final (conferir uma a uma).

Checklist 4 – Após a Aplicação

- ☐ Conferir número de provas e folhas entregues × alunos presentes.
- ☐ Preencher envelopes de retorno de forma correta.
- ☐ Verificar assinaturas obrigatórias.
- ☐ Evitar rasuras e lacrar envelopes na sala de aplicação (vigilantes).
- ☐ Preencher e assinar a ata final da aplicação.
- ☐ Registrar ocorrências e enviar para o júri do centro de exame.
- ☐ Entregar materiais à coordenação do centro, conforme protocolo.
- ☐ Atualizar grupo de comunicação (status de entrega concluído).

Checklist 5 – Monitoramento e Avaliação do Processo (Supervisores / Pontos Focais)

- ☐ Realizar visita técnica a pelo menos 20% das escolas selecionadas.
- ☐ Confirmar presença de dois vigilantes por sala.
- ☐ Verificar uso correto das folhas de resposta.
- ☐ Avaliar disciplina e organização das salas.
- ☐ Checar cumprimento dos horários.
- ☐ Validar lacres e integridade dos envelopes.
- ☐ Analisar incidentes reportados (mapeamento por tipo).
- ☐ Produzir relatório final em até T+15 dias.

APÊNDICE H – ORÇAMENTO PARA ACÇÃO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES

WHAT- O quê?	Programa de formação de formadores nacionais.
WHY - Por quê?	Para criar uma equipa de formadores nacionais e fortalecer a capacidade operacional dos exames nacionais
WHO - Quem?	DAGQ (coordenação), público-alvo: 21 técnicos do nível central. 630 técnicos provinciais, 30 por província.
WHEN - Quando?	Formação de formadores em Luanda (5 dias) e nas 21 províncias (5 dias).
WHERE - Onde?	Luanda (formadores nacionais e provinciais), seguida da replica da formações nas capitais provinciais.
HOW - Como?	Metodologias: debates, simulações e leitura comentada.
HOW MUCH - Quanto custa?	• Reprodução de materiais - KZ 12 000 000,00. • Formação de formadores em Luanda (42 técnicos, dois de cada província) - KZ 900 000,00 (almoços para 5 dias). • Formação de formadores nas 21 províncias, (30 formandos por província= 630 técnicos) - almoços para os 5 dias de formação na província - KZ 18 900 000,00 • Deslocação referente a passagens aéreas para os 40 formadores, exceto Luanda – 150.000,00*40 técnicos = KZ 6.000.000,00 • Ajudas de custos (KZ 33.125,00*21 Técnicos*5 dias = 73.040.625,00 • Total estimado: KZ111 890 625,00.